

Relatório
de

GESTÃO

Ministério da
**INDÚSTRIA,
COMÉRCIO EXTERIOR
E SERVIÇOS**

2018

SUMÁRIO

1 Governança do Ministério

Mensagem do dirigente máximo da unidade..... 4

2 Resultados da Gestão

Carta do Secretário Executivo..... 25

3 Conformidade e eficiência da gestão

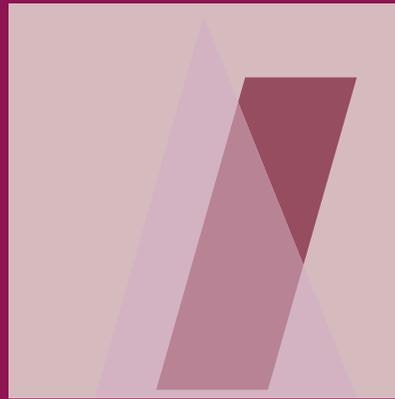
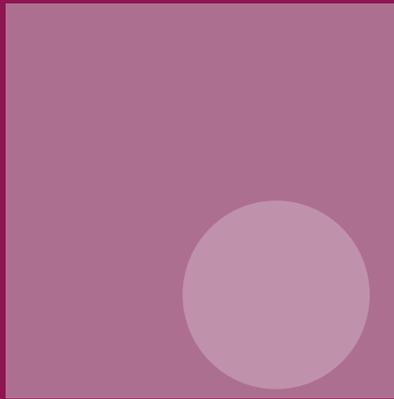
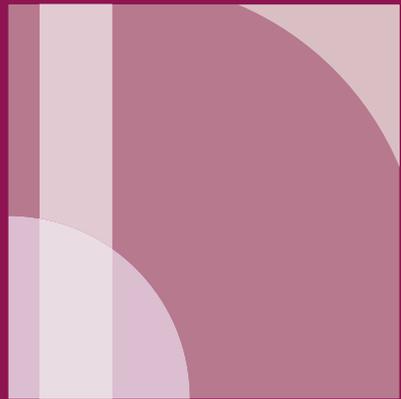
Carta do SPOA 47

4 Demonstrações contábeis

Demonstrações contábeis 67

5 Apêndice

Lições Aprendidas 96



Governança do Ministério



Capítulo
01



Marcos Jorge de Lima

Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – MDIC, inicialmente criado como Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1930, é o órgão do Governo Federal cuja principal missão é promover o desenvolvimento econômico por meio de políticas de estímulo ao comércio

exterior, à indústria, comércio e serviços, à inovação empresarial, e às micro e pequenas empresas.

Nos últimos anos, a instituição foi responsável pela condução de uma importante agenda de promoção da produtividade e competitividade, refletindo o dinamismo e o compromisso em prol da abertura ao comércio internacional, da desburocratização, do aumento da produtividade e da inovação, e da atração de investimentos - passando, necessariamente, pelo fortalecimento das instituições e eficiência do Estado.

Como resultado de um esforço interno de reflexão e priorização, o MDIC, no ciclo 2016-2019, vem balizando sua atuação no campo finalístico com base em três objetivos estratégicos, voltados diretamente à geração de valor à sociedade: i) estimular a competitividade das empresas brasileiras no país e no exterior; ii) tornar o ambiente de negócios amigável ao empresário e ao inovador; e iii) elevar o patamar das exportações de bens e serviços.

Por ser lócus estratégico natural para o setor produtivo e para o comércio exterior brasileiro, o MDIC, no ano de 2018, seguiu empreendendo seus melhores

esforços na concepção e consecução de um novo ciclo de políticas públicas mais efetivas, monitoráveis e transversais, de alto impacto e baixo custo. Esforços igualmente importantes dedicaram-se a conferir centralidade ao comércio exterior brasileiro, fomentando, assim, via de mão dupla que, por meio da importação, agrega valor e produtividade, e, por meio da exportação, atesta a competitividade da produção nacional.

Ainda em 2018, alcançamos dois importantes resultados sobre o ambiente de negócios brasileiros e facilitação de comércio. O Brasil subiu 30 posições no relatório Doing Business, passando de 139º para a 109º colocação. No âmbito multilateral não foi diferente, segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC), o País adotou uma de cada dez medidas para facilitar o comércio no mundo. No total foram 16 medidas, incluindo reduções tarifárias, suspensão de barreiras comerciais e incentivos aos exportadores.

Não menos importante, o Ministério respondia, ainda, por sistemas institucionais singulares, compostos por entidades vinculadas e marcos regulatórios específicos: i) Registro Comercial (DREI); ii) Propriedade Industrial (INPI) e iii) Metrologia e Qualidade (INMETRO); e na gestão dos modelos da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), das Zonas de Processamento de Exportações, bem como em outras iniciativas de estímulo à competitividade dos pequenos negócios e à geração de emprego e renda nas diversas regiões do país.

E muitos foram os resultados auferidos ao longo do ano, indicando que a estratégia do órgão tem se mostrado acertada e consistente.

No campo da melhoria do ambiente de negócios brasileiro, destaco o trabalho sistemático para estruturação de processos com o conceito de guichê único, centralizando as interações entre



Governo e setor privado e reduzindo custos e prazos para os cidadãos e empresas.

O Portal Único de Comércio Exterior impactou na melhoria do posicionamento do Brasil no ranking anual de comércio exterior do relatório *Doing Business 2019*, publicado pelo Banco Mundial em outubro de 2018, avançando 33 posições na lista de países, consolidando três anos consecutivos de evolução na área.

Adicionalmente, também em fase de implementação, a Redesim provou ser mais um exemplo de guichê único eficiente. Apenas em 2018, com a redução significativa dos prazos de abertura de empresas no Brasil, o sistema permitiu que o país avançasse 36 posições no ranking do *Doing Business 2019*.

Ainda na perspectiva de melhoria do ambiente de negócios, cumpre ressaltar mais um projeto que tem se traduzido em importantes resultados à sociedade: a reestruturação do sistema brasileiro de propriedade industrial. Iniciado em 2016, esse plano já apresenta um conjunto de ações concluídas e outras em curso entre as quais se destacam, para este exercício, o consistente aumento de produtividade e produção na frente de análise de patentes e a redução dos prazos de registro de marcas de 36 meses em 2016 para, apenas, 12 meses, abaixo do referencial máximo de 18 meses aceito pelo Protocolo de Madri, acordo internacional sobre a matéria.

Seguindo a temática da inovação, não poderia deixar de dar destaque ao lançamento da Agenda Brasileira para a Indústria 4.0, ocorrido em março de 2018, no encontro do Fórum Econômico Mundial.

Foi exatamente a partir dessa estratégia consolidada para elevar o patamar da competitividade da indústria brasileira no cenário global que logramos êxito na redução a zero da alíquota do Imposto de Importação para robôs industriais e impressoras 3D, gerando expectativa de atração de investimentos privados da ordem de US\$ 400 milhões em dois anos.

Acompanhando as recomendações colhidas junto ao setor privado, merece atenção a reconhecida atuação do Ministério no que concerne a agenda de políticas para startups, da qual faz parte programas premiados como o InovAtiva e o StartOut Brasil.

Em seu oitavo ciclo, o InovAtiva já conta com mais de 33,2 mil empreendedores cadastrados na plataforma de aceleração e 600 mentores voluntários (executivos, investidores-anjo, empreendedores de sucesso), havendo recebido mais de 9,5 mil projetos de startups. Os números do StartOut são igualmente surpreendentes. Com 56 startups participantes nas 5 missões internacionais realizadas até o momento, os resultados do programa, avaliados após 6 meses, já identificaram 10 negócios facilitados, ou seja, 20% de aproveitamento efetivo na inserção de startups brasileiras no exterior.

Por fim, no que diz respeito à negociação de acordos internacionais, no ano de 2018, a partir de uma agenda que hospedou 47 missões governamentais ao exterior.



Como principal destaque desta intensa agenda de negociação de acordos comerciais, orientada não apenas por questões tarifárias de bens, mas, também, para os temas de serviços, propriedade intelectual, investimentos, compras governamentais, convergência regulatória e facilitação de comércio, entre outros, figura o amplo acordo firmado com o Chile.

Além das já citadas, há diversas outras entregas que podem ser encontradas ao longo deste Relatório de Gestão. O documento foi elaborado com base no Planejamento Estratégico do MDIC, nas informações consolidadas sobre a gestão desta Unidade de Prestação de Contas e na Decisão Normativa TCU nº 170/2018, para que seja possível à sociedade conhecer melhor o trabalho desempenhado no âmbito da Pasta, durante o ano-exercício de 2018, bem como mergulhar mais fundo nas engrenagens de governança e gestão que permitem ao Ministério desempenhar suas atribuições com eficácia, eficiência e efetividade.



Marcos Jorge de Lima
Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços



Igor Calvet - Secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, é doutorando e mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília.



José Ricardo de Freitas Martins da Veiga - Secretário Especial da Micro e Pequena Empresa

Funcionário da Caixa Econômica Federal, é pós-graduado pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) e formou-se em Gestão Estratégica das Organizações, pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), em 2008.



Douglas Finardi Ferreira - Secretário de Comércio e Serviços

Funcionário do Banco do Brasil, é pós-graduado em Comércio Exterior pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e tem MBA em Negócios Financeiros pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).



Rafael Moreira - Secretário de Inovação e Novos Negócios

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, é economista formado pela UFMG, com mestrado em economia pela Universidade de São Paulo (USP), mestrado em Computação pela Universidade de Brasília (UnB), Educação Executiva pela University of Shenzhen (China) e Ph.D. candidate em Economia pelas Universidades de Sorbonne (Paris) e Católica de Louvain (Bélgica).



Thaise Pereira Pessoa Dutra - Secretária-executiva do CZPE

Servidora pública federal, é formada em Administração com ênfase em Comércio Exterior (UNEB) e pós-graduada em Comércio Exterior pela Universidade Católica de Brasília.

Finalidade e Competências dos Órgãos que compõem o MDIC

Secretaria Executiva - SE

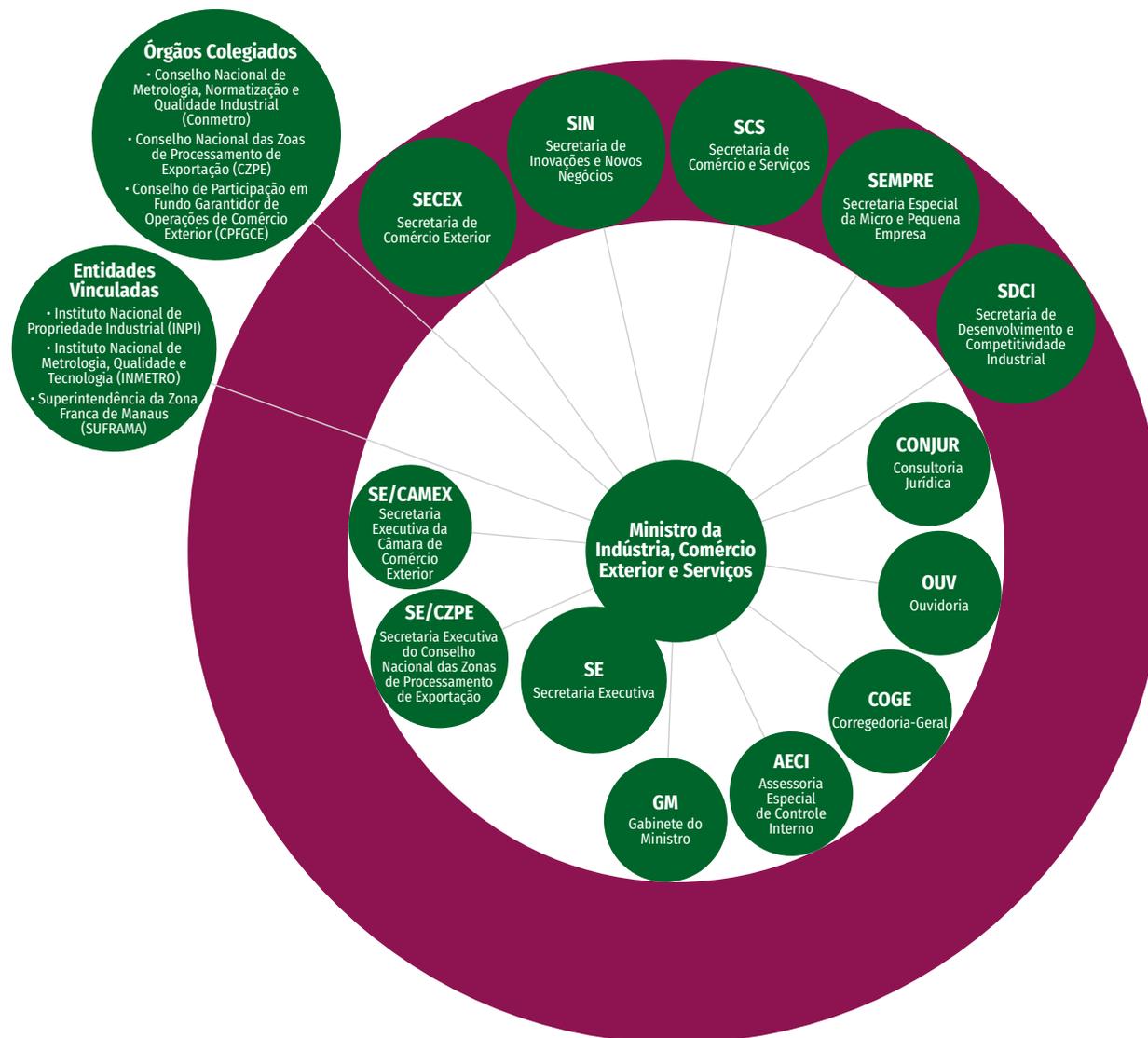
A Secretaria Executiva (SE/MDIC) tem por função auxiliar o Ministro de Estado na elaboração de diretrizes e na implantação de ações e políticas de competência do Ministério, assim como assisti-lo na coordenação e na supervisão das atividades das Secretarias e das entidades supervisionadas integrantes da Pasta. Possui papel transversal e de coordenação dos assuntos de competência do Ministério.

Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial - SDCI

A Secretaria é responsável pela política industrial brasileira, pela elevação da competitividade e do desenvolvimento industrial do país, bem como pela coordenação de ações que promovam o incremento da produtividade empresarial e da eficiência produtiva.

Secretaria de Comércio Exterior - SECEX

Cabe à Secretaria a formulação e a condução das políticas de comércio exterior e a gestão do controle comercial brasileiro, buscando normatizar, supervisionar, orientar, planejar, controlar e avaliar as atividades de comércio exterior.



Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior – SE/CAMEX

Compete à Câmara de Comércio Exterior - CAMEX a formulação, a adoção, a implementação e a coordenação de políticas e de atividades relativas ao comércio exterior de bens e serviços, incluído o turismo, com vistas a promover o comércio exterior, os investimentos e a competitividade internacional do país.

Secretaria de Inovação e Novos Negócios – SIN

A Secretaria tem como principal objetivo promover a competitividade das empresas brasileiras através do estímulo à inovação.

Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa - SEMPE

É papel da Secretaria participar da formulação de políticas voltadas ao microempreendedorismo e ao microcrédito, exercendo suas competências em articulação com os demais órgãos da Administração Pública Federal.

Secretaria de Comércio e Serviços – SCS

A Secretaria atua na criação de condições favoráveis ao empreendedorismo e na solução de gargalos para favorecer a economia brasileira e a atuação do Brasil no mercado internacional, contribuindo para um ambiente favorável à geração de emprego, riqueza e conhecimento.

Secretaria Executiva do Conselho das Zonas de Processamento de Exportação – SE/CZPE

A Secretaria atua como órgão de apoio técnico e administrativo do Conselho das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE), sendo responsável, portanto, pela efetiva implantação das decisões tomadas por esse Conselho; pela análise dos projetos de implantação das ZPE e dos respectivos projetos industriais; e, pelo acompanhamento e monitoramento do processo de implantação e operação das ZPE.

Para além das secretarias supracitadas, o MDIC conta, ainda, com 5 (cinco) entidades supervisionadas, que atuam de forma alinhada com as políticas nacionais de desenvolvimento sob responsabilidade do Ministério e cujos processos de supervisão são tratados de forma centralizada e especializada na Secretaria Executiva do órgão, sendo elas o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

Ambiente Externo e Desafios ○○○●

Em 2018, o cenário do comércio internacional mostrou-se desafiador tanto para os agentes econômicos privados quanto para os tomadores de decisão governamentais. Enquanto os indicadores de crescimento econômico e os fluxos

de comércio mantiveram-se próximos aos níveis observados em 2017, desafios de ordem geopolítica impactaram as dinâmicas de comércio e investimentos, contribuindo para o ajuste da atuação do Brasil no cenário econômico internacional.

De acordo o Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia global deverá apresentar crescimento de 3,7% no biênio 2018-2019, mesmo patamar verificado em 2017. Para o FMI, fatores como incertezas políticas ao redor do globo, redução dos níveis de crescimento industrial e intensificação da imposição de barreiras comerciais deverão resultar no abrandamento desse ritmo no médio prazo.

No plano do comércio internacional, a Organização Mundial do Comércio (OMC) projeta um crescimento do volume de mercadorias comercializadas da ordem de 3,9% em 2018 e 3,7% em 2019 – índices pouco superiores aos previstos para o incremento do Produto Interno Bruto global.

A instabilidade verificada no cenário internacional, que interfere na expansão econômico-comercial, pode ser caracterizada em dois grandes níveis: sistêmico e político. No nível sistêmico, o regime internacional de comércio, que tem na OMC um importante locus de discussões, negociações e formulações de normas, passa por crescente questionamento. No nível político, ações unilaterais de seus membros têm gerado fricções entre as partes, bem como o tensionamento do sistema multilateral de comércio.

nômico (OCDE) – com candidatura apresentada há mais de um ano. Nesse sentido, dotar o país de capacidades, modelos e padrões adequados que viabilizem sua acessão torna-se um desafio adicional que precisará ser superado nos próximos anos.

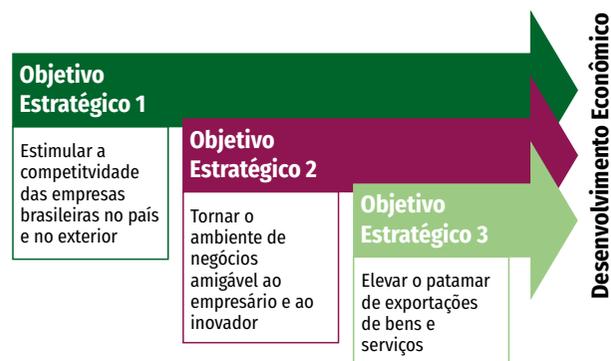
Modelo de Negócios

O modelo de negócios do MDIC baseia-se em sua estratégia de entregar valor aos seus públicos de interesse nas esferas da ampliação da produtividade e competitividade, da promoção da melhoria do ambiente de negócios e do fomento à abertura comercial e à internacionalização das empresas brasileiras, gerando desenvolvimento econômico e aumentando o bem-estar da sociedade.

Dessa forma, o foco de atuação do órgão está na geração de produtos e resultados que representem respostas efetivas e úteis às necessidades de interesse público do setor produtivo nacional e possa, assim, modificar aspectos essenciais da sociedade, tornando-a mais próspera.

Em cumprimento a sua Missão Institucional, a proposta de valor do MDIC está sintetizada nos três objetivos finalísticos de seu Planejamento Estratégico 2016/2019, que devem ser entendidos de forma harmônica e inter-relacionados conforme apresentado a seguir:

Modelo de Negócios do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços



Modelo de Negócios do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Objetivos Estratégicos	Principais atores	Valor Entregue
1. Estimular a competitividade das empresas brasileiras no país e no exterior	SECEX, SDCI, SIN, SCS, SEMPE, ABDI, INPI, INMETRO e SUFRAMA	Geração de renda, emprego e inserção nas cadeias globais de valor
2. Tornar o ambiente de negócios amigável ao empresário e ao inovador	SECEX, SE/CAMEX, SDCI, SIN, SCS, SEMPE, ABDI e INPI	Segurança jurídica dos investimentos, redução de custos e aumento da eficiência dos mercados
3. Elevar o patamar de exportação de bens e serviços	SECEX, SE/CAMEX, SDCI, SIN, SCS e INPI	Inserção do Brasil como parceiro estratégico no cenário internacional; novo status ao comércio exterior brasileiro

2 Planejamento estratégico e governança

O Planejamento Estratégico MDIC para o triênio 2016/2019, elaborado em um momento político e econômico conturbado, tem se mostrado atual e útil frente aos desafios existentes e, por esse motivo, tem sido peça fundamental do atual processo de reposicionamento do Ministério ao oferecer propósito estratégico, unicidade e organicidade à atuação do MDIC.

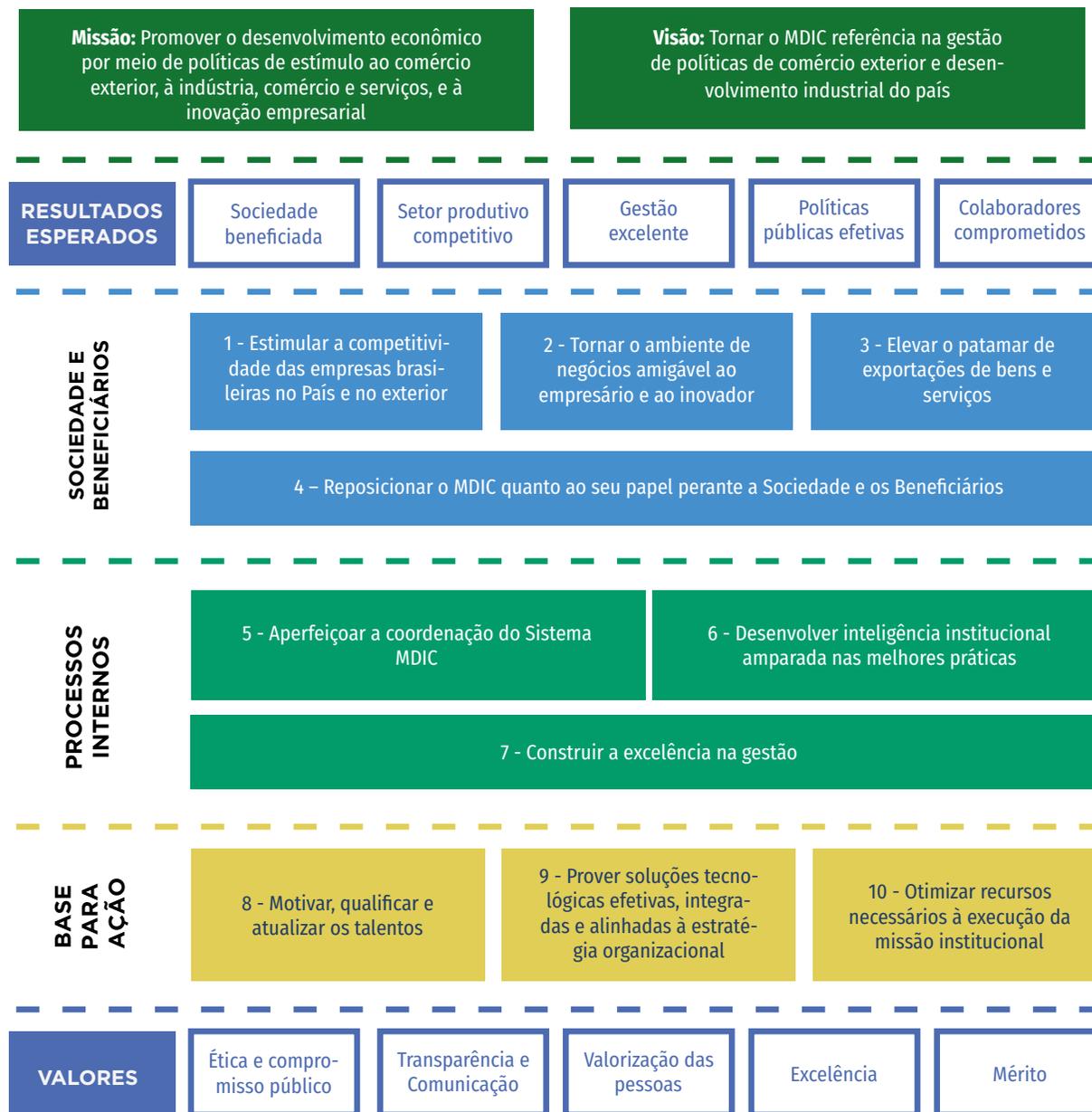
Inspirado na metodologia do Balanced Scorecard, o Planejamento Estratégico do MDIC pode ser visualizado no Mapa Estratégico a seguir, nos quais estão expressos os desafios da instituição para o alcance de sua visão. O Mapa é composto de perspectivas, dentro das quais se encontram, transversalmente, os objetivos estratégicos.

A Estratégia 2016/2019 do Ministério está esquematizado em 10 objetivos estratégicos, desdobrados em iniciativas estratégicas que, ao serem implementadas, contribuirão para o seu alcance.

Atualmente, o Planejamento conta com um total de 128 iniciativas, das quais 56% encontravam-se concluídas ao final de 2018.

Destaca-se que a orientação do Planejamento Estratégico de tornar o ambiente de negócios amigável ao empresário e ao inovador permitiu que o MDIC fosse um dos precursores da política de desburocratização e simplificação administrativa do Governo Federal, objetivando reduzir custos de transição na economia e au-

MAPA ESTRATÉGICO 2016/2019



mentar a previsibilidade e a segurança jurídica. Nesse espectro, o MDIC também inovou ao realizar um plano de simplificação administrativa do Sistema MDIC, garantindo que a diretriz de desburocratização fosse um norte permanente dos órgãos supervisionados pelo Ministério.

Mais tarde, com a instituição do Conselho Nacional de Desburocratização – Brasil Eficiente pelo Decreto S/Nº de 7, de março de 2017, esse trabalho mostrou-se ainda mais coerente, sendo, inclusive, considerado case de sucesso no âmbito do Governo.

Destaca-se que, das 275 iniciativas acompanhadas pelo Conselho Nacional de Desburocratização, 43 estão sob responsabilidade do MDIC (16% do total), que também é responsável por 53% das ações concluídas até 2018.

Todos os planos estratégicos possuem o mesmo arranjo institucional, específico, com monitoramento e avaliação conduzidos pelo Ministro, junto aos demais secretários e presidentes de entidades supervisionadas, bimestralmente.

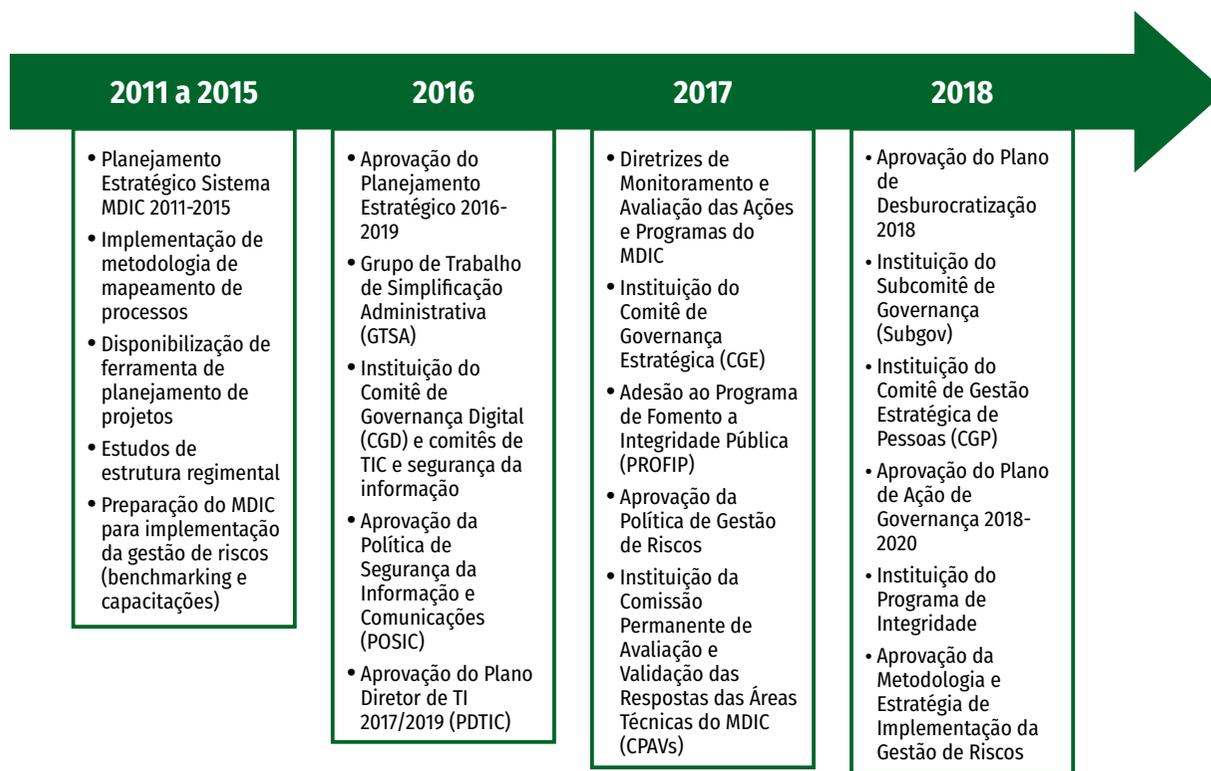
Destaca-se que o dinamismo e consequentes benefícios advindos da estratégia retratada no planejamento, não podem ser dissociados da governança que a envolve, da estrutura que a reflete e dos instrumentos e normativos internos que a regulamentam.

Nesse sentido, destaque deve ser oferecido ao Comitê de Governança Estratégica e seus subcomitês, aos Planos por ele monitorados e avalia-

dos, e à Central de Monitoramento e Avaliação que lhe oferece suporte tecnológico.

O Comitê de Governança Estratégica compõe a estrutura de governança do MDIC como instância colegiada de alinhamento e integração de alto nível do Sistema MDIC, composta pela Alta Administração, incluindo Presidentes das entidades supervisionadas, e presidida pelo Ministro de Estado.

A Central de Monitoramento e Avaliação do MDIC consiste em um sistema de gerenciamento de ações, projetos e processos que serve de suporte ao trabalho de gestão estratégica e de monitoramento de todas as ações consideradas estratégicas no MDIC. Ao longo de 2018, sua utilização foi sistematizada em normativos internos e consolidada, o que contribuiu para que a cultura da gestão estratégica fosse fomentada.



A estruturação e o fortalecimento da central não fizeram parte de um movimento isolado, há anos o MDIC busca aprimorar seu ambiente de governança. Nesse sentido, o patrocínio da Alta Administração ao longo dos anos recentes foi fundamental para um avanço mais robusto no tema. Dentre os avanços que ocorreram nos últimos anos relativos à Governança, cabe destacar os seguintes:

O MDIC possui um arranjo institucional consolidado que efetivamente avalia, direciona e monitora a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. A Figura a seguir apresenta de modo sintético a estrutura geral e alguns dos principais atores e relações que conformam o quadro geral de governança do Ministério.

Durante o ano de 2018, o Comitê de Governança Estratégica (CGE), instituído por meio da Portaria nº 8, de 18 de janeiro de 2017, teve suas competências ampliadas por meio da Portaria nº 504, de 19 de março de 2018, e se consolidou como instância diretiva da organização.

Esse colegiado é presidido pelo Ministro de Estado e composto pelo Chefe de Gabinete do Ministro; Secretário Especial e Secretários; Subsecretários; Consultor Jurídico; Ouvidor; Corregedor; Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno; e Dirigentes máximos das entidades supervisionadas pelo MDIC.

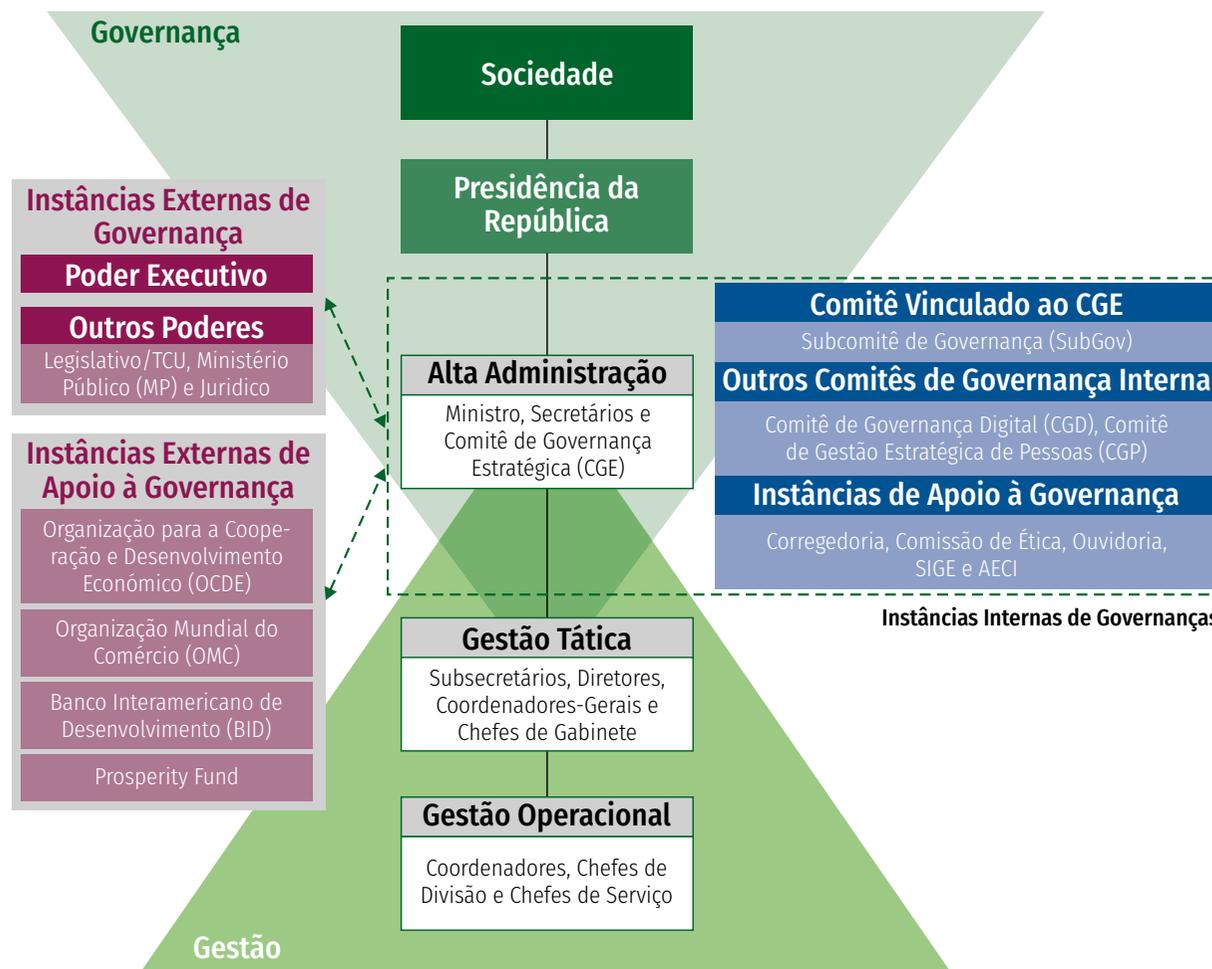
Trata-se de um ambiente de articulação, debate, monitoramento e tomada de decisão acerca dos temas mais relevantes do Sistema MDIC. Apenas

em 2018 foram realizadas 6 (seis) reuniões, totalizando 11 desde sua criação, em 2017, ocasiões nas quais foram identificados e gerenciados possíveis gargalos à conclusão das iniciativas estratégicas dos planos institucionais.

Outra instância colegiada instituída em 2018 é o Subcomitê de Governança (SubGov), instituído pela Portaria nº 594-SEI, de 3 de abril de 2018,

como unidade colegiada subordinada ao CGE, cujo objetivo é auxiliar a Alta Administração na proposição e na promoção de diretrizes, planos e mecanismos de aperfeiçoamento da Governança no âmbito do MDIC.

O colegiado é presidido pela Subsecretaria de Informação e Gestão Estratégica da Secretaria Executiva e composto por representantes da



média gerência de todas as unidades do Ministério. Desde sua instituição, foram realizadas 4 encontros e diversas atividades e eventos promotores do tema Governança.

Todas as iniciativas supracitadas encontram-se no *Plano de Ação de Governança 2018/2020 do MDIC*. Ao SubGov cabe zelar pela execução do plano de ação e propor alterações a ele, quando necessário.

Ainda merecem destaque, enquanto fóruns de decisão colegiada, o Comitê de Governança Digital (CGD) que delibera sobre políticas, diretrizes e planos relativos à Tecnologia da Informação e Comunicação e à Governança Digital, como o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) e a Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC); e o Comitê de Gestão Estratégica de Pessoas (CGP), que formula, acompanha e avalia a implementação de políticas de gestão de pessoas no âmbito do MDIC.

O MDIC também mantém amplo diálogo com a sociedade, notadamente com os atores do setor produtivo, desde artesãos e empreendedores individuais até grandes empresas e associações representativas de segmentos empresariais.

Na declaração institucional de valores do Ministério, presente no Planejamento Estratégico 2016/2019, a “transparência e a comunicação” são destacadas como “preocupações fundamentais que devem pautar as ações do servidor e do Ministério para que a sociedade e todas as partes interessadas estejam adequadamente informa-

das sobre os nossos serviços e ações e possam não só acessá-los com igualdade de condições, como também colaborar para sua melhoria”.

O canal de comunicação formal para fins de solicitações, reclamações, elogios, sugestões e denúncias referentes a procedimentos e ações, é a Ouvidoria, órgão setorial da Controladoria-Geral da União, a quem compete receber, examinar e dar encaminhamento às demandas recebidas.

Ouvidoria - Canais de Acesso



- presencial na sede do órgão ou via carta e e-mail;
- via e-OUV (<https://sistema.ouvidorias.gov.br>);
- via e-SIC (<https://esic.cgu.gov.br>).

4.615 demandas registradas até setembro, 11% mais do que o mesmo período de 2017



72% das demandas referem-se aos temas relacionados à abertura e fechamento de empresas e de Microempreendedor Individual.

No âmbito da Lei de Acesso à Informação, foram recepcionados 417 pedidos, aumento de 9% em relação ao mesmo período de 2017



Tempo médio de resposta de 15 dias (abaixo dos 20 dias regulamentares)

Considerando que a mídia espontânea também é uma forma de interação com seu público alvo

e sua indissociabilidade em relação à imagem que a sociedade possui do órgão, o MDIC monitora as matérias publicadas nos diferentes veículos de imprensa.

De janeiro a novembro de 2018, foram catalogadas 25.123 matérias que mencionavam o MDIC, número 28% superior a todo o ano de 2017 (19.557 matérias). Desse total, 28% podem ser classificadas como positivas, 71% neutras e 0,9% negativas. A comunicação digital é de longe o principal canal, em termos de volume, a respeito das notícias do MDIC. Sites na internet e blogs respondem por 85% das matérias, seguidos por canais impressos (13%) e televisão (1%).



TV: 12:34:56



WEB: 1078683 centímetros



Impresso: 225760 centímetros



Rádio: 03:30:32

3 Ministério em números

A seguir, são apresentados infográficos e textos explicativos que resumem os resultados alcançados pelo Ministério durante o exercício de 2018, utilizando como base os Objetivos Estratégicos Finalísticos, pilares do modelo de negócio do órgão:

Tornar o Ambiente de negócios amigável ao empresário e ao inovador ● ○ ○

BRASIL EFICIENTE

Resultados das ações de Desburocratização

Das 275 iniciativas acompanhadas pelo **Conselho Nacional de Desburocratização**, 43 estiveram sob responsabilidade do MDIC (16% do total) e, das 51 ações concluídas, 10 (19%) foram do MDIC.

O MDIC foi um dos precursores da política de desburocratização e simplificação administrativa, com o intuito de reduzir custos de transição na economia, aumentar a previsibilidade e a segurança jurídica, e otimizar os tempos dispendidos nestes processos. Também inovou ao realizar um plano do Sistema MDIC, garantindo que a diretriz de desburocratização se colocasse como norte permanente de todos os órgãos supervisionados pelo MDIC.

Simplificação Administrativa: Plano de Desburocratização do Sistema MDIC

Antecipando-se à iniciativa do Governo para promoção da desburocratização do Estado, o MDIC instituiu o Grupo de Trabalho de Simplificação Administrativa (GTSA) com a tarefa precípua de propor plano de desburocratização dos serviços prestados pela Pasta e por suas entidades vinculadas e supervisionadas, que incluíse não somente medidas de aperfeiçoamento e simplificação de normas, ações e processos internos, mas, também, propostas de ampliação da automação e transparência relacionados a processos das instituições.

Mais tarde, com a instituição do Conselho Nacional de Desburocratização – Brasil Eficiente, esse trabalho mostrou-se ainda mais coerente, sendo, inclusive, considerado *case* de sucesso no âmbito do Governo Federal.

O tema possui arranjo institucional específico, com estratégia, monitoramento e avaliação conduzidos pelo Ministro, junto aos demais secretários e presidentes de entidades supervisionadas, bimestralmente.

Centralidade no atendimento aos usuários

Alguns resultados alcançados com o Portal Único de Comércio Exterior:

- Redução do tempo médio de exportações brasileiras de 13 dias para 6,4 dias.

- Redução de 79% de documentos utilizados para declaração das exportações (comparativo de agosto/2018 com agosto/2017).

Alguns resultados alcançados com a RedeSim

No Rio de Janeiro, o tempo total para abertura de uma empresa era de 45 dias em 2017 e passou para 23,5 dias em 2018. Na capital carioca, a grande diferença se deu no tempo de análise da Junta Comercial, que era de 21 e foi para 7 dias, ou seja, 14 dias a menos.

Em São Paulo, no ano de 2017, o tempo total de abertura de uma empresa se dava, em média, em 101,5 dias. Em 2018, passamos para 18,5 dias. A grande diferença se deu no tempo de emissão das licenças, que passou de 90 para apenas 2 dias, ou seja, uma redução de 88 dias.



33 posições no indicador de comércio exterior



36 posições no indicador de abertura de empresas

Ranking Geral (Ambiente de Negócios)
Relatório Doing Business



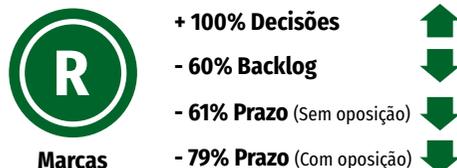
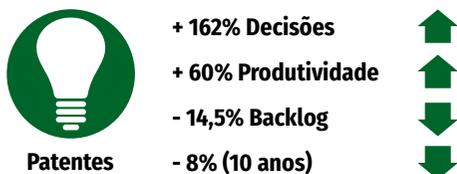
109ª Posição em 2018



125ª Posição em 2017

- Outros canais
- Sala de Inovação
- Ombudsman de Investimentos Diretos
- Sistema Eletrônico de Monitoramento de Barreiras às Exportações – SEM Barreiras
- Portal do Empreendedor

Estimular a competitividade das empresas brasileiras no país e no exterior ○●○



Pronatec Indústria = Plataforma Supertec integração de demandas por formação profissional

Mais 500 mil vagas por qualificação profissional identificadas

Programa socioemocional Piloto com 500 alunos

Resultados do Projeto de Reestruturação do Sistema de Propriedade Industrial 2016-2018:

Plataforma SuperTEC

- A plataforma SuperTEC serve de instrumento para mapeamento de demanda com o setor produtivo.

- Considerando que as empresas que tem acessado a plataforma, em geral são de maior porte, foi acordada a divulgação da plataforma por meio do Fórum de Micro e Pequenas Empresas, buscando aumentar o impacto neste segmento empresarial.
- Foram identificados potenciais parceiros para desenho, validação dos currículos e envolvimento nos cursos. A continuação da ação ocorrerá quando houverem novas turmas criadas pelo Pronatec.

Redução do custo de se fazer negócios no Brasil

Resultados da promoção da competitividade e produtividade das empresas brasileiras:

InovAtiva Brasil

Aceleração de startups

- 33.200** empreendedores cadastrados
- 9.500** projetos de startups
- 650** mentores voluntários
- 1.800** startups selecionadas para mentoria e capacitação
- 839** startups aceleradas e conectadas a investidores

ProVA

Laboratório de Inovação para o Varejo

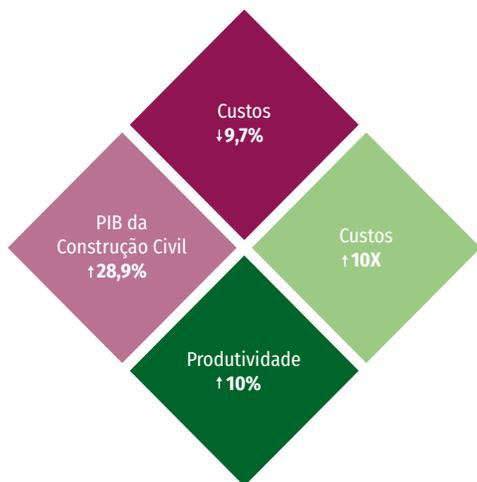


Agenda para a Indústria 4.0

Resultados da Estratégia consolidada para evolução da indústria:

- Alíquota zero do Imposto de Importação para Robôs Industriais e Impressoras 3D (expectativa de atração de investimentos privados de US\$ 400 milhões em 2 anos)
- Brasil Mais Produtivo 4.0: digitalização e conectividade (piloto com 49 empresas e 41,5% de aumento de produtividade)
- Projeto Fábricas do Futuro: 31 projetos e 10 empresas selecionadas (investimento público de até R\$ 300 mil por *testbed*)

- Plataforma para avaliação do grau de maturidade das empresas para transformação digital (meta de 3 mil empresas atendidas entre 2018 e 2019)
- 1º programa de mestrado e doutorado do Brasil em Indústria 4.0 (UFAM e UEA com Faculdade do Porto sob coordenação do MDIC)
- Desenvolvimento de linhas de crédito aderentes aos desafios da Indústria 4.0: BNDES (R\$ 5 bilhões em três anos), FINEP (R\$ 3 bilhões em três anos) e BASA (R\$ 1,1 bilhão).
- Atualização de diversas normas (NR-12, ISO 10218:1, 13849) para acelerar a robotização da indústria brasileira, facilitando a aquisição e uso de robôs colaborativos em linhas de montagem no país.
- Editais de aproximação de *startups* com grandes empresas para escalabilidade de soluções tecnológicas para a indústria nacional: até 50 indústrias e 100 startups apoiadas pela ABDI.



Elevar o patamar de exportações de bens e serviços



ACORDO DE COOPERAÇÃO E FACILITAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Acordos assinados

Acordos Assinados



Acordos pendentes de Assinatura



7/10 principais destinos de internacionalização de empresas brasileiras



BRASIL MAIS PRODUTIVO

Aumento médio de produtividade



Aumento da capacidade de produção por meio da redução de desperdícios e/ou aumento da eficiência nos processos produtivos em que a ferramenta foi aplicada.

Redução média da movimentação do trabalho



Redução de deslocamentos desnecessários por meio da reorganização de processos e leiautes, priorizando as atividades que agregam valor.

Retorno sobre o investimento



Ganho médio anual estimado, por empresa, sobre o investimento total (R\$ 18 mil) na consultoria, em decorrência das melhorias implantadas.

Retorno sobre o investimento



Tempo médio estimado em que o investimento total do atendimento (R\$ 18 mil) é recuperado pela empresa, derivado das melhorias implantadas pela consultoria do programa.

Redução média do retrabalho



Índice de redução de rejeitos e descarte de materiais decorrentes de falhas de processamento durante o processo de fabricação.

Retorno do investimento da empresa



Tempo médio estimado em que o investimento da contrapartida da empresa (R\$ 3 mil) é recuperado pela empresa, derivado das melhorias implantadas pela consultoria do programa.

Acordo de Comércio

Concluídos e em negociação



4 Gestão de Riscos e Controles Internos

O MDIC conta com modelo de gestão de riscos e controles internos que vem ganhando robustez e relevância dentro da Administração. Nesse sentido, a Política de Gestão de Riscos do órgão foi aprovada por meio da Portaria nº 1001-SEI, de 30 de junho de 2017, com o objetivo de definir conceitos, fixar princípios e diretrizes, estabelecer a estrutura de gestão de risco, atribuições e responsabilidades, e orientar a gestão dos riscos institucionais.

Vale notar que, entre as premissas da Política estão o alinhamento com o Planejamento Estratégico do órgão, a sistematização e estruturação da gestão de riscos, o comprometimento dos gestores e envolvimento dos servidores, e a integração aos processos organizacionais de tomada de decisões.

Após a execução de projeto piloto realizado em todas as unidades do Ministério, a Metodologia de Gestão de Riscos foi aprovada, por meio da Resolução **CGE nº 03, de 24/07/2018**. Em seguida, por meio da **Resolução CGE nº 05, de 24/09/2018**, foi aprovada e comunicada a estratégia de implementação da gestão de riscos para o período 2018/2020.

Esse arranjo foi acompanhado da definição clara a respeito das atribuições e responsabilidades das instâncias, gestores e servidores. Destaque, novamente, para o Comitê de Governança Estra-

tégica do MDIC (CGE), que é a instância máxima decisória de todo o processo de gestão de riscos no Ministério, enquanto a Subsecretaria de Informação e Gestão Estratégica (SIGE) e a Assessoria Especial de Controle Internos (AECI) são unidades especializadas que apoiam o colegiado e demais gestores no processo de implementação da Gestão de Riscos.

Até o momento houve gerenciamento de riscos, nos moldes estabelecidos pelos normativos aprovados, em 13 processos estratégicos, com a indicação de 188 riscos, dos quais 51% foram classificados como de “baixo” risco e 30% como riscos “moderados”. Apenas 15% foram considerados “altos” e 4% “críticos”.

No que se refere a riscos estratégicos, destacam-se aqueles relacionados à deliberação e tomada de decisão a respeito de processos associados a políticas públicas, tendo em vista a necessidade de alinhamento aos objetivos estabelecidos. Nesse âmbito, as principais respostas tomadas e previstas para mitigação destes riscos consistem na estruturação de processos, incluindo manuais, checklists, estabelecimento de diferentes alçadas de conferência e análise, discussão das propostas em colegiados e discussão e redesenho dos processos decisórios visando aperfeiçoar a governança estabelecida.

Há ainda riscos estratégicos provenientes da mudança de visão acerca dos objetivos a serem alcançados. Tais riscos, também podem ser vistos como oportunidades de revisão e aperfeiçoamento das políticas existentes, com a pro-

Tipos de Riscos



Risco Estratégico

Podem impactar na missão, metas ou objetivos estratégicos

Risco Operacional

Podem comprometer as atividades da unidade, associados a falhas, deficiências ou inadequação de processos, pessoas, infraestrutura e sistemas



Risco Orçamentário

Podem comprometer a capacidade de contar com os recursos orçamentários necessários ou a própria execução orçamentária

Risco de Reputação

Podem comprometer a confiança da sociedade; interferem diretamente na imagem do órgão



Risco de Integridade

Podem afetar a providade da gestão dos recursos e das atividades, causados pela falta de honestidade e desvios éticos

Risco Fiscal

Podem afetar o equilíbrio das contas

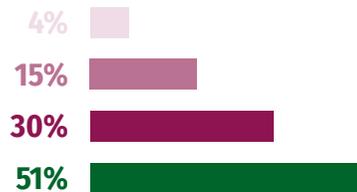
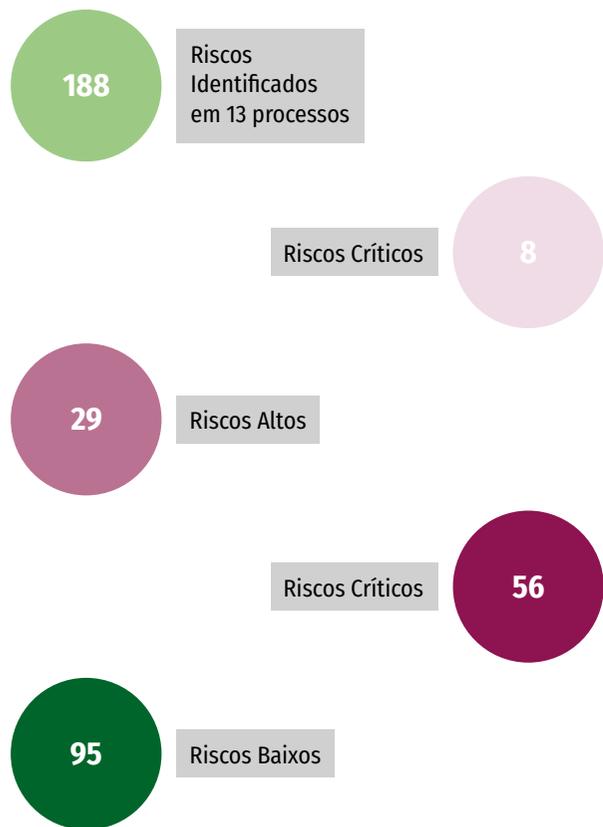


Risco Conformidade

Podem afetar o cumprimento de leis e regulamentos aplicáveis



Gestão de riscos no MDIC



moção de debates e discussões amplas com os demais órgãos da Administração e outros stakeholders, além da realização de estudos específicos para subsidiar a tomada de decisão.

Destaca-se como risco específico, a manifestação negativa da OMC quanto políticas geridas pelo Ministério. Nesse sentido, as respostas incluem apresentar as defesas no âmbito desse organismo, estudar e propor a reformulação da política ou a adoção de uma nova que esteja em conformidade com o organismo e atenda aos objetivos de desenvolvimento econômico do país.

Esses são alguns exemplos de riscos e controles internos já efetivos, que se somam àqueles descritos no *Relatórios de Gestão de 2016 e 2017*. Para os próximos anos, ainda é prevista a identificação de riscos e planejamento de ações de mitigação para os demais processos críticos do órgão.

5 Corregedoria e ética

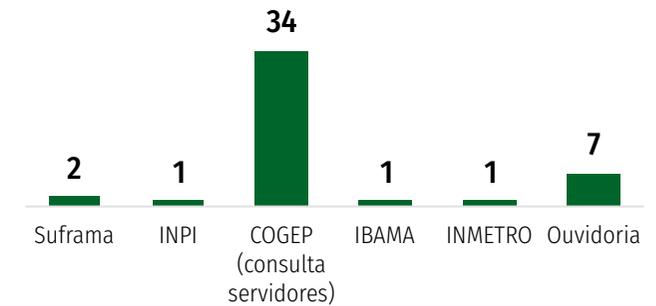
A Corregedoria-Geral do MDIC é responsável pelo desenvolvimento de ações estratégicas e preventivas objetivando o aprimoramento da gestão do Ministério. Seguem alguns resultados obtidos em 2018: Os processos relativos às atividades da Corregedoria-Geral do MDIC foram mapeados, servindo como base para a implementação do Projeto Corregedoria Digital; O Projeto Corregedoria Digital teve como objetivo, a implementação de ferramentas tecnológicas para aumento da produtividade da Corregedoria. O primeiro módulo, “Todos Conectados”, implementou uma plataforma de comunicação e produtividade onde todo o trabalho das comissões foi concentrado. O segundo módulo, “Gestão do Ciclo de Vida dos Processos”, está assentado sobre duas ferramentas: uma de gestão de projetos e outra de análise de dados. Simultaneamente ao desenvolvimento dos dois primeiros módulos foram trabalhadas as especificações para uso de uma ferramenta que faz uso de inteligência artificial para extrair informações de áudio e vídeo, e a implementação do módulo “Acervo digital”, para armazenamento e indexação do conteúdo das comissões para melhor gestão documental. Além dos previamente citados, o Programa de Integridade, instituído pela Portaria 1.089, de 25 de abril de 2018, a qual regulamentou o Decreto 9.203, de 22/11/2017, teve sua coordenação a cargo da Corregedoria. Ademais, outro resultado foi a implantação do teletrabalho no âmbito da Corregedoria-Geral, regulamentado pela Portaria nº 82-SEI, de 12

de janeiro de 2018, significou dentro do plano de estruturação da equipe um aumento de produtividade, motivação e compromisso dos servidores. Destaca-se que o plano de trabalho adotado na Corregedoria do MDIC foi baseado integralmente no plano da CGU. Além das ações apresentadas, a Corregedoria em sua atividade principal, atuou em processos administrativos e Sindicâncias, como vemos nos gráficos a seguir:

Processos com representação da Corregedoria MDIC



Manifestações em processos externos



Processos em juízo de admissibilidade

Adicionalmente, também em fase de implementação, a Redesim provou ser mais um exemplo de guichê único eficiente. Apenas em 2018, com a redução significativa dos prazos de abertura de empresas no Brasil, o sistema permitiu que o país avançasse 36 posições no ranking do *Doing Business 2019*.

Ainda na perspectiva de melhoria do ambiente de negócios, cumpre ressaltar mais um projeto que tem se traduzido em importantes resultados à sociedade: a reestruturação do sistema brasileiro de propriedade industrial. Iniciado em 2016, esse plano já apresenta um conjunto de ações concluídas e outras em curso entre as quais se destacam, para este exercício, o consistente aumento de produtividade e produção na frente de análise de patentes e a redução dos prazos de registro de marcas de 36 meses em 2016 para, apenas, 12 meses, abaixo do referencial máximo de 18 meses aceito pelo Protocolo de Madri, acordo internacional sobre a matéria.

Seguindo a temática da inovação, não poderia deixar de dar destaque ao lançamento da Agenda Brasileira para a Indústria 4.0, ocorrido em março de 2018, no encontro do Fórum Econômico Mundial.

Foi exatamente a partir dessa estratégia consolidada para elevar o patamar da competitividade da indústria brasileira no cenário global que logramos êxito na redução a zero da alíquota do Imposto de Importação para robôs industriais e impressoras 3D, gerando expectativa de atração de investimentos privados da ordem de US\$ 400 milhões em dois anos.

Acompanhando as recomendações colhidas junto ao setor privado, merece atenção a reconhecida atuação do Ministério no que concerne a agenda de políticas para startups, da qual faz parte programas premiados como o InovAtiva e o StartOut Brasil.

Em seu oitavo ciclo, o InovAtiva já conta com mais de 33,2 mil empreendedores cadastrados na plataforma de aceleração e 600 mentores voluntários (executivos, investidores-anjo, empreendedores de sucesso), havendo recebido mais de 9,5 mil projetos de startups. Os números do StartOut são igualmente surpreendentes. Com 56 startups participantes nas 5 missões

internacionais realizadas até o momento, os resultados do programa, avaliados após 6 meses, já identificaram 10 negócios facilitados, ou seja, 20% de aproveitamento efetivo na inserção de startups brasileiras no exterior.

Por fim, no que diz respeito à negociação de acordos internacionais, no ano de 2018, a partir de uma agenda que hospedou 47 missões governamentais ao exterior.

Como principal destaque desta intensa agenda de negociação de acordos comerciais, orientada não apenas por questões tarifárias de bens, mas, também, para os temas de serviços, propriedade intelectual, investimentos, compras governamentais, convergência regulatória e facilitação de comércio, entre outros, figura o amplo acordo firmado com o Chile.

Além das já citadas, há diversas outras entregas que podem ser encontradas ao longo deste Relatório de Gestão. O documento foi elaborado com base no Planejamento Estratégico do MDIC, nas informações consolidadas sobre a gestão desta Unidade de Prestação de Contas e na Decisão Normativa TCU nº 170/2018, para que seja possível à sociedade conhecer melhor o trabalho desempenhado no âmbito da Pasta, durante o ano-exercício de 2018, bem como mergulhar mais fundo nas engrenagens de governança e gestão que permitem ao Ministério desempenhar suas atribuições com eficácia, eficiência e efetividade.





Resultados da Gestão



Capítulo

02



Declaração da Secretária-Executiva, Yana Dumasq Sobral Alves

A Secretaria-Executiva (SE/MDIC) é órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, e tem por finalidade auxiliar o Ministro na elaboração de diretrizes e

na implantação de ações e políticas de competência do Ministério, assim como assisti-lo na coordenação e na supervisão das atividades das Secretarias e das entidades supervisionadas integrantes da Pasta.

A Secretaria-Executiva reúne um conjunto de competências específicas, que são desempenhadas pela Subsecretaria de Informação e Gestão Estratégica (SIGE) e pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA).

A SIGE foi criada em 2016 e inovou ao estabelecer uma nova estruturação calcada nos pilares do Planejamento Estratégico, da gestão interna, da coordenação dos órgãos supervisionados pelo MDIC, e da elaboração de estudos e acompanhamento de políticas.

Assim, a SIGE atua no monitoramento e avaliação das políticas coordenadas pelo MDIC, no fortalecimento da capacidade institucional e programática do Ministério, na assessoria técnica acerca do impacto econômico em temas transversais de competência do Ministério, bem como na coordenação dos processos de supervisão ministerial sobre o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), Instituto Nacional de Metrologia, Qualida-

de e Tecnologia (INMETRO), Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

Por sua vez, a SPOA tem a competência de planejar e supervisionar as atividades relacionadas com as áreas de recursos humanos, segundo diretrizes emanadas do órgão central do Sistema de Pessoal Civil (SIPEC), assim como a execução das atividades relativas à administração orçamentária financeira, contabilidade, manutenção patrimonial e modernização em tecnologia da informação.

A Secretaria-Executiva também conta com a Assessoria Técnica e de Crédito à Exportação (ASTEC), e que tem como papel primordial prover subsídios para as decisões da Secretaria-Executiva e realizar a articulação técnica entre as diversas áreas do Ministério. Essa unidade também é responsável pela assessoria permanente da Secretária-Executiva enquanto presidente do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (Cofig) e do Comitê Executivo de Gestão (Gecex), colegiados de alto nível da CAMEX.

Realizações

O MDIC tem se empenhado em instituir novas políticas e programas ocorre dentro de um novo ambiente de gestão, e sinalizam o surgimento de um novo ciclo de políticas públicas mais efetivas, monitoráveis e transversais. Essa reflexão foi idealizada e implementada a partir de 2016, estando presente nos objetivos do Plano Estratégico 2016-2019 da organização, tais como em “Otimizar recursos necessários à execução da missão institucional”, “Prover soluções tecnológicas efetivas, integradas e alinhadas à estratégia organizacional”, “Construir a excelência na gestão” e “Desenvolver inteligência institucional amparada nas melhores práticas”.

Temos promovido no âmbito do Ministério uma atuação coordenada e articulada entre a Assessoria Especial de Controle Interno, a Corregedoria, a Ouvidoria, o Gabinete do Ministro, a Secretaria-Executiva e todas as Secretarias, cada uma delas empenhadas nas ações mais aderentes a suas competências, mas todas unidas em torno do mesmo objetivo: aprimorar continuamente estruturas, processos e mecanismos de governança.

Principais Desafios Enfrentados

Não restam dúvidas de que um dos principais desafios enfrentados por toda a administração pública nos últimos anos esteve relacionado à crise econômica e sua contraparte fiscal. No palco doméstico, temos uma sequência de problemas estruturais pendentes que criam resistência à recuperação da economia. Continuamos com um ambiente de negócios pouco favorável à atividade econômica e ao investimento. Já no cenário internacional, destaca-se o desafio de ampliação qualificada da inserção comercial brasileira como parceiro estratégico. O avanço do Brasil para uma economia sustentável demanda uma série de iniciativas, em diversas frentes, que incluem o fortalecimento das instituições; a ampliação da atividade inovadora e da capacidade de atração de investimentos; a qualificação da mão de obra; a construção de um ambiente de negócios saudável, seguro e previsível; a revisão do complexo sistema tributário brasileiro; entre outras. Corroborando para a superação dos desafios acima apresentados, o MDIC atuou, nos últimos anos, na desregulamentação de normas que interferem de maneira exagerada nas relações de direito e obrigação entre o cidadão e o Estado; aumento da transparência, simplificação dos procedimentos e redução das assimetrias de informação para negócios; na legalização de empresas e negócios; expansão do comércio exterior e investimentos; es-

tabilidade do ambiente negocial do país; apoio ao desenvolvimento industrial; fortalecimento do Estado com a adoção de medidas de *compliance*.

O avanço de 16 posições no ranking do Banco Mundial, divulgado em 31/10/2018, mostra que, sob diversos aspectos, o país está no rumo certo. Os dois principais motores dessa melhora – abertura de empresas e comércio internacional – são resultados de projetos prioritários sob a coordenação do MDIC. Apenas no indicador de comércio internacional, o Brasil saltou 43 posições nos últimos três anos, e 33 no último ano, com a entrada em funcionamento de novos módulos do Portal Único de Comércio Exterior. Já na dimensão “abertura de empresas”, a REDESIM tem permitido que a média para abertura de empresas de baixo impacto chegue a 7 dias nas grandes metrópoles (SP) e a 24 horas (Maceió) em capitais menores.



Yana Dumaresq Sobral Alves

Secretária-Executiva do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços



Estimular a competitividade das empresas brasileiras no país e no exterior

O estímulo à competitividade das empresas brasileiras deve resultar na sua boa performance no Brasil e no exterior. A exposição gradativa e cuidadosa da indústria brasileira à concorrência internacional, a atração de investimentos produtivos e a promoção de ajustes no sistema produtivo doméstico, induzirá ao alcance de níveis maiores de produtividade, estimulando a inserção de nossas empresas nas cadeias globais de valor. O Ministério deve coordenar, implementar e contribuir com políticas que estimulem a competitividade das empresas de bens e serviços, com instrumentos de estímulo à inovação, empreendedorismo, investimento e aumento da produtividade. Esse objetivo perpassa pela instituição de uma nova geração de políticas públicas: mais transversais, efetivas e monitoráveis.





Um dos desafios mais relevantes para tornar os resultados perenes diz respeito à necessidade de institucionalização das práticas de avaliação ex-ante e ex-post das políticas e programas voltados para o estímulo da competitividade. Tais avaliações devem nortear as escolhas de políticas e programas a serem desenvolvidos pelo Ministério e a forma de monitoramento e avaliação de seus resultados e impactos no estímulo à competitividade das empresas.

Nesse contexto, destaca-se o caráter inovador do Programa Brasil Mais Produtivo que trouxe essas características de horizontalidade e planejamento já considerando o monitoramento ao longo de sua execução.

Quanto ao gerenciamento de riscos operacionais e de projetos específicos, reporta-se que foram feitos levantamento de riscos e estudo de ações mitigadoras para o Inovativa, Processo Produtivo Básico e Ex-Tarifário.

Voltada ao apoio ao desenvolvimento tecnológico e à atração de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e empreendedorismo inovador, promoção de negócios com a indústria e a internacionalização das operações.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Disponível em: <https://www.inovativabrasil.com.br/>

Programa InovAtiva



INOVATIVA
BRASIL

Escolhido, em 2017, pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) como exemplo mundial de inovação no setor público, este programa de aceleração envolve capacitações online, mentorias de alto nível e conexões com o mercado para startups de todo o país, sem nenhum custo para os participantes. Conta, atualmente, com mais de 33,2 mil empreendedores na plataforma e 650 mentores voluntários, dentre eles, executivos, investidores-anjo e empreendedores de sucesso. O programa já recebeu mais de 9,5 mil projetos de startups.

Em 2018, o InovAtiva realizou oito edições completas, com ciclos de quatro meses, para startups de quase 20 segmentos da economia, de todas as regiões do Brasil.

Em dezembro de 2018, foi concluído mais um ciclo de aceleração de uma turma de cerca de 100 startups, com a apresentação a investidores e grandes empresas em mais uma edição do Demo Day InovAtiva. Assim, o programa conta atualmente com 1.800 startups capacitadas, das quais 839 concluíram o ciclo de aceleração e conexão com investidores.



Disponível em: <https://startupindustria.com.br/inteligencia>

Resultados StartOut Brasil – versão modificável não disponível.

StartOut Brasil

Internacionalização de startups



Missões a 5 países
(Argentina, França, Alemanha, Estados Unidos e Portugal)



555 Startups inscritas e
58 participantes



6 meses
10 negócios facilitados
20% de aproveitamento

StartOut Brasil

Um programa de internacionalização de startups que busca inserir negócios em mercados cujos ecossistemas de inovação sejam os mais promissores do mundo. Atua também na capacitação e conexão das startups brasileiras com clientes, parceiros e investidores estrangeiros.

Dedicado a startups mais “maduras”, o StartOut seleciona negócios que receberão apoio em etapas do processo de internacionalização, mediante consultorias especializadas, mentorias

no mercado de destino e treinamento de pitch. Durante a missão no exterior, os participantes cumprem agenda de prospecção de clientes e investidores e realizam conexões com ambientes de inovação.

Já no Brasil, as empresas recebem apoio para definir sua estratégia de internacionalização e realizar a efetiva instalação no mercado-alvo (*softlanding*).

Até 2018, já participaram 58 startups nas missões de Buenos Aires e Paris (2017), Berlim, Miami e Lisboa (2018), com aproveitamento de quase 20%, sendo 10 negócios facilitados.

A meta é levar 240 empresas para o exterior até 2021.

INOVAÇÕES E MELHORIAS

No ano de 2018, foram criados três novos programas dentro da Agenda de Inovação, sendo eles:

Conexão Startup Indústria

Tem como objetivo promover o ambiente de negócios entre startups e indústrias, atuando com foco em ações de integração digital das diferentes etapas da cadeia de valor dos produtos industriais. Executado pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), o programa tem foco na integração digital da cadeia de valor dos produtos industriais, ao conectar pequenas empresas de base tecnológica com indústrias-âncora.

Deste modo, as startups passam a ter acesso ao mercado, inclusive com aporte financeiro, e as indústrias passam a ter acesso a soluções comerciais desenvolvidas pelas startups. Já as instituições de apoio, por meio de parcerias com as startups, compartilham riscos.

Como resultado do primeiro edital do programa Conexão Startup Indústria, em 2018, foram selecionadas 10 indústrias, 27 startups e cinco instituições de apoio, de um total de quase 400 empresas inscritas, havendo sido finalizadas 32 provas de conceito entre startups e indústrias, com firma de termo de compromisso de compra e venda das soluções desenvolvidas após implantação de projetos piloto.

Informações mais detalhadas sobre os casos acima poderão ser encontradas no relatório [Estudo da Jornadas das Startups no Brasil](#).

ProVA – Laboratório do Varejo

Em junho de 2018, o Ministério e a ABDI inauguraram o Laboratório de Inovação do Varejo (ProVa), iniciativa inédita na América Latina, que apresenta tecnologias inovadoras para o mercado e promove atividades que ajudam a fomentar o varejo nacional.

O Laboratório disponibiliza ao setor varejista brasileiro um ambiente colaborativo para a construção de ações e programas de estímulo à inovação, com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento e fortalecimento da inovação do setor frente aos inúmeros desafios impostos pelo dinamismo do mercado e pela velocidade

com que o setor precisa se adaptar para atender às novas gerações de consumidores cada vez mais exigentes.

Em 2018, cerca de 35 atividades do laboratório foram conduzidas gratuitamente dentro e fora do seu espaço físico em parceria com entidades e empresas. Após este primeiro ciclo podemos comprovar o sucesso da iniciativa: o ProVA capacitou 3,5 mil profissionais e atendeu mais de 600 organizações desde que foi aberto.

A meta é realizar três ciclos de atividades até o fim de 2019, com mais de 100 atividades no total. Serão eventos como: palestras, *meetups*, exposições, cursos, oficinas de tendências, *bootcamps*, *hackaton*, *fast datings*, testes com consumidores e outros.

Agenda para a Indústria 4.0

A Agenda Brasileira para a Indústria 4.0 congrega ações do Governo Federal para apoiar a transição do setor produtivo brasileiro rumo ao paradigma da 4ª Revolução Industrial, dando amplo suporte ao empresário que pretende seguir o caminho da transformação digital.

Seus resultados incluem:

(i) redução a zero da alíquota do imposto de importação para aquisição de robôs industriais e impressoras 3D, que pode gerar investimentos da ordem de US\$ 400 milhões nos próximos anos;

(ii) Atendimentos a 49 empresas, sendo 4 deles já concluídos com a linha de produção digitalizada, resultando em 41,5% de ganho de produtividade. Espera-se para em 2019 mais 300 atendimentos;

(iii) Lançamento do projeto Fábricas do Futuro (*testbeds*, (em inglês) que selecionou as dez melhores propostas, premiando-as com R\$ 300 mil cada; e

(iv) Criação dos primeiros cursos de mestrado e doutorado do Brasil em Indústria 4.0.

Agenda para a Indústria 4.0

Estratégia consiliada para evolução da indústria



- **Zeragem da alíquota de Imposto de Importação para Robôs Industriais e Impressoras 3D**

(Expectativa de atração de investimentos privados de US\$ 400 milhões em 2 anos)

- **Brasil mais Produtivo 4.0: digitalização e conectividade**

(Expectativa com 49 empresas e 41,5% de aumento de produtividade)

- **Projeto Fábricas do Futuro: 31 projetos e 10 empresas selecionadas**

investimento público de até R\$ 300mil por testbed)



- **Plataforma para avaliação do grau de maturidade das empresas para transformação digital**

(meta de 3mil empresas atendidas entre 2018 e 2019)

- **1º programa de mestrado e doutorado do Brasil em Indústria 4.0**

(UFAM e UFA com Faculdade do Porto sob coordenação do MDIC)

Redução de custos intrafirma e aumento da eficiência ○●○

O MDIC tem se esforçado em concepção e consecução, em parceria com diversos atores governamentais e privados, de instrumentos que incentivem a produtividade e competitividade industrial, impactando a eficiência das empresas brasileiras a partir de medidas que visam reduzir custos e aumentar a qualidade de seus serviços e produtos. Em um contexto de crescente competitividade a indústria é considerada o motor da inovação, crescimento e estabilidade social, com clientes exigindo produtos novos, com alta qualidade e ofertas personalizadas em intervalos de tempo cada vez menores. Nesse cenário, os desafios da indústria incluem o aumento contínuo da produtividade com redução no gasto de energia e demais recursos – sempre objetivando reduzir custos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Programa, Brasil mais Produtivo (B+P)

Iniciativa que visa elevar a produtividade de processos fabris com a promoção de melhorias rápidas, de baixo custo e alto impacto, tendo como foco as pequenas e médias empresas industriais do Brasil.

O B+P difunde práticas de aperfeiçoamento contínuo para reduzir o consumo de energia elétrica e diminuir perdas e desperdícios nos processos produtivos fabris.

Criado em 2016, teve sua primeira fase encerrada em julho de 2018 e registrou ganho de mais de 52% em produtividade nas linhas de produção das cerca de três mil empresas atendidas nos setores metalomecânico, moveleiro, de vestuário e calçados, alimentício e de bebidas.

Nos 48 atendimentos realizados no projeto piloto em Eficiência Energética, constatou-se uma redução de 26,4% no consumo energético das empresas, o que caracterizou um retorno, em 28 dias, sobre a contrapartida necessária para participação no programa.

Já no projeto de Digitalização e Conectividade, verificou-se um aumento de produtividade de 41,5% nos 49 atendimentos realizados no projeto piloto.



BRASIL MAIS
PRODUTIVO

<p>Aumento médio de produtividade</p> <p> 52,11%</p> <p>Aumento da capacidade de produção por meio da redução de desperdícios e/ou aumento da eficiência nos processos produtivos em que a ferramenta foi aplicada.</p>
<p>Redução média da movimentação do trabalho</p> <p> 60,59%</p> <p>Redução de deslocamentos desnecessários por meio da reorganização de processos e leiautes, priorizando as atividades que agregam valor.</p>
<p>Retorno sobre o investimento</p> <p> 11,11 vezes</p> <p>Ganho médio anual estimado, por empresa, sobre o investimento total (R\$ 18 mil) na consultoria, em decorrência das melhorias implantadas.</p>
<p>Retorno sobre o investimento</p> <p> 5,06 meses</p> <p>Tempo médio estimado em que o investimento total do atendimento (R\$ 18 mil) é recuperado pela empresa, derivado das melhorias implantadas pela consultoria do programa.</p>
<p>Redução média do retrabalho</p> <p> 64,82%</p> <p>Correspondente a 473 empresa(s) do total selecionado</p> <p>Índice de redução de rejeitos e descarte de materiais decorrentes de falhas de processamento durante o processo de fabricação.</p>
<p>Retorno do investimento da empresa</p> <p> 23,56 dias</p> <p>Tempo médio estimado em que o investimento da contrapartida da empresa (R\$ 3 mil) é recuperado pela empresa, derivado das melhorias implantadas pela consultoria do programa.</p>

Ex-tarifário

O Regime de Ex-Tarifário de bens de capital (BK) e de bens de informática e de telecomunicações (BIT) permite a redução, temporária e excepcional, da alíquota do imposto de importação desses bens, sem produção nacional equivalente, para estimular o investimento produtivo no país.

Em 2018, foram protocolados no MDIC 4.285 pleitos de concessão ou renovação e publicados 3.825 Ex-tarifários. Isso resultou em US\$ 6,2 bilhões de investimentos em máquinas e equipamentos importados, previstos pelos pleiteantes, a serem beneficiados pelo regime.

INOVAÇÕES E MELHORIAS

Em 2018 tivemos inovações em dois programas já existentes e o lançamento de dois novos programas:

Drawback

O drawback é um regime aduaneiro especial de incentivo às exportações brasileiras, promovendo a desoneração tributária de mercadorias utilizadas na industrialização de bens exportados ou a exportar.

Em 2018, construiu-se um sistema informatizado para atender pleitos de alteração de titularidade de atos concessórios de drawback, de forma totalmente digital, incluindo anexação de documentos.

Houve também a integração dos Sistemas de Drawback com a Declaração Única de Exportação (DU-E), no âmbito do Portal Único de Comércio Exterior, e o início da construção do drawback integrado suspensão contínuo, que consiste na aprovação de um único ato concessório de drawback para o processo produtivo de empresas com fluxo constante de exportação.

Estratégia BIM-BR (Construção Inteligente)



No campo da construção civil, foi lançada, em 2018, a Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling - Estratégia BIM BR, para promover um ambiente adequado ao investimento em BIM e sua difusão no País.

O BIM é o novo paradigma mundial para a construção de edificações e obras de infraestrutura, visando aumento de produtividade, redução de custos e de riscos, maior confiabilidade nas estimativas de prazo e de orçamentação, maior transparência nas compra e redução de aditivos contratuais.

A Estratégia BIM BR estabelece um plano de ações de longo prazo (de 2018 a 2028), cujas metas são: aumentar em 10 vezes a adoção do BIM (de 5% para 50% do PIB da Construção Civil); aumentar a produtividade das empresas que adotarem o BIM em 10%; reduzir custos em 9,7%; e elevar em 28,9% o PIB da Construção Civil (crescimento de 2,6% ao ano até 2028).

Plataforma Supertec

A plataforma SuperTEC, criada em março de 2018, é uma ferramenta inovadora de qualificação profissional, que casa a demanda profissional, por meio de seus mais de 6.000 parceiros, e a oferta de cursos de qualificação de forma automatizada e mais eficiente. O seu conjunto de ações objetiva reduzir a evasão de cursos técnicos e aumentar a empregabilidade.

Em 2018 realizou-se, com sucesso, um piloto do Programa SuperTEC Socioemocional, uma parceria firmada entre o MDIC e a Brasscom. Foram treinados 500 alunos em habilidades socioemocionais da área de tecnologia da informação, nas cidades de Belo Horizonte, Brasília, Salvador e Londrina.

Trata-se também de um novo modelo educacional de desenho de cursos técnicos de forma integrada com as empresas, para a definição do currículo, visitas dos alunos às empresas, funcionários das empresas dando aulas como voluntários, mentorias, *bootcamps*, parcerias com canais de empregabilidade, etc.

Rota 2030

Lançado em julho de 2018, o Programa Rota 2030 - Mobilidade e Logística visa orientar o desenvolvimento da indústria automotiva do país. O programa, resultado do aperfeiçoamento de políticas anteriores, busca alinhar o produto nacional, em termos de tecnologia, eficiência energética e segurança, ao padrão almejado pelos grandes polos globais de produção e desenvolvimento automotivo.

O Rota 2030 inova ao compreender metas-desafio e incentivos às empresas participantes, relacionados à etiquetagem veicular, eficiência energética, segurança veicular, e pesquisa e desenvolvimento.

Redução do Custo de Transação ○○○●

Com foco no aumento de competitividade em setores estratégicos para o país, o MDIC tem buscado atuar, adicionalmente, em programas e ações que tenham como principal foco a redução do custo de transação ao empresário, a partir do aumento da previsibilidade e maior dinamismo dos serviços prestados pelo setor público. Vale destacar que esta perspectiva conversa diretamente com os resultados apresentados mais à frente para o pilar 2, cujo principal desafio é a melhoria do ambiente de negócios brasileiro e consequente aumento de competitividade do setor produtivo nacional.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Redução do Backlog de Relatórios de P&D

Em 2018, o MDIC seguiu trabalhando para reduzir os atrasos na análise dos relatórios de investimentos empresariais em P&D, no âmbito da Lei de Informática (Lei nº 8.387, de 1991). Logrou-se reduzir, de 6 para 1 ano, o atraso nas análises.

Quanto aos avanços, cabe ressaltar a publicação da Lei nº 13.674, de 2018, que modernizou e desburocratizou instrumentos de gestão, e instituiu novas modalidades de aplicação dos investimentos em P&D, como por exemplo, em startups de base tecnológica. Permitiu-se também a avaliação dos investimentos em P&D por auditoria independente.

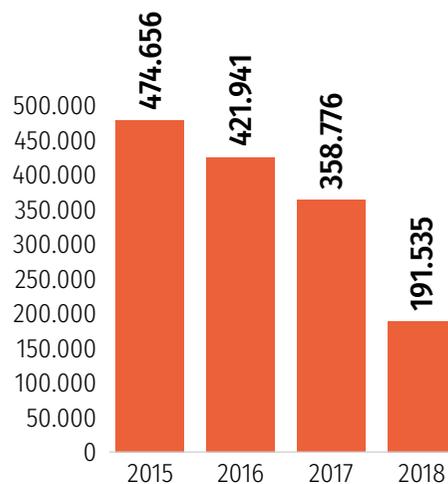
Redução do Backlog de Propriedade Industrial

O MDIC e o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), com ajuda de parceiros nacionais e estrangeiros, atuam, desde 2016, no Projeto de Reestruturação do Sistema de Propriedade Industrial, que visa o aumento da eficiência operacional do órgão e redução do backlog.

Em 2018, um novo recorde foi alcançado, pelo segundo ano consecutivo, na concessão de patentes, 11.090 concessões – 77,4% mais que o ano anterior.

O estoque de registro de marcas foi reduzido de 358.776, em 2017, para 191.535, em 2018, caracterizando uma redução de 46,6%. Ademais, foram eliminados os estoques de pedidos de marcas de certificação, coletivas e tridimensionais.

Backlog de Marcas: 2015 -2018



Em agosto de 2018, o INPI se equiparou ao prazo internacional de registro de marcas, ou seja, 12 meses.

PEDEFOR

O Pedefor é um Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural.

Sob a presidência do MDIC, foi priorizada a atração de novos investimentos, permitindo maior acesso de empresas interessadas às rodadas de leilões do Pré-Sal.

Como resultado do Programa, foram publicadas, em 2018, duas Resoluções do Comitê Diretivo do Pedefor, a saber: a Res. nº 1/2018, propondo que a ANP possa adotar exigências de conteúdo local distintas daquelas vigentes em contratos de rodadas passadas; e a Res. nº 2/2018, que deliberou sobre exigências de conteúdo local para a oferta permanente de leilões de blocos exploratórios, via internet, à medida que um potencial investidor demonstre interesse.

INOVAÇÕES E MELHORIAS

Em 2018, o MDIC assinou o Memorando de Entendimento com o Ministério das Relações Exteriores do Reino Unido (FCO) sobre Cooperação para Facilitação de Comércio no âmbito do *Prosperity Fund*. O documento contempla cooperações em diversas frentes, incluindo o aumento da eficiência dos portos brasileiros, por meio de sistemas eletrônicos avançados e estruturas de

operação. Pretende-se, assim, reduzir o tempo e o custo das operações de comércio exterior realizadas por meio de portos marítimos. O projeto terá duração de quatro anos e seu início está previsto para abril de 2019.

O *Prosperity Fund* é um dos fundos de Apoio Oficial ao Desenvolvimento (ODA) do Governo Britânico e almeja investir até £ 80 milhões no Brasil, até 2023. O Programa de Facilitação de Comércio deverá contar com cerca de £ 20 milhões para atuar nas seguintes frentes: Inserção de Micro, Pequenas e Médias Empresas nas Cadeias Globais de Valor; Eficiência dos Portos; Propriedade Intelectual; Melhor Regulação; e Apoio de Acesso do Brasil à OCDE.

DESAFIOS E PRÓXIMOS PASSOS

Um dos desafios mais relevantes para tornar os resultados perenes diz respeito à necessidade de institucionalização das práticas de avaliação

ex-ante e ex-post das políticas e programas voltados para o estímulo da competitividade. Tais avaliações devem nortear as escolhas de políticas e programas a serem desenvolvidos pelo Ministério e a forma de monitoramento e avaliação de seus resultados e impactos no estímulo à competitividade das empresas.

Nesse contexto, destaca-se o caráter inovador do Programa Brasil Mais Produtivo que trouxe essas características de horizontalidade e planejamento já considerando o monitoramento ao longo de sua execução.

Quanto ao gerenciamento de riscos operacionais e de projetos específicos, reporta-se que foram feitos levantamento de riscos e estudo de ações mitigadoras para o Inovativa, Processo Produtivo Básico e Ex-Tarifário.



Pilar 2

Tornar o Ambiente de negócios amigável ao empresário e ao inovador

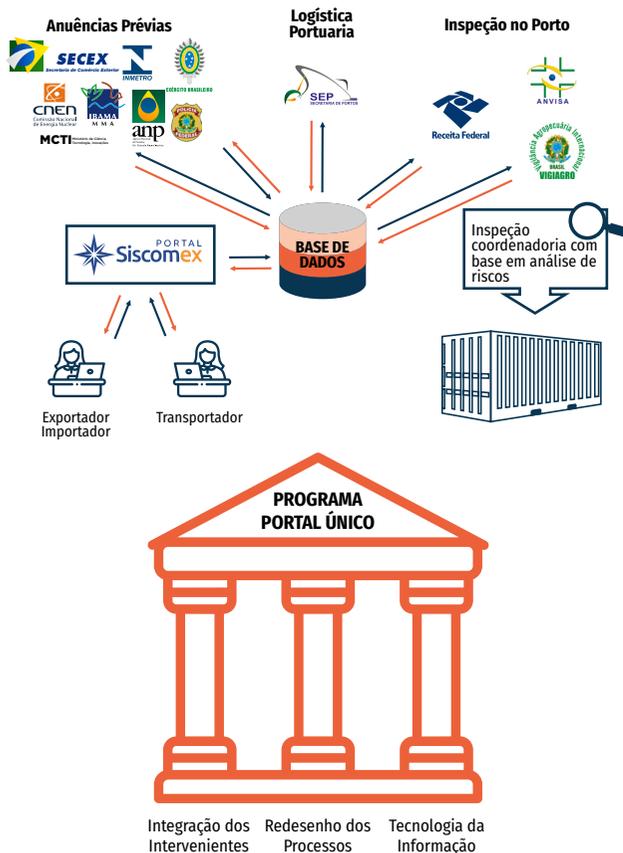
O Objetivo estratégico trata da articulação de propostas de ajustes e melhorias que reduzam os custos sistêmicos do investimento, da inovação, da produção, do comércio e da prestação de serviços, contribuindo para a construção de um ambiente econômico e institucional alinhado com as melhores referências internacionais. Envolve ações de coerência regulatória, simplificação de procedimentos e desburocratização em geral.





Ainda no contexto da melhoria do ambiente de negócios, o MDIC, em cooperação com outros órgãos da Administração Pública, adotou nova estratégia de conferir centralidade na prestação de serviços sob sua competência, passando a oferecer ao usuário uma entrada única de interlocução com o governo, reduzindo as redundâncias de exigências, o custo a ser investido e os tempos de resposta. Esse conceito de facilitar o acesso às necessidades do setor privado por meio do conceito de “one-stop shops” já tem se mostrado iniciativa extremamente bem-sucedida, com impactos em importantes rankings internacionais.

Centralidade na prestação de serviços (guichês únicos) ○●○○



Portal Único de Comércio Exterior

Como medida de facilitação de comércio, o Portal Único de Comércio Exterior destaca-se

por apresentar ganhos na simplificação dos processos de importação e na redução de prazos de exportação, que culminará em cerca de 40% do tempo atual.

Implementou-se, em 2018, nova fase do Processo de Exportações do Portal Único, contemplando 100% das operações de exportação. Entre 2017 e 2018, houve redução de 79% de documentos utilizados para declaração das exportações (DE); a redução em cerca de 60% das informações a serem preenchidas numa DE; e eliminação do papel em 99% das operações que exigem anuência governamental. Ademais, superou-se a meta de tempo médio de exportações brasileira, reduzindo de 13 para 8 dias e, posteriormente, alcançando 6,4 dias.

Redesim

A RedeSim é um sistema integrado que permite a simplificação dos procedimentos de abertura, alteração, baixa e legalização de empresas, contribuindo para a redução da burocracia e facilitação de negócios e investimentos no Brasil.

A RedeSim alcançou redução dos prazos para abertura de empresas de 100 dias, para 24 horas, considerando os municípios em que foi implantado.

No Rio de Janeiro, esse prazo caiu de 45 dias em 2017 para 23,5 dias em 2018. Em São Paulo, o tempo total de abertura de uma empresa diminuiu de 101,5 dias, em 2017 para 18,5 dias, em 2018.

Sem Barreiras

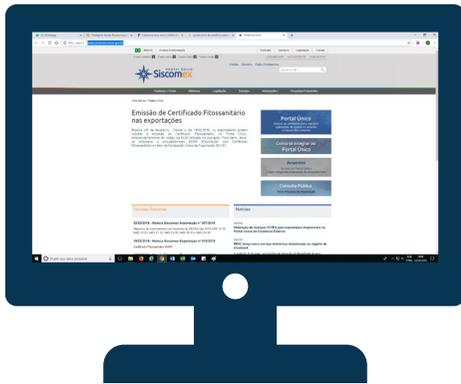
O Governo visa mitigar os efeitos das barreiras às exportações de bens, serviços e investimentos brasileiros. Assim, em 2017, criou-se o Sistema Eletrônico de Monitoramento de Barreiras às Exportações – SEM Barreiras.

Trata-se de plataforma que oferece um canal eletrônico e centralizado para o setor produtivo levar ao conhecimento dos diferentes órgãos de governo, a existência de barreiras as suas exportações.

Em 2018, foram realizadas ações de divulgação e capacitação ao setor privado sobre o sistema, mediante workshops em oito Estados (SP, RJ, MG, GO, BA, PR, SC e RS). Ainda, foram cadastradas 31 entidades e registrados 41 pleitos por parte do setor produtivo, com a respectiva análise pelo Governo.

INOVAÇÕES E MELHORIAS

O Portal único de Comércio Exterior



O Novo Processo de Importação do Portal Único segue o conceito de desenvolvimento e implantação gradual com entregas progressivas no Portal Siscomex. Essa estratégia permite agregação de valor às operações de forma mais rápida a partir da implantação de funcionalidades do novo sistema que já tiveram seu desenvolvimento concluído, além de possibilitar a participação do setor privado e frequente atualização da ferramenta para que atenda as novas necessidades e tecnologias.

A primeira etapa entrou em operação em outubro de 2018, em formato de projeto-piloto, contemplando empresas certificadas pela Receita Federal como Operador Econômico Autorizado (OEA) – nas categorias Pleno e Conformidade Nível 2 – ou importadores que operem por conta e ordem dessas empresas. Nesta fase, as operações contemplaram o modal aquaviário, com recolhimento integral dos tributos federais

incidentes e com controle exclusivamente aduaneiro, ou seja, sem anuências de outros órgãos.

Para 2019, estão previstas outras melhorias como: o cancelamento e a retificação da Duimp (Declaração Única de Importação); maior celeridade na inspeção de cargas transportadas em embalagem de madeira; novo cadastro de peritos; utilização da anexação eletrônica de documentos na modalidade de Remessa Expressa de Importação e Trânsito Importação; e anexação eletrônica de documentos via webservice.

Ombudsman de Investimentos Diretos

Em 2018, também foi estruturado o Ombudsman de Investimentos Diretos (OID), no âmbito da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX). O Ombudsman de Investimentos Diretos funciona como uma janela única de investimentos e principal canal de comunicação entre o investidor estrangeiro coberto pelo Acordo de Cooperação, Facilitação e Investimento (ACFI), a Secretaria-Executiva da CAMEX e a Rede de Pontos Focais constituída por mais de 30 órgãos de governo no nível nacional e subnacional (estados e municípios).

O OID tem por responsabilidade receber consultas e questionamentos sobre matérias relacionadas a investimentos, que deverão ser respondidos em conjunto com os demais órgãos governamentais envolvidos. Isso permite que as consultas e os questionamentos dos investidores de países com que o Brasil tenha ACFI em vigor sejam centralizados em um único órgão,

que deverá responder tempestivamente às demandas solicitadas.

Portal do Empreendedor

O Portal do Empreendedor tem sido desenvolvido como um canal único de atendimento e prestação de serviços para o empreendedor nacional.



O canal é responsável pela formalização de microempreendedores individuais, mediante inscrição, alteração e baixa no cadastro nacional de pessoas jurídicas (CNPJ) dos Microempreendedores Individuais (MEIs) e emissão de guia para pagamento dos impostos do Simples Nacional. Além disso, o Portal do Empreendedor disponibiliza ao MEI acesso à Declaração Anual do Simples Nacional do MEI, acesso às certidões negativas, comprovantes cadastrais e outros serviços.

Em 2018, foram priorizadas diversas demandas para atualização e aprimoramento do Portal. Ainda, com o objetivo de oferecer orientação, reduzir custos administrativos e elevar a competitividade dos microempreendedores individuais (MEIs), o Orienta MEI, módulo online provido pela Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis (FENACON), oferece atendimento gratuito para elucidação de dúvidas de questões contábeis, em cumprimento à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

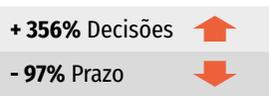
Desburocratização e Simplificação ○○○●

O Estado deve empenhar-se em combater os excessos de exigências formais que atrasam e, muitas vezes impedem, os cidadãos de usufruírem dos serviços aos quais têm direito e afetam diretamente a competitividade do país. Assim, o tema desburocratização passou a assumir papel central na discussão governamental. Atuando por meio da desregulamentação de normas que interferem de maneira exagerada nas relações de direito e obrigação entre o cidadão e o Estado, ou por meio da promoção da coerência regulatória, o MDIC tem trabalhado desde o planejamento da simplificação até a implementação das melhorias identificadas.

PRINCIPAIS RESULTADOS



Programa de Computador



Reestruturação do Sistema Brasileiro de Propriedade Industrial

O Projeto de Reestruturação do Sistema Brasileiro de Propriedade Industrial propiciou, a revisão interna de normas, a sistematização de processos, e ações de investimento em infraestrutura básica de tecnologia da informação no INPI, no valor de R\$ 17 milhões. Isso se traduzirá em ganhos de produtividade, segurança de informação e suporte à redução do backlog de patente.

Em 2018, houve o lançamento do sistema de registro de programas de computador, que aumentou em 383% a quantidade de registros desses programas e reduziu o prazo para emissão do certificado de 318 para 8,97 dias.

Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação

Em 2018 foi publicado o Decreto nº 9.283, que regulamenta o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação, buscando simplificar a celebração de convênios para a promoção da pesquisa pública; facilitar a internacionalização de instituições científicas e tecnológicas e aumentar a interação elas e as empresas.

O Decreto ainda diversifica instrumentos financeiros de apoio à inovação e permite maior compartilhamento de recursos entre entes públicos e privados, simplifica procedimentos de importação de bens e insumos para pesquisa; estimula a realização de encomendas tecnoló-

gicas e a flexibilidade no remanejamento de recursos orçamentários.

Aprimoramento legislativo em matéria de Defesa Comercial

No tocante ao marco normativo nacional sobre defesa comercial, cabe destacar a publicação da Portaria SECEX nº 41, de 27 de julho de 2018, que dispõe sobre as informações necessárias para a habilitação da produção nacional de determinado produto como indústria fragmentada para fins de defesa comercial; e da Portaria SECEX nº 72, de 19 de dezembro de 2018, que dispõe sobre as informações necessárias para a elaboração de petições relativas à revisão de determinação prevista na Seção II do Capítulo IX do Decreto no 8.058, de 26 de julho de 2013.

INOVAÇÕES E MELHORIAS

Agenda Regulatória de Comércio Exterior

Seguindo o norte de simplificação de procedimentos e maior transparência, a SE/CAMEX realizou a publicação da 1ª Agenda Regulatória do Comércio Exterior, que se deu por meio da Resolução CAMEX nº 52, de 9 de agosto de 2018.

A Agenda compreende 8 temas, desde aduanas até defesa comercial e compras públicas, e cerca de 66 atos normativos que, somados ao empenho da Secretaria em eliminar o estoque interno de Resoluções do colegiado, já resultou na redução de cerca de 466 normativos.

A Agenda Regulatória do Comércio Exterior indica as matérias com prioridade de ação e acompanhamento, sendo um dos temas prioritários para monitoramento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Entre as boas práticas regulatórias estão diretrizes sobre: a) transparência, consultas públicas e acesso do público a propostas de medidas regulatórias; b) elaboração de análise de impacto regulatório (AIR); c) acesso às medidas regulatórias em vigor; d) prazo para recebimento de comentários em consultas e audiências públicas; e) uso de referências internacionais; e f) gestão do estoque regulatório.

DECOM-Digital

Em 2018, foram implementados no Sistema DECOM Digital (SDD) os módulos voltados às investigações de subsídios e de salvaguardas, por meio da Portaria SECEX nº 30, de 7 de junho de 2018. Deste modo, as investigações de dumping, subsídios e salvaguardas passaram a ser conduzidas exclusivamente por meio do SDD, permitindo a juntada online de documentos aos autos de cada investigação, sua disponibilização contínua às partes interessadas e o acompanhamento em tempo real de cada fase das investigações, o que confere agilidade, transparência e eficiência aos processos.

Central Nacional de Registro (CNR) e Base Nacional de Empresas (BNE)

Ainda no âmbito da simplificação de procedimentos, a fim de transpor o obstáculo da dificuldade de realizar atos empresariais em órgãos de

registro de diferentes Estados, o MDIC tem trabalhado no desenvolvimento da Central Nacional de Registro e da Base Nacional de Empresas.

Funcionando como um sistema unificador dos múltiplos Integradores Estaduais, a Central Nacional de Registro (CNR) é apresentada ao cidadão como um sistema único, simplificando os processos interestaduais, integrando informações, serviços e processos relativos à abertura e legalização de empresas jurídicas.

Já a Base Nacional de Empresas (BNE), prevista no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, concentra informações de registro empresarial e sociedades, viabilidades locacionais e de licenciamento de empresas, além de outras informações de sociedades empresariais e pessoas jurídicas em geral. O intuito da centralização desses dados, em 2019, é a disponibilidade das informações de empresas para os mais diversos órgãos públicos, de forma a facilitar o desenvolvimento de novas políticas públicas.

DESAFIOS E PRÓXIMOS PASSOS

Os principais desafios observados em relação a esse objetivo se referiram à necessária articulação de múltiplos atores envolvidos nas discussões, na formulação e implementação das ações de desburocratização, coerência regulatória e simplificação. Para permitir melhor definição estratégica e pactuação das medidas a serem implementadas, o Ministério instituiu de forma pioneira um Grupo de Trabalho de Simplificação

Administrativa que elaborou o primeiro plano de desburocratização do órgão. Após a elaboração do plano, ele foi inserido nos processos e governança do Sistema MDIC para monitoramento e avaliação do plano, se utilizando do Comitê de Governança Estratégica como colegiado para esse fim. Ademais, vem sendo elaborados e implementados planos anuais de desburocratização em alinhamento às diretrizes do Decreto de 7 de março de 2017.

Outra medida importante para permitir o adequado foco e alinhamento entre as medidas propostas e prover maior previsibilidade e transparência aos atores envolvidos, buscou-se reunir as principais ações em forma de planos ou projetos únicos, a exemplo da Agenda Regulatória de Comércio Exterior, o Projeto de Reestruturação do Sistema Brasileiro de Propriedade Industrial e os próprios Planos de Desburocratização.

Por fim, destaca-se o início da implementação da Avaliação de Impacto Regulatório (AIR) no Ministério, com estudos de caso sobre a Lei de Informática e a Agenda Regulatória do Comércio Exterior. Pretende-se que a metodologia seja aplicada em outros casos no âmbito do órgão.

Quanto ao gerenciamento de riscos operacionais, destaca-se que o mapeamento de riscos do processo de “acompanhamento e fiscalização da arrecadação de CNE” contribuiu para as especificações referentes aos projetos do BNE. Também foram mapeados riscos e identificadas ações mitigadoras para o processo de defesa comercial no âmbito da SE/CAMEX.



Pilar 3

Elevar o patamar de exportações de bens e serviços

O desafio é conferir novo status ao comércio exterior, promovendo o aumento significativo da inserção dos produtos e serviços do país na economia mundial. Os esforços para elevação do patamar de exportações de bens e serviços deve se pautar nos seguintes eixos de ação: ações de inteligência e promoção comercial; uma agenda proativa de acesso a mercados; fortalecimento dos instrumentos de financiamento e garantias às exportações; aperfeiçoamento de mecanismos e regimes tributários para o apoio às exportações.



Nova geração de acordos



Na busca por conferir maior transparência e agilidade na gestão dos dados de comércio exterior, o MDIC, ao longo de 2018, seguiu desenvolvendo trabalho de reformulação da disponibilização dos dados de comércio exterior. Ainda, entendendo ser importante, como locus estratégico e central para o tema, o MDIC trabalhou no fortalecimento da governança por meio da atuação em órgãos colegiados.

Nova geração de acordos ●○○

Buscando alavancar as exportações brasileiras de bens e serviços, o MDIC tem trabalhado na ampliação da rede de negociações internacionais do Brasil, não apenas quantitativamente, mas também de maneira qualitativa. Se no passado o foco dos acordos era essencialmente em bens, com preocupação na redução ou eliminação tarifária, atualmente abarcam inúmeras disciplinas tais como como facilitação de comércio, facilitação de investimentos, serviços, exame compartilhado de patentes, compras governamentais, certificado de origem digital, convergência regulatória, comércio eletrônico, PMEs – Tais diretrizes foram implementadas, inclusive, para os acordos que, no passado, versavam unicamente sobre preferência de bens, tendo sido remodelados para abarcar essas novas disciplinas.



PRINCIPAIS RESULTADOS

Acordos de Cooperação de Facilitação de Investimentos

Na área de investimentos, destacou-se a assinatura, em 2018, do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) com a Etiópia, Suriname e Guiana.

Esses instrumentos promoverão a facilitação do fluxo de capitais entre as partes, mitigação de riscos

nos investimentos mútuos e prevenção de controvérsias.

Ao adicionar estes 3 países, a movimentação para implementação de acordos de investimentos já alcançou 13 países parceiros desde 2016.

Ainda em 2018, cumpre destacar a conclusão da negociação de novo acordo com os Emirados Árabes Unidos e avanços nas negociações com o Equador.

Acordos de Compras Governamentais

Em 2018 Brasil e Chile assinaram, acordo de compras públicas com compromissos nas áreas de transparência e tratamento nacional. O acordo garantirá aos bens, serviços e fornecedores de bens e serviços brasileiros amplo acesso ao mercado de compras públicas chileno, estimado em cerca de US\$ 11 bilhões.

O Chile é parte de 13 acordos internacionais de compras públicas, o que significa que, agora as empresas brasileiras interessadas no mercado chileno poderão concorrer em condições de igualdade com as empresas desses 13 países.

Acordos em Concessão de Patentes

O MDIC e o INPI firmaram acordos de *Patent Prosecution Highway* (PPH) com Estados Unidos, União Europeia, Japão e países sul-americanos (Prosur), para o compartilhamento de informações e a aceleração de exames técnicos de pedidos de patentes.

Também em 2018 entrou em vigor o acordo de PPH com a China e foram iniciadas as negociações com os escritórios de patentes da Inglaterra e da Dinamarca.

Acordos de Serviços

Nos últimos anos, a discussão dos temas serviços e comércio eletrônico (economia digital) avançaram em ritmo veloz, tanto no que se refere a aspectos de cooperação quanto de negociações de acordos comerciais.

Assim, foi desenvolvido trabalho de inteligência e articulação com o setor privado para subsidiar as negociações de acordos nos temas relacionados a comércio e serviços, possibilitando, a assinatura de acordos com Colômbia, Peru e Chile e a abertura de novas frentes com Canadá, Coreia, União Europeia e EFTA.

INOVAÇÕES E MELHORIAS

Acesso a mercados

O governo brasileiro está fortemente engajado na ampliação do acesso a mercados para os produtos e serviços brasileiros. A negociação de acordos comerciais com parceiros estratégicos é um dos

principais instrumentos para esse objetivo.

Ao longo de 2018, com participação ativa da SECEX, o governo brasileiro, em conjunto com os sócios do Mercosul, manteve forte engajamento para avançar nas tratativas com a União Europeia, com vistas a concluir acordo de livre comércio.

Igualmente, houve avanços nas negociações para um acordo de livre comércio com o Canadá e a EFTA (Associação Europeia de Livre Comércio), além do lançamento e início das negociações comerciais com Coreia do Sul e lançamento de negociações com Singapura.

Ainda, o Brasil, por intermédio do Mercosul, também aprofundou o relacionamento com países integrantes da Aliança do Pacífico. Nesse sentido, destaca-se a Cúpula de Presidentes MERCOSUL- Aliança do Pacífico em Puerto Vallarta em 24 de julho de 2018, em que foi estabelecido novo Plano de Ação com linhas de trabalhos em facilitação de comércio, cooperação aduaneira, promoção comercial, apoio às pequenas e médias empresas (PMEs), cadeias regionais de valor, barreiras não tarifárias e comércio de serviços.

Acordos de Certificados de Origem Digital

A fim de facilitar o fluxo de comércio com parceiros relevantes, o Brasil passou a adotar o uso de Certificados de Origem Digitais (COD). Em 2018, o COD passou a ser adotado com o Uruguai, estendendo o que, em 2017, já havia sido adotado com a Argentina. O processo encontra-se em diferentes fases de desenvolvimento para outros países, tendo como objetivo a sua efetiva implementação a partir de 2019 para Chile, Paraguai e Colômbia.

Os COD representam imenso ganho de tempo e produtividade: o prazo médio de emissão de certificados de origem caiu de 24 horas para 30 minutos e os custos de tramitação podem ser até 30% menores.

Promoção comercial e fomento ao comércio exterior ○●○

A ampliação e diversificação da pauta exportadora é mais uma das diretrizes trabalhadas no âmbito dos esforços para se alavancar as exportações brasileiras de bens e serviços. Nessa seara, o MDIC busca difundir a cultura exportadora e contribuir para ampliar a presença dos produtos e serviços brasi-

leiros no exterior, juntamente com demais parceiros do setor público e privado que atuam no fomento às exportações brasileiras, organizando as ações e instrumentos desenvolvidos para este fim em um trabalho harmônico e encadeado, evitando duplicidades, sobreposições e lacunas no processo de internacionalização das empresas brasileiras.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Apoio ao Exportador Brasileiro em Investigações de Defesa Comercial no exterior

Em 2018, o MDIC acompanhou 43 investigações iniciadas por terceiros países contra exportações brasileiras, assistindo aos investigados, mediante articulação com outros órgãos do Governo e autoridades investigadoras estrangeiras, para garantir o acesso de produtos brasileiros ao mercado internacional. Realizaram-se ações de coordenação intragovernamental; disseminação aos exportadores de informações sobre os serviços prestados pelo MDIC; e articulação do Brasil com entes estrangeiros em âmbito bilateral, regional e multilateral.

Financiamento e Garantias às Exportações

Em 2018, o valor das exportações apoiadas pelo Programa de Financiamento às Exportações - PROEX-equalização, cresceu de US\$ 5,8 bilhões (2017) para US\$ 6,1 bilhões. Houve, também, um aumento nas exportações de veículos, aeronaves, máquinas e equipamentos. Isso é importante se considerarmos que o aumento do apoio às exportações ocorreu em paralelo a uma redução de 21% no dispêndio do PROEX-equalização (de US\$ 176,7 milhões em 2016 para US\$ 140,1 milhões em 2017). Nota-se que o apoio ocorreu com menos recursos, mas alcançou melhores resultados, demonstrando melhora na eficiência dos gastos.

SISPROM

O SISPROM é o Sistema no qual as empresas registram suas operações de promoção de seus produtos e serviços com redução do IR a zero, quando da participação em feiras e eventos ou realização de pesquisa de mercado, como forma de ampliação da inserção internacional em ambiente global de competitividade.

Entre 2017 e 2018, houve um aumento de 286 para 318 empresas que registraram remessas referentes a ações de promoção comercial e pesquisa de mercado no SISPROM. Observou-se também um incremento nos valores aplicados pelas empresas na ordem de 12%.

INOVAÇÕES E MELHORIAS

Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NBS)

Como resultado do trabalho de revisão de anos anteriores, foi publicada em 17/09/2018 a versão 2.0 da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NBS) e de suas notas explicativas (NEBS). Iniciado em abril/2017 por Comissão composta pela SCS e pela Receita Federal do Brasil (RFB/MF), o trabalho de revisão e aperfeiçoamento teve como insumo o resultado de consulta pública realizada em 2013, bem como o esforço de harmonização da NBS com a Central Product Classification - CPC das Nações Unidas.

Diante do dinamismo do setor de serviços, a NBS e as NEBS são importantes ferramentas de inteligência para a elaboração de políticas públicas no setor terciário ao propiciar o direcionamento de ações voltadas ao fomento empreendedor, à tributação, às compras públicas e ao comércio exterior. A importância estratégica da NBS se reflete

em sua utilização presente (nos registros das empresas no Sistema Integrado de Comércio Exterior e Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio), o Siscoserv; na definição dos serviços elegíveis a financiamento no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações, o PROEX; e aos Adiantamentos de Contrato de Câmbio, ACC, e de Cambiais Entregues, ACE).

Sua relevância poderá ser ainda ampliada por meio de usos futuros do classificador em registro na Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) e na definição de serviços para compras públicas, gerando a perspectiva de um relevante banco de dados acerca do cenário brasileiro de serviços.

Ampliar o número de empresas exportadoras no Brasil (PNCE)

O Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE) contribui para difusão da cultura exportadora e ampliação do número de exportadores brasileiros, por meio de uma rede de apoio a empresas formada por entes públicos e privados.

Em 2018, o PNCE adotou uma nova metodologia que permite a ela-



boração de planos de internacionalização customizados para uma empresa e o melhor acompanhamento dos resultados dos serviços prestados. Foram realizados pilotos em Minas Gerais e Roraima, cujo resultado se mostrou eficaz para a governança e realidade do PNCE.

Governança no Comércio Exterior ○○○●

PRINCIPAIS RESULTADOS

Gestão dos dados de Comércio Exterior

O MDIC manteve constante elaboração e divulgação das estatísticas de comércio exterior de bens do Brasil no período. Nesse sentido, o Brasil se destaca no mundo em termos de transparência, agilidade e qualidade na divulgação pública de estatísticas de comércio exterior. A SECEX também atuou na produção de análises e estudos a respeito do comportamento dos fluxos comerciais de exportação e importação do País e do mundo.

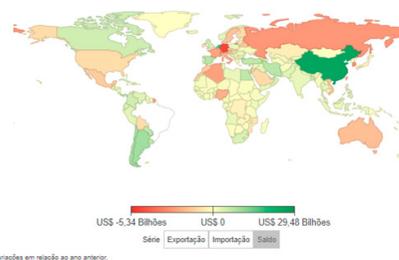
Ao longo dos últimos anos, buscou-se modernizar e reestruturar os instrumentos e plataformas re-

lacionados às estatísticas de comércio exterior do Brasil. Nesse sentido, foram desenvolvidos novos sistemas de consulta online, voltados ao atendimento do público externo e ao acesso mais amigável à informação. Em 2018, foi lançado o Comex Stat, que substituiu o Aliceweb como sistema de consultas on-line de estatísticas do comércio exterior brasileiro. O novo sistema é mais moderno, acessível a qualquer usuário, com navegação fácil e informações disponibilizadas de maneira simples. Entre as principais mudanças está o acesso direto aos dados sem a necessidade de realizar cadastro, e a atualização de dados com maior celeridade. A expectativa é de média mensal de acessos entre 50 mil e 60 mil. Outro lançamento, o Comex Vis, disponibiliza representações gráficas e interativas de dados do comércio exterior brasileiro, buscando maior facilidade e transparência na exploração e análise dessas informações pelo público em geral. Apresentamos a seguir alguns dados relevantes sobre a situação da Balança Comercial brasileira durante o ano de 2018:

Balança Comercial Brasileira 2018



Saldo da Balança Comercial Brasileira em 2018 com países parceiros



*Variações em relação ao ano anterior.

INOVAÇÕES E MELHORIAS

Boas Práticas Regulatórias

Durante o ano de 2018, o Grupo de Trabalho (GT) de Regulação da Camex discutiu a disseminação de políticas de gestão de estoque regulatório e apresentou experiências bem-sucedidas em diversos órgãos federais para a melhoria do ambiente regulatório no Brasil. Entre as iniciativas apresentadas destaca-se Resolução Camex 64, de 2018 que extinguiu 141 resoluções sobre redução da alíquota do imposto de importação por razões de desabastecimento e a Resolução Camex 82, de 2018, que extinguiu 108 resoluções relacionadas à Lista de Exceções à TEC (LETEC), as quais já não produziam mais efeitos jurídicos, além de consolidar alterações ao amparo da LETEC numa única Resolução. No total foram extintas 249 resoluções.

Essas medidas colaboram para a promoção de um bom ambiente regulatório, facilitação de investimentos e expansão do comércio internacional, com efeitos sobre o Acordo de Complementação Econômica - 35 (ACE-35) com o Chile e Acordo de Boas Práticas Regulatórias no Acordo Mercosul-Canadá, por exemplo.

DESAFIOS E PRÓXIMOS PASSOS

Os principais desafios no que se refere a esse objetivo dizem respeito ao aperfeiçoamento da geração de inteligência para uso pelo próprio Ministério ou pelo público externo, além da intensificação da inserção dos produtos e serviços brasileiros no mundo.

Em relação à inteligência, destacam-se a modernização de sistemas de consultas a estatísticas de comércio exterior e o aperfeiçoamento da nomenclatura brasileira de serviços, almejando a perspectiva de amigabilidade ao usuário e simplificação no uso das ferramentas existentes. Quanto à intensificação da inserção brasileira, as medidas tomadas são no sentido de não só ampliar os esforços de negociação de acordos internacionais, como também aperfeiçoar o formato dos acordos, no sentido de ampliar os temas negociados.

No que concerne ao gerenciamento de riscos operacionais, ressalta-se os mapeamentos de riscos e ações mitigadoras para os dois processos de elaboração de estatísticas de comércio exterior de bens e serviços, com o foco na preservação e melhoria da consistência dos dados pu-

blicados, além do aperfeiçoamento dos processos de extração, depuração, consolidação e divulgação dos dados estatísticos. Além da identificação de riscos e ações mitigadoras para o Regime de Concessão de Drawback e Aprovação de Projetos de Zonas de Processamento de Exportação.



Conformidade e eficiência da gestão



Capítulo

03



Declaração do Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração Fernando Lourenço Nunes Neto

A Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração (SPOA) integra a estrutura da Secretaria Executiva do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), de acordo com o disposto no Decreto nº 9.260 de 29 de dezembro de 2017. As competências regimentais da SPOA encontram-se na Portaria MDIC nº 905, de 21 de maio de 2018, que aprova os Regimentos Internos do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Cabe à SPOA, planejar, coordenar e supervisionar, no âmbito do Ministério, a execução das atividades de gestão de documentos e arquivos e daquelas relacionadas aos sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de serviços gerais, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de organização e inovação institucional.

Para tanto, a SPOA dispõe das seguintes Coordenações:

- **Coordenação de Gestão por Competências e Escritórios Regionais:** desenvolvimento de temas relacionados (i) à coordenação e atri-

moramento das atividades técnicas e operacionais dos Escritórios Regionais; (ii) à coordenação das ações relacionadas ao trabalho remoto no âmbito do MDIC; (iii) ao desenvolvimento da gestão por competências; e (iv) a disseminação da cultura de gerenciamento orientado para resultados; entre outros.

- **Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas:** planejamento, coordenação, acompanhamento, orientação e supervisão das atividades relacionadas às políticas de gestão de pessoas, de administração de pessoal, desenvolvimento do corpo funcional e assistência médica e social, segundo diretrizes do órgão central do Sistema de Pessoal Civil – SIPEC.
- **Coordenação-Geral de Recursos Logísticos:** gestão de almoxarifado, patrimônio mobiliário e imobiliário; execução orçamentária e financeira; gestão do Sistema de Diárias e Passagens; fiscalização dos serviços de apoio como: limpeza, copa e brigada de combate a incêndio; obras e serviços de engenharia e manutenção; segurança das pessoas e das instalações; controle de frota; e protocolo geral.
- **Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade:** elaboração, acompanhamento, monitoramento e avaliação dos instrumentos de planejamento e orçamento do Governo Federal; consolidação das propostas orçamentárias do MDIC e de suas entidades vinculadas OFSS; descentralização de créditos orçamentários e financeiros; registros contábeis; balanços, demonstrações contábeis e relatórios para o processo de contas anuais.
- **Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação:** planejamento, desenvolvimento, implantação e manutenção dos sistemas de informação; elaboração de diretrizes e políticas de Tecnologia da Informação; elaboração, execução e avaliação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC); desenvolvimento de ações de governança de Tecnologia da Informação que assegurem a padroni-



zação de controles e o alinhamento dos objetivos com as estratégias, políticas, padrões, normas, regulamentos e obrigações contratuais aplicáveis.

No âmbito da SPOA, destacam-se o desenvolvimento das seguintes Ações ao longo do ano de 2018:

- No que tange aos processos de contratação, vale destacar o esforço da equipe da CGTI junto às áreas finalísticas do MDIC visando à unificação dos serviços do SERPRO. Até a presente data, foi firmado contrato unificando os serviços de desenvolvimento e está em processo de finalização a contratação unificada dos serviços de produção. Tal ação permitirá a redução de contratos firmados com o SERPRO, o que facilita as tratativas junto àquele órgão e o acompanhamento dos serviços pela equipe técnica do ministério.

Ainda nesse âmbito, destaca-se também a realização de procedimento piloto para mapeamento e gestão de riscos do processo “Contratação de Empresas para Prestação de Serviços”;

- Referente à atuação da Coordenação de Gestão por Competências e Escritórios Regionais, ressalta-se as Portarias nº 1.461-SEI, de 23/08/2018, e nº 1.680-SEI, de 02/10/2018, que tratam, respectivamente, da criação dos Escritórios Regionais do MDIC e do processo seletivo para atuação de servidores nos escritórios.

Outro projeto desenvolvido pela Coordenação é o projeto piloto sobre Gestão de Performance, o qual busca como produtos a implementação da prática de planejamento da força de trabalho e fortalecimento da gestão orientada para resultados.

Diante do exposto, verifica-se que a SPOA atua precipuamente no suporte operacional às atividades de gestão do MDIC, nas áreas de orçamento e Finanças; recursos logísticos; gestão de pessoas; tecnologia da informação e gestão por competências.

A conformidade e a confiabilidade de gestão deste capítulo encontram-se fundamentadas em informações extraídas dos principais sistemas gerenciais da Administração Pública (SIAFI, SIAPE, SIADS, SIASS e SIOP).

Ademais, **DECLARO que os padrões de gestão do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste capítulo.**



Marcos Jorge de Lima
Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

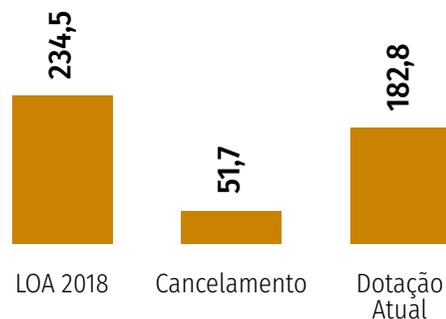




Gestão Orçamentária e Financeira

No âmbito da Administração Direta do MDIC, a Lei Orçamentária Anual – LOA 2018 fixou as despesas totais na ordem de R\$ 495,4 milhões. Após cancelamentos orçamentários, a dotação atualizada foi recalculada para a ordem de R\$ 439,8 milhões. Em relação às despesas discricionárias, a LOA 2018 fixou um gasto da ordem de R\$ 234,5 milhões. Entretanto, a atual dotação orçamentária atinge R\$ 182,8 milhões, representando uma redução de 22% no montante originalmente previsto. Tal supressão decorre de créditos adicionais, que tiveram como fonte de cancelamento dotações da programação desta unidade, encaminhados pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP ao Congresso Nacional, nos termos no parágrafo 10 do Art. 1º do Decreto nº 9.276, de 02 de fevereiro de 2018, que trata da programação orçamentária e financeira.

Variação Orçamentária MDIC 2018 Despesas Discricionárias



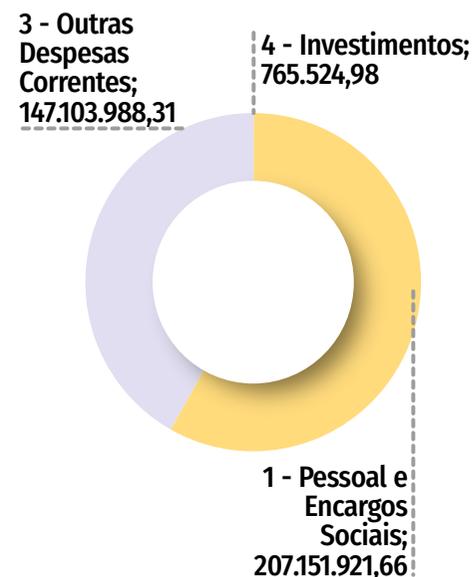
Valor em Milhões.

Fonte: SIOP. Consulta em 24/01/2019

Em relação à classificação das despesas quanto à Função, verifica-se um aumento dos valores, em geral, entre os anos de 2016 e 2017/2018. Isso se deve à transferência, para o MDIC, da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa (SEMPE), que possui despesas na Função 23 – Comércio e Serviços.

O valor pago pelo MDIC com o orçamento de 2018 pode ser verificado no gráfico a seguir

Valor Total Pago em 2018



Fonte: SIOP. Consulta em 24/01/2019

Dentre as Despesas Correntes, os maiores valores referem-se a serviços de tecnologia da informação e comunicação – Pessoa Jurídica. Nesse sentido, dos R\$ 73,3 milhões, o valor de R\$ 48,8 milhões foi utilizado para manutenção, desenvolvimento e modernização de Sistema Informatizados de Comércio Exterior. Dentre esses sistemas, destacam-se o Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX, o Sistema da Balança Comercial Brasileira e o Portal Único de Comércio Exterior, que ainda se encontra em desenvolvimento. Maior detalhamento dos Grupos de Despesa destacados no Gráfico pode ser encontrado nas tabelas a seguir

Função (desc.)	Empenhado 2016	Empenhado Liquidado 2016	Pago 2016	Empenhado 2017	Empenhado Liquidado 2017	Pago 2017	Empenhado 2018	Empenhado Liquidado 2018	Pago 2018
22 - Indústria	71.983.715,69	71.983.715,69	59.347.038,94	83.806.976,16	83.806.976,16	63.568.578,96	75.018.127,92	75.018.127,92	65.645.720,67
23 - Comércio e Serviços	74.765.731,01	74.765.731,01	62.150.238,12	81.985.015,12	81.985.015,12	77.891.171,62	99.482.636,34	99.482.636,34	72.639.929,23

Grupo Natureza de Despesa	Elemento de Despesa	Pago
3 - Outras Despesas Correntes	14 - Diárias - Civil	3.796.462,13
	33 - Passagens e Despesas com Locomoção	4.321.096,71
	37 - Locação de Mão-de-obra	31.046.342,04
	39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa jurídica	12.555.947,23
	40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - Pessoa Jurídica	73.341.653,96
	41 - Contribuições	12.790.340,15
	46 - Auxílio-Alimentação	4.160.490,55
	Outros	5.091.655,54
Total		147.103.988,31

Fonte: SIOP. Consulta em 24/01/2019

Grupo Natureza de Despesa	Elemento de Despesa	Pago
3 - Investimentos Despesas Correntes	39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	16.100,00
	40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação - Pessoa Jurídica	511.237,33
	51 - Obras e Instalações	17.900,00
	52 - Equipamentos e Material Permanentes	220.220.287,65
Total		765.524,98

Fonte: SIOP. Consulta em 24/01/2019

A LOA 2018 do MDIC teve 73% de seus recursos discricionários destinados aos Programas Finalísticos e 27% alocados no Programa de Gestão e Manutenção. Nesse sentido, é possível observar, nas tabelas a seguir, o detalhamento da destinação desses recursos entre as Ações Orçamentárias de cada Programa.

Ações Orçamentárias por Programa - Execução

Programa 2024 - Comércio Exterior	2017				2018			
	Empenhado	Liquidado	Pago	RAP Pago	Empenhado	Liquidado	Pago	RAP Pago
153V - Desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior-	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 5.246.025,16	R\$ 11.469.402,00	R\$ 11.469.402,00	R\$ -	R\$ 9.175.209,94
2022 - Análise de Processos contra Práticas Desleais e Ilegais	R\$ 948.349,15	R\$ 948.349,15	R\$ 930.874,41	R\$ -	R\$ 997.973,50	R\$ 997.973,50	R\$ 866.893,31	R\$ 9.169,06
20TT - Promoção do Desenvolvimento do Setor de Comércio e Serviços	R\$ 13.213.471,00	R\$ 13.213.471,00	R\$ 11.369.018,84	R\$ -	R\$ 13.876.394,71	R\$ 13.876.394,71	R\$ 10.065.028,54	R\$ 1.556.185,90
20TU - Manutenção, Desenvolvimento e Modernização de Sistemas Informatizados de Comércio Exterior	R\$ 61.356.312,00	R\$ 61.356.312,00	R\$ 60.148.628,57	R\$ 394.997,02	R\$ 54.212.679,55	R\$ 54.212.679,55	R\$ 48.428.381,04	R\$ 315.023,15
20ZO - Promoção e Gestão do Comércio Exterior	R\$ 1.268.824,11	R\$ 1.268.824,11	R\$ 1.229.760,68	R\$ 28.350,77	R\$ 1.959.487,90	R\$ 1.959.487,90	R\$ 1.903.464,11	R\$ 18.483,94
TOTAL	R\$ 76.786.956,26	R\$ 76.786.956,26	R\$ 73.678.282,50	R\$ 5.669.372,95	R\$ 82.515.937,66	R\$ 82.515.937,66	R\$ 61.263.767,00	R\$ 11.074.071,99

Fonte: SIOP. Consulta em 24/01/2019.

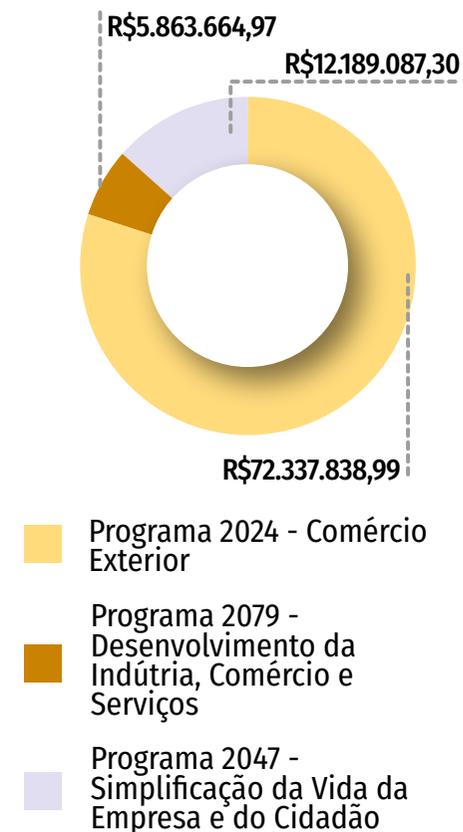
Programa 2079 - Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços	2017				2018			
	Empenhado	Liquidado	Pago	RAP Pago	Empenhado	Liquidado	Pago	RAP Pago
210D - Fomento à Inovação e às Tecnologias Inovadoras	R\$1.095.741,69	R\$1.095.741,69	R\$1.093.741,69	R\$494.208,64	R\$1.959.310,00	R\$1.959.310,00	R\$1.161.310,00	R\$2.000,00
210E - Promoção do Desenvolvimento Industrial	R\$10.850.461,00	R\$10.850.461,00	R\$5.890.692,00	R\$132.128,51	R\$8.720.539,86	R\$8.720.539,86	R\$3.693.537,32	R\$937.333,42
2692 - Fiscalização do Cumprimento de Contrapartidas Produtivas Exigidas pelos Regimes Especiais Regulamentados no Contexto da Política Industrial	R\$116.468,74	R\$116.468,74	R\$116.048,44	R\$ -	R\$69.484,23	R\$69.484,23	R\$69.484,23	R\$ -
TOTAL:	R\$12.062.671,43	R\$12.062.671,43	R\$7.100.482,13	R\$626.337,15	R\$10.749.334,09	R\$10.749.334,09	R\$4.924.331,55	R\$939.333,42

Fonte: SIOP. Consulta em 24/01/2019.

Em relação ao pagamento total efetuado nos Programas Finalísticos, verifica-se, no gráfico abaixo, que 80% ocorreu no âmbito do Programa 2024 – Comércio Exterior. Essa situação deve-se às Ações relacionadas aos Sistemas Informatizados constantes do Programa 2024. Entre essas Ações, destaca-se o Desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior. Este programa é a principal iniciativa do Governo Federal na área de facilitação do comércio, e objetiva reformular os processos de importação e exportação ao estabelecer procedimentos mais eficientes, harmonizados e integrados entre os atores públicos privados envolvidos. No âmbito desse Portal, em 2018 foi lançado o Novo Processo de Exportação, que propiciou a eliminação de documentos e etapas processuais, a paralelização de atividades e processos de controle, a redução do preenchimento de informações, a automação de conferências de dados e informações, e a aplicação de ferramentas de gerenciamento de riscos, levando à redução dos tempos médios e custos correlatos das operações. No âmbito do Programa 2079 – Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços, merece destaque Programa Brasil Mais Produtivo, que, em julho

de 2018, concluiu a primeira fase de atendimento a 3000 empresas, resultando no aumento médio de produtividade de 52% e ganho médio anual estimado em 11 vezes o valor total investido. Quanto ao Programa 2047, destacam-se as ações desenvolvidas em prol da Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas. Nesse contexto destaca-se a realização de eventos e fóruns, entre esses, o Fórum Permanente das Microempresas e Pequenas Empresas de Pequeno Porte, que contou com 2004 participantes.

Programas Finalísticos PPA - Valores Pagos



Fonte: SIOP. Consulta em 24/01/2019

Desafios

Para o ano de 2019, o contexto das contas públicas exigirá ações que promovam a racionalização e a otimização da execução dos recursos públicos. Ademais, a nova estrutura advinda da criação do Ministério da Economia exigirá esforços para que seja mantido o bom funcionamento do Órgão e para que sejam efetuadas melhorias dos procedimentos de gestão dos recursos públicos.

Próximos Passos

Nesse contexto, vislumbra-se que aprimorar o alinhamento do orçamento ao planejamento do Ministério da Economia seja uma importante iniciativa para a superação desses desafios.

Conformidade Legal

Atos publicados pela CGEP e quantidade ●○○○

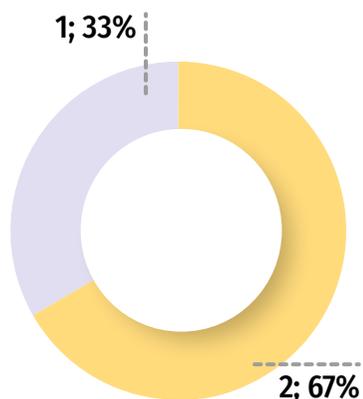
Para assegurar a conformidade com a Lei nº 8112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, este Ministério observa o conjunto

de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo Governo Federal e órgãos de controle.

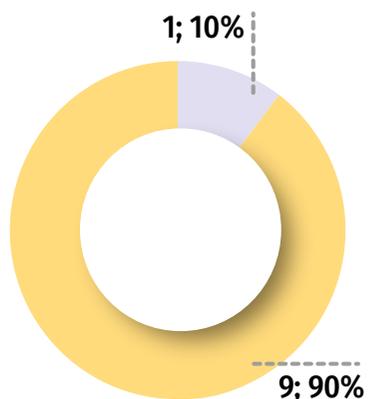
Em 2018 foram editadas 213 Portarias, além de atos internos e externos.

Apontamentos dos Órgãos de Controle

São realizadas auditorias preventivas periodicamente, de forma a corrigir eventuais inconsistências, bem como acompanhamento de todas as diligências e apontamentos dos órgãos de controle (TCU e CGU). O TCU diligenciou esta Pasta, para verificação das seguintes inconsistências:



TCU
CGU



Filha Maior solteira
Demais inconsistências

Dentre as inconsistências, somente a pensão “filha maior solteira”, Lei nº 3373/1958 teve sua irregularidade averiguada.

Para as demais bastaram esclarecimentos.

Indicadores de Conformidade

Os responsáveis pelos órgãos e pela unidade pagadora declaram, anualmente, em observância às normas e ao cumprimento dos tópicos indicados:

1	Controle e acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Rendas
2	Controle e acompanhamento dos registros de informação no Sistema E-Pessoal do TCU
3	Atendimento das determinações e recomendações dos órgãos de controle
4	Acompanhamento dos processos instruídos a título de reposição ao erário
5	Acompanhamento de concessões, licenças e benefícios

Em 2018, todos os servidores entregaram a Autorização de Acesso ao IRPF, conforme dispõe a Lei nº 8.730, de 10/11/1993. Os atos de admissão, concessão de pensão civil e aposentadoria foram registrados no Sistema E-Pessoal do TCU, conforme Instrução Normativa TCU nº 78, de 2018. O Sistema Trilhas de Auditoria do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, na análise referente ao ano de 2017 (competência dezembro/2017), não identificou nenhuma irregularidade nas ações de gestão de pessoas deste Ministério. Foi instaurado processo para reposição de valores recebidos indevidamente por servidor e beneficiário de pensão civil, nos termos da Orientação Normativa SGP/MP nº 5, de 21 de fevereiro de 2013. Tais reposições vão gerar retorno aos cofres da União o valor de R\$ 11.731,05.

Na área de Gestão de Pessoas, foram atendidas solicitações de esclarecimentos realizados através do Sistema e-Ouv da Ouvidoria e no Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, nos termos da Lei nº 12.527/2011, sendo:

14 SIC + 28 Ouvidorias = 42 Solicitações Atendidas

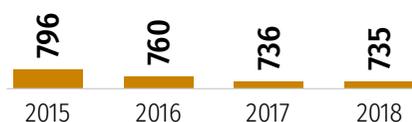
Avaliação da força de trabalho ○●○○

O Quadro de Pessoal do MDIC conta com servidores ocupantes de cargos efetivos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE e da carreira de Analista de Comércio Exterior – ACE. A força de trabalho é complementada por empregados públicos beneficiados pela Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, ocupantes de cargo em comissão sem vínculo e, ainda, com servidores de outros órgãos, na condição de exercício descentralizado.

735 servidores efetivos do órgão

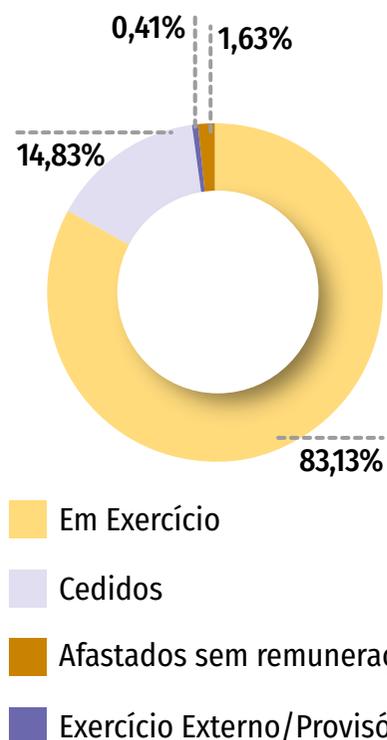
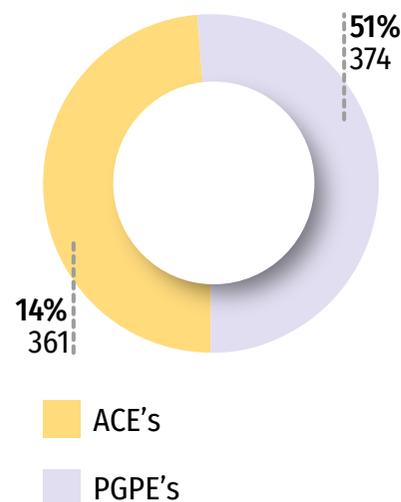
♂ 56,87% ♀ 43,13% ♿ 2,31%

Evolução do quadro de trabalho



* Desconsiderados os estagiários

Distribuição da força de trabalho



Estratégia de Recrutamento e Alocação de pessoas

Solicitação de Força de Trabalho – Portaria MP nº 193/2018:

Tendo em vista a falta de autorização para realizar concurso público e, considerando a edição da Portaria GM/MP nº 193, de 2018º MDIC privilegiou a lotação de servidores ou empregados de outros órgãos/entidades, sem ônus para a Pasta.

Plano de Remoção e Alocação de Servidores:

A remoção de servidores na Pasta é regulamentada por meio da Portaria/MDIC nº 58, de 17 de fevereiro de 2012. Foram realizadas 47 remoções em 2018, 22 carreira de PGPE e 25 carreira de ACE.

Seleção e Recrutamento de Pessoas:

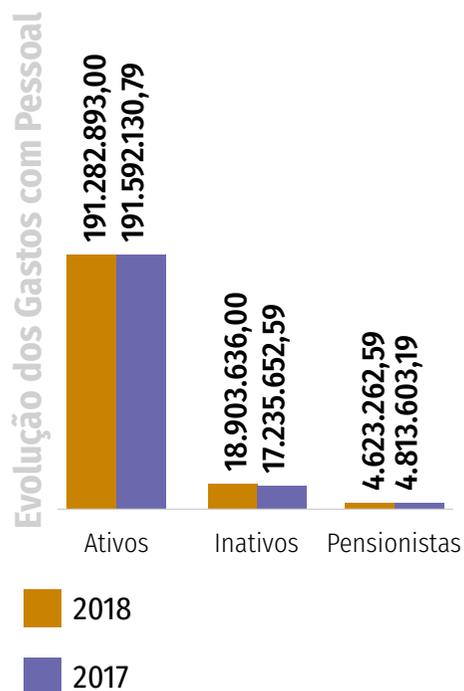
Na elaboração do Planejamento Estratégico 2016-2019 o MDIC elencou como um de seus objetivos “Motivar, qualificar e atualizar talentos” e propôs como uma das iniciativas para chegar a este fim “Promover o modelo de processo seletivo para preenchimento de FCPEs e Gratificações”. O MDIC realiza processo seletivo simpli-

Composição da Força de Trabalho por Situação Funcional

Situação Funcional	Porcentagem	Quantidade
Agente político	0,11%	1
Serv. de carreira vinculada ao órgão	82,21%	735
Serv. de carreira em exercício descentralizado	7,16%	64
Serv. requisitados de outros órgãos e esferas	2,68%	24
Empregados anistiados	1,23%	11
Empregados anistiado de outros órgãos	0,56%	5
Servidores sem vínculo	6,04%	54

ficado por meio de suas unidades cuja divulgação é realizada pela Assessoria de Comunicação Social – ASCOM.

Detalhamento das Despesas de Pessoal



Justificativas para o Incremento das despesas com Pessoal

No exercício de 2017, o quadro de pessoal do MDIC contava com os servidores da Secretaria de Aquicultura e Pesca – SAP, os quais

foram transferidos para a Presidência da República – PR em 27 de abril de 2018, por disposição da Lei nº 13.502/2017. Dessa forma, houve um decréscimo no gasto com pessoal ativo e pensionista no exercício de 2018. Por outro lado, houve um aumento com o gasto de pessoal inativo, tendo em vista que 17 servidores solicitaram a aposentadoria em 2018.

Despesas de exercício	R\$ 0,6 MI
Reajuste subsídio da carreira de ACE	R\$ 4,5 MI

Avaliação de Desempenho e Remuneração ○○○●○

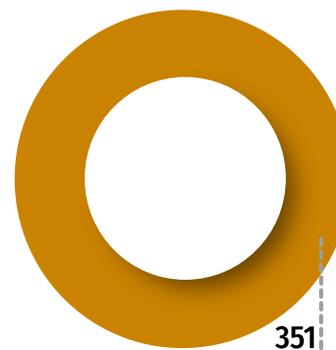
No MDIC são realizadas avaliações de desempenho para fins de percepção da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE) e a Gratificação de Desempenho de Cargos Específicos (GDACE), com base nas atividades desenvolvidas no período de 1º de setembro a 31 de agosto de cada ano. Além das avaliações de GDPGPE e GDACE, regulamentou-se por meio da Portaria nº 1.309-SEI, de 24/07/2018, os critérios para percepção Gratificação de Desempenho de Atividade

em Infra-Estrutura (GDAIE), devida aos servidores da carreira de Analista de Infraestrutura e do cargo isolado de Especialista de Infraestrutura Sênior, em exercício neste Ministério.

Estágio Probatório

Conclusão de estágio probatório - 2018	
Cargo	Qtd Servidores
PGPF - Analista Técnico Administrativo	13
PGPF - Agente Administrativo	5
PGPF - Analista de Comércio Exterior	1
TOTAL	19

Servidores avaliados



Servidores Avaliados

Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho

Em 2018, após realização de uma pesquisa para avaliar a qualidade de vida dos servidores do MDIC sob os aspectos de saúde física, psicológica e profissional, foram percebidos os seguintes pontos de maior importância para os servidores:

1. Alimentação saudável;
2. Educação financeira;
3. Atividade física.

Logo após, iniciou-se o Programa de Qualidade de Vida do MDIC, “Viva Melhor”, com ações como:

1. Palestra sobre Alimentação Saudável com a equipe do Vigiantes do Peso;
2. Palestra sobre Gestão de Finanças Pessoais.

Houve também a realização dos exames médicos periódicos por meio de Convênio firmado entre o MDIC e GEAP Saúde bem como as seguintes ações:

Ações		Participantes
Campanha vacina gripe 2018		394
Eventos	Mês da saúde (abril)	Média de 180 pessoas
	Dia das mães (maio)	
	Dia dos pais (agosto)	
	Outubro rosa / dia do servidor	

Capacitação

Seguindo os princípios e diretrizes da Política para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal, Decreto nº 5.707/2006, o MDIC disponibilizou as seguintes ações de capacitação:

Ação Promovida	Servidores Capacitados
Programa de Incentivo ao Estudo de Idiomas Estrangeiro	60
Programa de Incentivo à Graduação	1
Incentivo à Pós-graduação	13
Estágios em Organismos Internacionais e Representações do Brasil no Exterior	11
Capacitações abertas no Brasil e no Exterior	61 Brasil
	41 Exterior
Capacitação <i>in company</i>	220
Licença-capacitação	42
Programa de Desenvolvimento Gerencial - Qualifica Gestor	121
Total	570

Principais desafios e próximos passos

passos ○○○●

O principal desafio enfrentado na Gestão de Pessoas é a redução do quadro de pessoal, em razão do alto índice de evasão, principalmente em função de vacância para ocupar outros cargos inacumuláveis, aposentadorias, liberação para outros órgãos e a falta de um plano de cargos (área administrativa) atrativo que garanta a permanência dos servidores no MDIC. Neste contexto, com a expectativa de Reforma da Previdência e da incorporação da referida gratificação para o ano 2019, acreditamos que haverá uma evasão de 20% do quadro de servidores nos próximos cinco anos. Os próximos passos seriam a realização de concurso público, autorização do plano de cargos da área administrativa, a continuidade dos programas de incentivo e a criação de políticas que capacitem os servidores.

17 Aposentadorias em 2018

5 Exoneração a pedido / Vacância

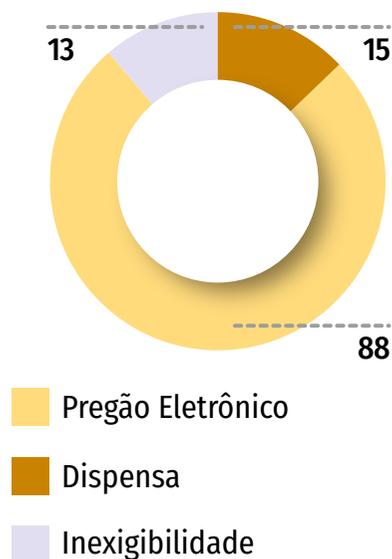
1 Demissão

82 Abono de Permanência



Gestão de Licitações e Contratos

Seleção de Fornecedores em 2018 & Contratos em vigor em 31/12/2018



Classificação	Qtd	Valor (R\$ milhões)
Atuação finalística	10	R\$ 8,1
Sistemas SERPRO	2	R\$ 97,3
Suporte Adm	12	R\$ 17,3
Total	24	R\$ 122,7

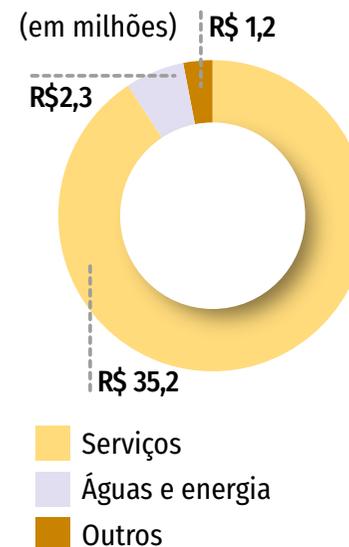
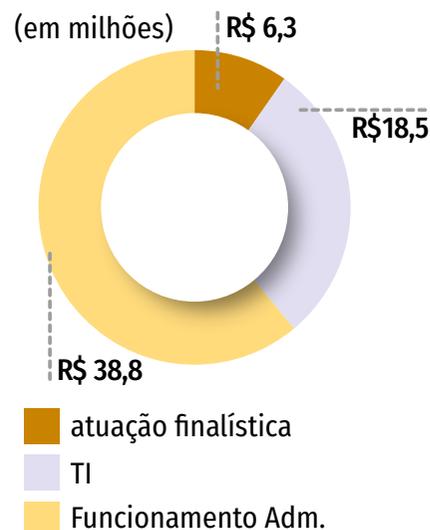
Principais Contratações

- Locação de estandes na 11ª Edição do Salão do Artesanato;
- Duas contratações com o SERPRO, para organização dos serviços de produção, desenvolvimento e manutenção dos sistemas;
- Contratações de serviços de vigilância armada e desarmada e de segurança pessoal privada armada.

Conformidade Legal das Contratações

- As contratações realizadas pelo MDIC seguem as diretrizes previstas nas Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e nas Instruções Normativas (IN 04/2014-SLTI/MP, e IN 05/2017-SEGES/MP); e
- A Assessoria Especial de Controle Interno e Consultoria Jurídica, participam das contratações a fim de garantir a conformidade legal.

Gastos com contratações e detalhamento do funcionamento administrativo



Classificação	Valor
Apoio Administrativo	R\$ 18,1
Vigilância e Brigada	R\$ 6,6
Outros	R\$ 10,5
Total	R\$ 35,2

Principais Desafios e Próximos Passos

- Implementar o Plano Anual de Contratações, conforme a IN SEGES/MP nº 1/2018.



Gestão de Tecnologia da Informação

Conformidade legal da gestão de Tecnologia da Informação

Para assegurar a conformidade da gestão de TI, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC observa e aplica um conjunto de regras estabelecidas pelo Governo Federal, órgãos de controle, Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI/PR, padrões internacionais para a manutenção dos serviços de TI, além de seus normativos internos.

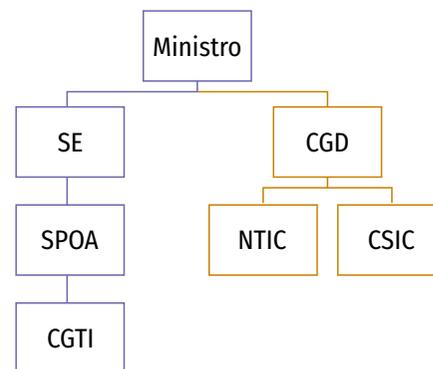
Modelo de governança de TI

A governança de TIC do ministério é composta por uma estrutura orgânica, formada pelas Unidades hierárquicas regimentais e por uma estrutura funcional, integrada pelos Comitês relacionados à TIC. A Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI é a principal área de gestão e operacionalização das ações de TIC. A CGTI estrutura-se em torno das três vertentes essenciais à prestação de serviços

de TIC de qualidade: Sistemas, Infraestrutura e Governança. O Comitê de Governança Digital (CGD) do MDIC, de caráter estratégico, é composto pelos Secretários, Subsecretários, Chefe de Gabinete do Ministro e pelo Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação.

O Comitê de Tecnologia da Informação é composto por membros indicados de cada Secretaria e Subsecretaria, além dos Coordenadores de Governança de TI, de Serviços e de Sistemas. O Comitê de Segurança da Informação e Comunicações é composto por membros indicados pela SPOA e gabinete do

Ministro, além dos Coordenadores de Governança de TI, de Serviços e de Sistemas. A atual estrutura de governança permite a construção coletiva das políticas e diretrizes ministeriais relativas a TIC.



Contratações mais relevantes de recursos de TI

Grupo de Natureza de Despesa	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas	Valor Pago em Restos a Pagar
Investimento	16.195.582,32	511.237,33	10.281.867,86
Custeio	83.960.517,03	73.327.806,49	7.430.638,66
TOTAL	100.156.099,35	73.839.043,82	17.712.506,52

Fonte: CGTI/SPOA/SE/MDIC

Contratações mais relevantes de recursos de Tecnologia da Informação

SERPRO *	
Nº Contrato	Valor Contratual (R\$)
11/2018	R\$21.957.195,65
07/2017	R\$16.171.380,22
17/2017	R\$6.283.172,16

* Desenvolvimento e manutenção de sistemas, consultoria técnica, sustentação, suporte, produção, extração, integração e operações de apuração especial no âmbito do MDIC e da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa (SEMPE).

Outros contratos **		
Empresa contratada	Nº Contrato	Valor Contratual (R\$)
HEPTA	27/2017	R\$6.699.680,96
Basis	26/2016	R\$3.362.646,25
Lanlink	20/2017	R\$2.881.518,63

** Implantação e operação de Central de Suporte Técnico, com registro e acompanhamento de serviços especializados, Fábrica de Software e Licenças Microsoft com suporte e garantia para atender as necessidades do MDIC.

Fonte: CGTI/SPOA/SE/MDIC

Principais iniciativas e resultados por cadeia de valor

Cadeia de Valor	Principais iniciativas	Principais resultados
2024 – Comércio Exterior	Portal Único do Comércio Exterior-Sistema SEM BARREIRAS: sistema que trata de medidas externas que dificultam o acesso de exportações brasileiras.	Aumento da inserção do país no comércio internacional, fomento da economia doméstica.
2079 – Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços	Sistema Eletrônico para atendimento do regime de Ex-Tarifário.	Redução temporária da alíquota do Imposto de Importação de bens de capital (BK) e de informática e telecomunicação (BIT), quando não houver produção nacional equivalente.
2047 – Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão	Construção de sistema com tecnologias modernas que substitua o obsoleto SICAB, ampliando funcionalidades.	Desenvolvimento do Portal do Artesanato Brasileiro, considerando 4 (quatro) módulos: Módulo Cadastro (SICAB); Módulo de Transparência; Módulo de Feiras e Eventos; e Módulo de Catálogo de produtos.

Segurança da Informação

Diversas ações relacionadas à Segurança da Informação foram implementadas desde a criação do CGD, em 2016. No ano de 2018, foi instituída a Equipe de Tratamento de Incidentes em rede. Recentemente, foram designados os membros da ETIR, por meio da Portaria CGD nº 1588-SEI, de 17 de setembro de 2018. Após instituído, o CSIC tem promovido ações visando implementar as determinações da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC), como a coleta dos Termos de Sigilo e Responsabilidade de todos os colaboradores do órgão, bem como os Termos de Responsabilidade por Equipamento.

Principais desafios e ações futuras

Os principais desafios estão relacionados à adaptação ao novo ambiente do Ministério da Economia. A fusão de 4 (quatro) grandes ministérios e o corpo funcional reduzido representam um grande desafio ao desenvolvimento de novos projetos de TI e à manutenção de todos os sistemas de informação sob a responsabilidade da Diretoria de Tecnologia da Informação.

Como ações futuras, há primariamente a necessidade de evitar e mitigar os riscos de solução de continuidade, por meio de ações preventivas. A avaliação minuciosa dos contratos e sistemas legados, bem como o gerenciamento de portfólio e orçamento são as principais frentes a serem tratadas.



Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Conformidade Legal das Contratações

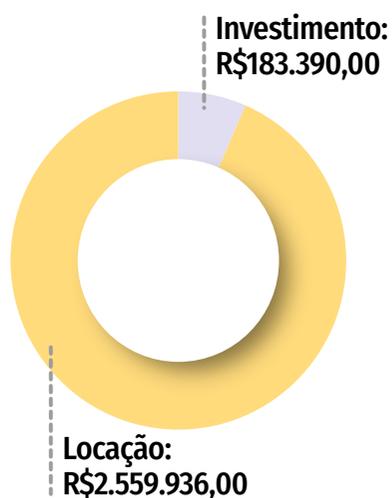
Declara-se que as ações desenvolvidas pelo MDIC se encontram alinhadas aos instrumentos legais que regem a gestão patrimonial na Administração Pública.

A conformidade da Gestão Patrimonial do órgão se deu principalmente pela observância das orientações dos órgãos centrais, com destaque ao Decreto nº 9.373/18 e Instrução Normativa nº 205/1988 - SEDAP.

Gestão da Infraestrutura

Destaca-se os projetos de engenharia que foram efetivamente contratados ou sinalizados oficialmente à Administração, dentre os quais destaca-se: criação de galeria de Ministros; elaboração de laudo técnico estrutural; construção do recuo do lixo; revitalização de letreiros; dentre outros.

Investimento e locação de equipamentos



Investimento -> Compra de aparelhos de ar condicionado (76 aparelhos)

Locação -> Serviços de outsourcing de impressão

Desfazimento de Ativos

Estão em tratativas a desmobilização de 4 veículos oficiais.

Principais Desafios e Próximos Passos

- Concluir doações a fim de zerar o estoque de mobiliários atualmente armazenados em depósito;
- Garantir o pleno funcionamento dos sistemas de infraestrutura dos prédios ocupados pelo MDIC (ex: sistema de combate a incêndio, esquadrias, modernização dos elevadores, entre outros)
- Em observância situação da contratação firmado entre o MDIC e a CONAB, que trata sobre área utilizada para depósito nas suas dependências, destaca-se a necessidade de continuidade aos processos de desfazimento de mobiliários atualmente armazenados naquela Companhia.



Planejamento das Contratações

No curso do planejamento (estudo técnico preliminar, gerenciamento de riscos e elaboração de termo de referência) de manutenção predial, de fornecimento/instalação de divisórias e de serviços de limpeza e conservação, as equipes responsáveis mantiveram interlocução com a Coordenação-Geral de Energia e Desenvolvimento Sustentável (CGES), integrante da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial (SDCI), a fim de inserir critérios ambientais nas contratações.

Gerenciamento de resíduos

Foram realizadas:

- A contratação de serviço especializado na elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para a adequação deste Ministério à legislação pertinente à sustentabilidade ambiental, em especial a Lei nº 12.305 de 2010 e;

- Aquisição de novos conjuntos de lixeiras para separação de resíduos recicláveis e de coletores específicos de pilhas e baterias.

Instalação de equipamentos

- Os aparelhos de ar condicionado obsoletos foram substituídos, de modo que possa reduzir o consumo energético e mitigar custos recorrentes de manutenção desses equipamentos.
- A fim de incentivar a utilização de meios de transportes menos agressivos ao meio ambiente, foi inaugurado um espaço devidamente equipado para o estacionamento e a guarda de bicicletas utilizadas por servidores, colaboradores e visitantes.

Doação de materiais recicláveis

Por fim, destaca-se a ação do ministério referente à doação de materiais recicláveis à COORTRAP - Cooperativa de Reciclagem, Tra-

balho e Produção. Em 2018, foram doados 9.201kg de papel, 2.437kg de papelão e 209kg de copos descartáveis.



Relacionamento com a Sociedade

Apresentação da Ouvidoria Ex. MDIC

A Ouvidoria do extinto Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC tem por finalidade receber, examinar e dar encaminhamento a reclamações, elogios, sugestões e denúncias referentes a procedimentos e ações de agentes e Órgãos, no âmbito do Ministério.

Canais de Acesso ao Cidadão

A Ouvidoria dispõe de atendimento presencial, por telefone, via internet para o envio de e-mail ou pelos sistemas e-OUV e e-SIC. Porém, 100% das demandas são recebidas via internet.

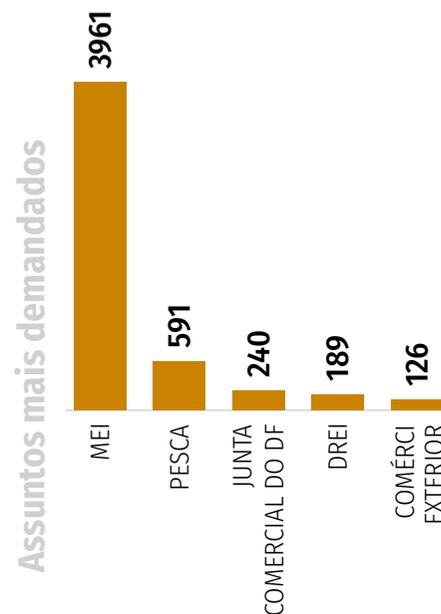
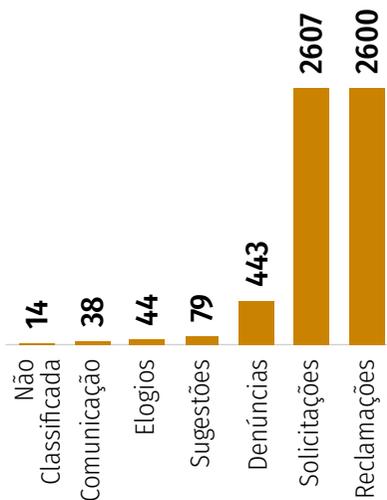
Ouvidoria: Sistema e-OUV

Por meio do Sistema e-OUV, a Ouvidoria recebe denúncias, reclamações, solicitações, sugestões, elogios, comunicações e pedidos de simplificação de algum serviço prestado pelo Ministério à população. No período de janeiro a dezembro de 2018, recebemos 5.825

demandas registradas no sistema, como mostra o gráfico a seguir.

Em relação aos anos anteriores, houve crescimento na demanda, visto que, em 2016 houveram 544 demandas ao longo do ano e 4.151 em 2017. Os assuntos mais abordados pelo cidadão, foram: Microempreendedor Individual (MEI) e Assuntos relacionados a pesca da Secretaria de Aquicultura e Pesca (SAP) e Junta Comercial do DF., Observe no gráfico a seguir, que os assuntos citados, correspondem a 77% das demandas recebidas.

e-Ouv de jan. a dez. / 2018



Lei de Acesso à Informação: Sistema e-Sic

No ano de 2018, o Serviço de informação ao Cidadão recebeu o total de 520 pedidos de informações, representando uma média de 43 por mês, com um tempo médio de resposta de 14,32 dias.

3. Cartas de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços do MDIC pode ser acessada virtualmente, onde são apresentadas informações dos

principais serviços prestados pelo MDIC.

4. Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-Usuários

4.1 Pesquisa de Satisfação do e-Sic

A pesquisa de satisfação do sistema e-Sic contou com a participação de 76 usuários. Desse total, 37 receberam resposta total ou parcial ao seu pedido, sendo que 37,68% declararam estarem satisfeitos com a resposta fornecida e 32% insatisfeitos. Por outro lado, 67% dos usuários que tiveram seu pedido negado por estarem em desacordo com a LAI, responderam que ficaram insatisfeitos com a negativa e 33% ficaram satisfeitos.

Por fim, destaca-se que 65% dos usuários avaliaram as respostas recebidas como de fácil compreensão.

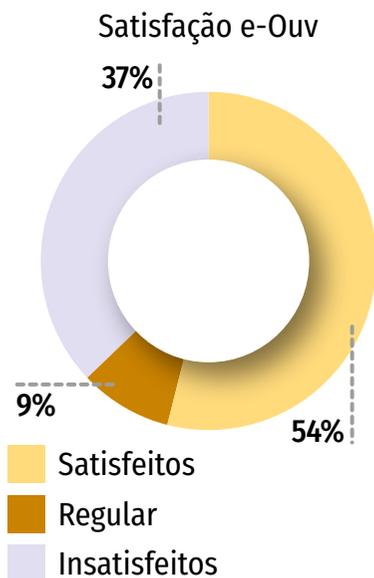
4.2 Pesquisa de satisfação do e-OUV

Na pesquisa de satisfação do sistema e-OUV, foram 153 participantes, sendo que 37% estavam insatisfeitos com o serviço prestado;

9% informaram que o serviço foi regular e 54% estavam satisfeito ou muito satisfeitos com o atendimento da ouvidoria.

5. Mecanismos de Transparência das Informações Relevantes sobre a atuação da Unidade

A Ouvidoria apresenta relatórios trimestrais com dados estatísticos de suas ações. Além disso, no portal do MDIC, tem-se uma área para que qualquer usuário possa acessar e interagir com a Ouvidoria.



Além da comunicação direta com o cidadão por meio dos canais de ouvidoria, o Ministério da Indús-

tria, Comércio Exterior e Serviços manteve sua atuação transparente por meio dos veículos de comunicação – online e offline. A Assessoria de Comunicação do MDIC também é responsável pela gestão de contratos relacionados à atividade, incluindo gráfica, distribuição de jornais e revistas, mailing e contatos de jornalistas e clipping de notícias.

A Assessoria de Imprensa garantiu que todos os assuntos em que a pasta esteve envolvida fossem amplamente divulgados na grande mídia. Cerca de 1.630 atendimentos a jornalistas e veículos foram realizados em 2018, além de quase 15 entrevistas coletivas organizadas – principalmente para apresentar os dados da Balança Comercial Brasileira - e outras 388 notícias e notas publicadas no site institucional. Todo esse esforço de comunicação garantiu que 25.123 notícias citando o Ministério tenham sido veiculadas.

Em 2018, também foram realizados 39 treinamentos para que servidores soubessem manter e atualizar o site institucional; foram disparados 135 comunicados internos; 52 notas foram publicadas na Intranet; e foram escritos mais de 50 discursos

para porta-vozes no Ministério. A ASCOM também acompanhou porta-vozes em 48 missões nacionais e em 17 missões internacionais.

Já nas Redes Sociais, o Ministério manteve perfis no Facebook, Twitter, Youtube, Slideshare, SoundCloud e Flickr – alguns utilizados para divulgação de notícias e temas, outros utilizados como repositórios de conteúdo. Até dezembro de 2018, O Twitter mantinha cerca de 9 mil seguidores; o Facebook, 63 mil; e os vídeos do Youtube tinham sido vistos por mais de 1.300 usuários. Somente no Flickr foram mais de 8.200 fotos disponibilizadas.

Vale destacar, ainda, a participação do MDIC em órgãos colegiados, o que faz com que sua atuação se amplie para outros temas e setores de desenvolvimento. Ressalta-se o Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) e os assentos no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal do BNDES.

O MDIC manteve, também, Comitês e realizou consultas públicas junto à sociedade civil organizada e outras instituições. Cerca de 20 momentos abertos à comunidade foram realizados, principalmente,

para tratar dos assuntos do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI).



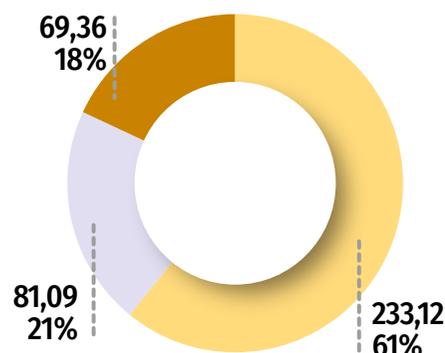
O Sistema de Custos tem como embasamento o disposto na Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, considerando a necessidade de manter Sistema de Custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, estabelecida na forma do inciso XIX do art. 7º do Decreto nº 6.976, de 07 de outubro de 2009.

A Secretaria do Tesouro Nacional publicou as portarias STN nº 157, de 09 de março de 2011, e Portaria STN nº 716, de 24 de outubro de 2011 que instituíram o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal.

O MDIC não possui setorial de custos devidamente formalizada e estruturada. Todavia, por meio da SPOA/SE, formalizou o Comitê de Custos mediante a Portaria nº 09, de 10 de maio de 2011, publicada no Boletim de Serviços em 16 de maio de 2011, composto por servidores da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Coordenação-Geral de Recursos

Logísticos e Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas.

Custos do MDIC por tipo de despesa



- Folha de Pagamento
- TI
- Demais despesas

Conforme demonstrado no gráfico em 2018 no MDIC, cerca de R\$ 230 milhões (62%) foram gastos com pessoal, Tecnologia da Informação ficou em segundo lugar com R\$ 84 milhões (22%) dos gastos totais. No item demais despesas o destaque é para os serviços de terceiros de locação de mão de obra que totalizou em 2018 R\$ 31 milhões.

Principais desafios e ações futuras

Em função da MP nº 870/2019 que criou o Ministério da Economia, será envidados esforços para implantar o sistema de custos para as unidades administrativas pertencentes ao extinto Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, estruturando o planejamento estratégico por meio da cadeia de valor convergindo para o Plano Plurianual de Governo, de forma a proporcionar a integração do planejamento, orçamento, a execução e a gestão de custos.

Por fim, menciona-se o desafio de evidenciar os custos versus resultados, valendo-se da utilização de indicadores físicos e qualitativos, visto que na administração pública a gestão estratégica requer um olhar para a definição precisa de políticas públicas que possam ir ao encontro das necessidades da sociedade.





Demonstrações contábeis



Capítulo

04



Declaração do Contador

Alexandre Gomes Oliveira

A Divisão de Contabilidade – DICONTE, de acordo com o Decreto 9.260, de 29/12/2017 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9260.htm) compõe a estrutura da Coordenação-Geral de Orçamento,

Finanças e Contabilidade-CGOF, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA da Secretaria Executiva do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços-MDIC e exerce a competência de órgão setorial de contabilidade do MDIC.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis consolidadas do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, tendo como base as seguintes unidades administrativas:

- Secretaria Executiva
- Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior
- Secretaria Executiva do Conselho de Zonas de Processamentos de Exportação
- Secretaria do Desenvolvimento e Competitividade Industrial

- Secretaria de Comércio Exterior
- Secretaria de Comércio e Serviços
- Secretaria de Inovação e Novos Negócios
- Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
- Secretaria da Aquicultura e da Pesca (transferida para a Presidência da República)

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada pela DICONTE, de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI. Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, que é o sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Ressalvas

- Em virtude da transferência da Secretaria de Micro e Pequena Empresa/SEMPE da Presidência da República para o MDIC, por meio do Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017, o registro da depreciação acumulada de bens móveis encontra-se subestimado. A SEMPE possui registro de R\$ 6.635.797,38 (seis milhões seiscentos e trinta e cinco mil setecentos e noventa e sete reais e trinta e oito centavos) em bens móveis. No entanto o sistema SIADS, utilizado pelo MDIC, ainda não contempla a unidade incorporada, o que inviabilizou o registro da depreciação com reflexo no SIAFI. Não existia, ainda, saldo registrado de depreciação dos bens móveis referente aos exercícios anteriores à transferência da SEMPE.

- O MDIC possui R\$ 67.300.473,74 (sessenta e sete milhões trezentos mil, quatrocentos e setenta e três reais e setenta e quatro centavos) registrados em contas de softwares. Entretanto, o reconhecimento da respectiva amortização encontra-se pendente, uma vez que o módulo de amortização do sistema SIADS está em fase de desenvolvimento.
- A atualização do débito referente a dívida ativa não tributária, bem como do reconhecimento de possíveis encargos com multa e juros da dívida, estão pendentes para os processos instaurados no âmbito do Ministério.
- Saldo de R\$ 17.743.863,65 (dezessete milhões, setecentos e quarenta e três mil, oitocentos e sessenta e três mil reais e sessenta e cinco centavos) referente a adiantamento de férias superestimado por acúmulo de exercícios anteriores. Tal dado encontra-se em análise pelo setor competente.

Declaração

Declaro que as informações constantes dos Demonstrativos Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei nº

4.320/1964 e pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, **relativos ao exercício de 2018, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, EXCETO no tocante as ressalvas apontadas.**



Brasília – DF, 29 de janeiro de 2019.

Alexandre Gomes Oliveira
CRC nº 022827

Contador do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços



Demonstrações Contábeis

Balanco Patrimonial ● ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○

ATIVO	NE	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE		210,38	247,05
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	188,16	190,68
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	02	21,7	55,72
Estoques		0,52	0,66
ATIVO NÃO CIRCULANTE		108,58	650,74
Ativo Realizável a Longo Prazo		0,31	0,31
Créditos a Longo Prazo		0,27	0,27
Dívida Ativa Não Tributária		0,27	0,27
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		0,03	0,03
Imobilizado		40,97	593,93
Bens Móveis	03	40,88	36,92
Bens Móveis		75,66	69,18
(-) Depreciação Acumulada De Bens Móveis		-34,78	-32,26
Bens Imóveis	04	0,1	557,01
Bens Imóveis		0,1	557,02
(-) Depreciação Acumulada De Bens Imóveis		-	-0,01
Intangível	05	67,3	56,51
Softwares		67,3	56,51
(-) Amortização Acumulada de Softwares		0	0
TOTAL DO ATIVO		318,96	897,8

PASSIVO	NE	2018	2017
PASSIVO CIRCULANTE		14,48	6,94
Obrigações Trabalhistas a Pagar a Curto Prazo	6	12,76	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		-	0,11
Demais Obrigações a Curto Prazo	7	1,72	6,83
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		6,42	6,42
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	8	6,42	6,42
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		20,9	13,36
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	2018	2017
Resultados Acumulados		298,06	884,43
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		318,96	897,8

Fonte: SIAF

O Balanço Patrimonial evidencia os ativos e passivos, e sua evolução de 2018 em relação a 2017. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo MDIC, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira de qualquer entidade.

O Superávit Financeiro é a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

Das disponibilidades financeiras que não estão comprometidas (superávit financeiro), 100% são recursos vinculados, uma vez que os recursos ordinários (livres) resultaram em déficit de 19,45 milhões.

Ativo	2018	2017	Passivo	2018	2017
Ativo Financeiro (AF)	188,16	190,68	Passivo Financeiro (PF)	81,77	141,62
Ativo Permanente (AP)	130,8	707,12	Passivo Permanente (PP)	6,42	6,48
Ativo Real (AF+AP)	318,96	897,8	Passivo Real (PF+PP)	88,19	148,1
Saldo Patrimonial (AR-PR)			230,76	749,7	

Fonte: SIAF

- O Ativo Financeiro evidencia os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerais.
- O Ativo Permanente evidencia os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
- O Passivo Financeiro evidencia as dívidas flutuantes e outras, cujo pagamento independa de autorização orçamentária.
- O Passivo Permanente evidencia as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

O Saldo Patrimonial Positivo evidencia a situação de ATIVO REAL LÍQUIDO. Em 2018, ocorreu um decréscimo de 69%, nessa situação, motivado pela redução de 557 milhões nos bens imóveis do Órgão.

Demonstração das Variações Patrimoniais ○●○○○○○○

R\$ milhões

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	2018	2017
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10	7,43	5,95
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	11	41,12	20,04
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		0,03	0,02
Juros e Encargos de Mora		0,03	0,02
Transferências e Delegações Recebidas	12	2.533,17	2.969,59
Transferências Intragovernamentais		2.469,25	2.446,20
Outras Transferências e Delegações Recebidas		63,92	523,39
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		2,95	0,3
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		2,22	7,01
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)		2.586,92	3.002,92

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, informando o resultado patrimonial do exercício.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	2018	2017
Pessoal e Encargos	13	236,82	175,26
Remuneração a Pessoal		198,53	138,45
Encargos Patronais		26,91	26,96
Benefícios a Pessoal		7,88	8,08
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		3,49	1,76
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	13	25,04	20,38

Aposentadorias e Reformas		20,07	15,88
Pensões e Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		4,97	4,5
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	14	140,17	131,78
Uso de Material de Consumo		0,36	0,5
Serviços		135,78	127,06
Depreciação, Amortização e Exaustão		4,03	4,21
Transferências e Delegações Concedidas	12	2.221,06	2.075,55
Transferências Intragovernamentais		1.657,11	2.065,23
Transferências Intergovernamentais		7,96	10,31
Transferências ao Exterior		6	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		549,98	0,01
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		1,9	2,89
Perdas Involuntárias		1,9	1,71
Desincorporação de Ativos		-	1,17
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		0,13	0,16
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)		2.625,12	2.406,02
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I-II)	15	-38,2	596,9

Fonte: SIAF

Ocorreu uma redução de 106% no Resultado Patrimonial do exercício de 2018 em relação ao exercício de 2017, conforme análise da NE 15.

Balanco Orçamentário ○○○●○○○○

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	16	279,56	279,56	44,66	-234,9
Receitas Tributárias - Taxas		5,02	5,02	2,6	-2,42
Receitas de Serviços		39,81	39,81	41,12	1,31
Outras Receitas Correntes		234,74	234,74	0,94	-233,79
SUBTOTAL DE RECEITAS (I)		279,56	279,56	44,66	-234,9
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO – DÉFICIT (I-II)	18			361,33	361,33
TOTAL DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		279,56	279,56	406	126,44

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	17	385,78	401,99	386,66	367,58	353,41	15,34
Pessoal e Encargos Sociais		210,87	226,78	220,69	220,69	207,15	6,09
Outras Despesas Correntes		174,91	175,22	165,97	146,89	146,25	9,25
DESPESAS DE CAPITAL	17	73,57	22,6	19,34	0,77	0,77	3,26
Investimentos		73,57	22,6	19,34	0,77	0,77	3,26
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		36,06	15,2	-	-	-	15,2
TOTAL DE DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (II)		495,41	439,8	406	368,35	354,17	33,81

O Balanço Orçamentário (BO) evidencia as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. A execução da receita resultou em insuficiência de arrecadação (NE 16). Em contrapartida, a execução da despesa resultou em economia orçamentária (NE 17).

SITUAÇÃO	RESULTADO	R\$ milhões
Execução da Receita	Insuficiência de arrecadação	234,9
Execução da Despesa	Economia de despesa	33,81

Em 2018, foi apurado um Resultado Orçamentário deficitário em R\$ 361,34 milhões (NE 18):

Resultado Orçamentário		
Orçamento Corrente	-342	94%
Orçamento Capital	-19,33	6%
Total: Déficit Orçamentário	-361,34	100%

O quadro da execução dos Restos a Pagar compõe o Balanço Orçamentário, conforme descrição abaixo:

RESTOS A PAGAR	INSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	SALDO
Não processados	70,23	13,69	26,59	29,95
Processados	0,31	-	0,31	0
Total	70,54	13,69	26,9	29,95

Em 2018 permanecem 42% do saldo de Restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores

Balanco Financeiro

INGRESSOS	NE	2018	2017
Receitas Orçamentárias		44,66	29,92
Ordinárias		-	4,89
Vinculadas		45,08	25,36
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		45,08	25,36
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-0,42	-0,34
Transferências Financeiras Recebidas		1.913,63	2.048,95
Resultantes da Execução Orçamentária		1.847,29	1.925,30
Independentes da Execução Orçamentária		66,35	123,65
Recebimentos Extraorçamentários		60,53	63,61
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	19	14,18	0,01
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	19	37,65	30,57
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,02	0,26
Outros Recebimentos Extraorçamentários		8,69	32,77
Saldo do Exercício Anterior		190,68	109,99
Caixa e Equivalentes de Caixa		190,68	109,99
TOTAL		2.209,50	2.252,46

DISPÊNDIOS	NE	2018	2017
Despesas Orçamentárias		406	377,58
Ordinárias		139,87	159,73
Vinculadas		266,13	217,85
Seguridade Social (Exceto Previdência)		0,57	19,97
Previdência Social (RPPS)		21,49	-

Operação de Crédito			16,83
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		244,06	181,05
Transferências Financeiras Concedidas		1.587,25	1.640,73
Resultantes da Execução Orçamentária		1.525,83	1.586,84
Independentes da Execução Orçamentária		61,42	53,9
Despesas Extraorçamentárias		28,1	43,47
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	20	0,31	-
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	20	26,59	13,4
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,03	0,25
Outros Pagamentos Extraorçamentários		1,17	29,82
Saldo para o Exercício Seguinte	01	188,16	190,68
Caixa e Equivalentes de Caixa		188,16	190,68
TOTAL		2.209,50	2.252,46

O Balanço Financeiro (BF) evidencia a movimentação financeira do MDIC e possibilita a apuração do Resultado Financeiro do Exercício.

Este resultado é um indicador de equilíbrio financeiro (e não de desempenho) e é apurado, entre outras formas, pelo confronto do saldo financeiro para o exercício seguinte e o saldo do exercício anterior.

RESULTADO FINANCEIRO	2018	2017
Superávit Financeiro		80,7
Déficit Financeiro	(2,52)	

Demonstração dos Fluxos de Caixa ○○○○●○○○

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NE	2018	2017
INGRESSOS VALORES		1.967,00	2.111,89
Receitas Derivadas e Originárias		44,66	29,92
Receita de Serviços		41,12	20,03
Outras Receitas Derivadas e Originárias		3,54	9,89
Outros Ingressos das Operações		1.922,34	2.081,98
Transferências Financeiras Recebidas		1.913,63	2.048,95
Demais Recebimentos		8,71	33,03
DESEMBOLSOS		-1.952,93	-2.019,31
Pessoal e Demais Despesas		-324,53	-314,42
Transferências Concedidas		-39,95	-34,09
Outros Desembolsos das Operações		-1.588,45	-1.670,80
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		14,07	92,58

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	NE	2018	2017
DESEMBOLSOS		-16,59	-11,89
Aquisição de Ativo Não Circulante		-5,73	-4,57
Outros Desembolsos de Investimentos		-10,86	-7,32
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-16,59	-11,89

	NE	2018	2017
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	21	-2,52	80,69
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		190,68	109,99
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		188,16	190,68

As informações dos fluxos de caixa permitem avaliar como o MDIC obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao Resultado Financeiro apurado no Balanço Financeiro. Em 2018 esse valor foi deficitário em 2,52 milhões.

Entre os anos de 2017 e 2018 o MDIC não apresentou Fluxo de Caixa para as Atividades de Financiamento

Demonstração das Variações do Patrimônio Líquido ○○○○○●○

	NE	Patrimônio/ Capital Social	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total
Saldo Inicial do Exercício 2017		-	-	346,69	-	346,69
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-476,88	-	-476,88
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-0,01	-	-0,01
Resultado do Exercício		-	-	596,9	-	596,9
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação		-	-	417,73	-	417,73
Saldo Final do Exercício 2017		-	-	884,43	-	884,43

	NE	Patrimônio/ Capital Social	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total
Saldo Inicial do Exercício 2018		-	-	884,43	-	884,43
Ajustes de Exercícios Anteriores	09	-	-	-548,18	-	-548,18
Resultado do Exercício		-	-	-38,2	-	-38,2
Saldo Final do Exercício 2018		-	-	298,06	-	298,06

As principais origens das alterações na situação líquida do MDIC em 2018 foram o Déficit Patrimonial do exercício de R\$ 38,20 milhões e os Ajustes de Exercícios Anteriores de 548,18 milhões.

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis ○○○○○●○

As Demonstrações Contábeis (DCON) do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª edição e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do órgão 28000 - Ministério da Indústria Comércio exterior e Serviços - administração direta que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP)
- Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP)
- Balanço Orçamentário (BO)
- Balanço Financeiro (BF)
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)
- Notas Explicativas

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC tendo em consideração as opções e premissas do modelo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Moeda

A moeda funcional é o Real. Na hipótese de lançamentos em moeda estrangeira estes saldos serão convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

A conta única é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União.

Demais Créditos e Valores a Curto Prazos

Compreendem outros direitos a receber a curto prazo, relacionados com:

- Adiantamentos da Folha de Pagamento

- Créditos a Receber por Dano/Perda (Diversos Responsáveis)

- Adiantamentos Concedidos

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

Estoques

São avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com:

- Dívida Ativa Não Tributária
- Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível

São os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade.

São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da res-

pectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

No MDIC, todo o ativo intangível está evidenciado na contabilização do item software.

Depreciação, Amortização ou Exaustão de Bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. As informações da depreciação dos bens móveis do MDIC são apuradas pelo Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- Utilização do método das Cotas Constantes para cálculo dos encargos de depreciação;
- Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade - CCONT/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, Assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Depreciação de Bens Imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União - SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União são:

I - Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II - Reavaliados, aqueles nos quais:

- Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmorona-

mento, desabamento, arruinação, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão.

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis.

Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- Obrigações Trabalhistas
- Fornecedores e Contas a Pagar

- Demais Obrigações.

Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

Apuração do Resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

1. Patrimonial
2. Orçamentário
3. Financeiro

Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferên-

cias recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo Plano de Contas Aplicada ao Setor Público - PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei

nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.



Notas explicativas das Demonstrações Contábeis

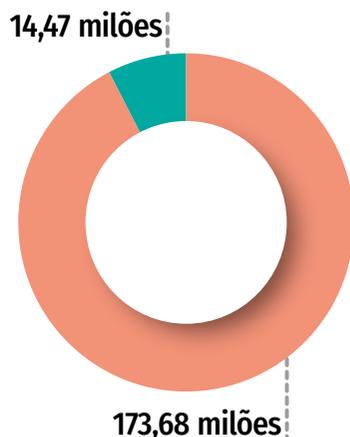
Notas explicativas das Demonstrações Contábeis

NOTA 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

A Conta Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na conta única do Tesouro Nacional, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para as quais não haja restrições para uso imediato.

100% dos valores disponíveis estão em Moeda Nacional

Em 31 de dezembro de 2018, a disponibilidade de caixa compunha-se basicamente dos recursos liberados pelo tesouro. Subdividem-se em Limite de Saque Com vinculação de Pagamento e Limite de Saque pendente de autorização para realização do pagamento.



- Limite de Saque com Vinculação de Pagamento
- Limite Pendente de Autorização de Pagamento

Uma parcela de 7,70% dos valores disponíveis em caixa depende apenas de autorização dos gestores competentes para pagamento das respectivas despesas.

NOTA 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Ocorreu decréscimo de aproximadamente 34 milhões nos valores a receber realizáveis no curto prazo. Tal fato, decorre principalmente da baixa dos valores registrados de

adiantamento de 13º salário, referente aos exercícios de 2014 a 2017, e não conciliados e baixados na época apropriada.

Ocorreu uma Redução de 61% nos Créditos a Receber de Curto Prazo

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2018	2017	AH (%)
Adiantamento Folha de pagamento: 13º Salário	1.254.699,37	38.624.657,85	-96,75
Adiantamento Folha de pagamento: Férias	17.751.410,62	13.756.110,98	29,04
Salários e ordenados - Pagamento Antecipado	750.456,38	657.467,28	14,14
Adiantamentos Concedidos	79.267,13	11.492,13	590,00
Crédito a Receber por Dano/Perda	1.863.615,19	2.403.239,38	-22,45
Adiantamento de Transferência Legal	0,00	264.561,79	-100
Saldo Final do Exercício 2017	21.699.449,69	55.717.529,41	61,05

Em 2018, o saldo de R\$ 17,75 milhões de adiantamento de férias representa 81,80% do grupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo. O registro desse montante encontra-se em análise pelo setor competente.

Essa análise objetiva rastrear e baixar os valores indevidamente mantidos pelo acúmulo de saldo dos exercícios anteriores, tal como realizado com os valores registrados a título de adiantamento de 13º salário, que sofreu redução de 96,75% em 2018.

NOTA 3 – Bens Móveis

Os bens móveis são registrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS pelo setor de Patrimônio. Os lançamentos de entrada,

saída e depreciação lançados no SIADS refletem lançamentos automáticos no sistema SIAFI e, dessa forma, compõe as Demonstrações Contábeis do Órgão.

A depreciação dos bens móveis também é apurada pelo SIADS com base no método das cotas constantes. A estimativa da vida útil dos bens e de seus respectivos valores residuais seguem a metodologia definida pela STN no manual SIAFI: Macrofunção 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta: União, Autarquias e Fundações.

R\$ milhões

	2017	2018	AH (%)	Saldo Contábil Líquido	
Custo	69,18	75,66	9,36	40,88	2018
(-) Depreciação	-32,26	-34,78	7,81	36,92	2017
				2017	AH (%)

A tabela a seguir apresenta a composição dos bens móveis do MDIC:

Bens móveis	2018			2017		
	Custo	Deprec. Ac.	Saldo Líquido	Custo	Deprec. Ac.	Saldo Líquido
Aparelhos de Orientação	15.713	-4.903	10.810	15.713	-4.056	11.657
Equip. de Comunicação	1.353.871	-284.467	1.069.405	1.258.719	-252.783	1.005.936
Utensílios Médicos/odontol.	21.368	-8.687	12.681	21.368	-7.605	13.764
Equipamento de Segurança	1.901.304	-527.940	1.373.364	1.896.599	-363.960	1.532.639
Equipamentos Industriais	1.860	-28	1.832	-	-	0
Equipamentos Energéticos	8.672.860	-4.089.303	4.583.557	8.672.362	-3.330.755	5.341.607
Equipamentos Gráficos	124.148	-44.578	79.570	123.431	-37.985	85.445
Maquinas e Utensílios	6.868	-1.014	5.855	6.868	-858	6.010
Acessórios para automóvel	650	-468	182	650	-351	299
Utensílios Agropecuários	87	-78	9	87	-78	9
Eq. hidráulicos e Elétricos	469	-	469	-	-	0
Equipamentos diversos	168.985	-27.274	141.711	51.950	-21.160	30.790
Equipamentos de TI	41.618.347	-20.600.841	21.017.507	38.404.613	-20.382.431	18.022.183
Aparelhos Domésticos	2.944.244	-1.526.818	1.417.426	2.862.172	-1.385.319	1.476.854
Utensílios de Escritórios	52.203	-24.522	27.681	52.203	-23.518	28.685
Mobiliário em geral	14.269.332	-6.937.279	7.332.053	13.542.869	-5.807.559	7.735.310
Materiais bibliográficos	234.999	-174.289	60.710	232.703	-166.681	66.023
Eq. para áudio, vídeo e foto	620.843	-259.591	361.252	451.037	-239.435	211.602
Obras de arte	6.993	-	6.993	0	-	0
Veículos em geral	14.551	-4.910	9.641	14.113	-4.144	9.969
Veículos - Tração mecânica	658.629	-255.367	403.262	658.629	-221.458	437.171
Estoque interno	2.947.578	-	2.947.578	895.966	-	895.966
Peças não incorporáveis	21.370	-8.050	13.320	19.479	-7.979	11.500
TOTAL	75.657.274	-34.780.408	40.876.867	69.181.532	-32.258.114	36.923.418

NOTA 4 – Bens Imóveis

Em 2018, ocorreu uma redução de aproximadamente 99% nos bens imóveis do MDIC. Esse decréscimo patrimonial deriva da transferência da Secretaria de Aquicultura e Pesca/SAP do MDIC para a estrutura da Presidência da República, em obediência ao decreto nº 9260, publicado no dia 02 de janeiro de 2018. A tabela a seguir apresenta a relação dos Bens Imóveis que deixaram de integrar o patrimônio do MDIC:

Bens Imóveis Transferidos – Composição	R\$
Imóveis Residenciais/Comerciais	344.979,91
Edifícios	127.689,65
Terrenos/Glebas	20.464.943,24
Aeroportos/Estações/Aeródromos	35.100,00
Represas/Açudes	151.317.484,43
Fazendas, Parques e Reservas	3.936.944,33
Ilhas	29.147,90
Unidade/Instalação De Aquicultura/Piscicultura	289.672.531,00
Outros Bens Imóveis Registrados no Spiunet	56.960.987,02
Terrenos/Glebas	1.612.000,00
Obras em Andamento	26.569.568,30
Estudos e Projetos	5.863.125,79
Total	R\$556.934.501,57

Fonte: SIAFI

A tabela a seguir apresenta a nova composição dos Bens Imóveis do MDIC (após a transferência da SAP):

Bens Imóveis – Composição	R\$
Instalações	17.900,00
Bens Imóveis a Classificar	80.603,66
Total	R\$ 98.503,66

Fonte: SIAFI

A Transferência da SAP ocasionou uma redução de 93,10% no Ativo Imobilizado (Bens Móveis e Bens Imóveis)

NOTA 5 – Intangível

O MDIC possui registro de aproximadamente R\$ 67 milhões de softwares. Esses ativos Intangíveis são mensurados pelo custo do desenvolvimento, representado pelo valor do contrato e respectivos aditivos. Entretanto, o reconhecimento da respectiva amortização encontra-se em estágio de implementação, uma vez que o módulo de amortização do sistema SIADS está em fase de desenvolvimento.

O Serviço Federal de Processamento de Dados-SERPRO é o principal fornecedor, com média de, aproximadamente, 60% do valor dos contratos de Softwares.

Intangível Composição	R\$ (Milhões)	(%) SERPRO	OBJETO/SISTEMA
Softwares	45,9	45	Siscomex/Portal Empresa Simples
Softwares em Desenvolvimento	21,4	96,7	Portal Único - Warehouse
TOTAL	67,3	59,5	-

NOTA 6 – Obrigações Trabalhistas a Pagar de Curto Prazo

Em 31/12/2018, no Balanço Patrimonial, é evidenciado um passivo de R\$ 12,76 milhões referente a obrigações com salários e/ou benefícios relativo ao mês de dezembro/2018, aos quais o empregado ou servidor tenham direito. Esse valor compreende, ainda, encargos sociais a recolher representados pela contribuição patronal a entidades de previdência complementar (FUNPRESP).

Esse passivo decorre da Liquidação da Folha de Pagamento no mês de dezembro/2018.

O seu pagamento ocorreu no dia 02/01/2019 (exercício subsequente)

Composição	R\$
Salários, Remunerações e Benefícios	12.570.432,84
Contribuições a Entidades de Previdência Complementar	189.859,61
TOTAL	12.760.292,45

Fonte: SIAFI

NOTA 7 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Em 2018 ocorreu uma redução de aproximadamente R\$ 6,8 milhões nas contas classificadas como Demais Obrigações no Curto Prazo. Esse decréscimo deriva da transferência da Secretaria de Aquicultura e Pesca/SAP do MDIC para a estrutura da Presidência da República em atendimento ao decreto nº 9260, publicado no dia 02 de janeiro de 2018.

Por representar 95% desse Subgrupo, destaca-se a transferência da conta contábil de **Convênios e Instrumentos Congêneres a Pagar**, conforme tabela abaixo:

Convênio Universidade Estadual Maranhão	894.466,39
Convenio Município de Seberi	5.614.308,70
TOTAL	6.508.775,09

Fonte: SIAFI

A Transferência dos Convênios a Pagar ocasionou uma redução de 75% no Subgrupo Demais Obrigações de Curto Prazo

NOTA 8 – Fornecedores e Contas a pagar a Longo Prazo

Os R\$ 6,4 milhões referentes a Obrigações de Longo Prazo referem-se integralmente a despesas com pagamento de pessoal requisitado do Banco do Brasil.

100% do Passivo de Longo Prazo está vinculado ao Fornecedor BANCO DO BRASIL/S.A

NOTA 9 – Patrimônio Líquido

A tabela a seguir evidencia as variações dos elementos do Patrimônio Líquido e permite demonstrar a sua evolução no exercício de 2018.

Patrimônio Líquido	2018	2017	AH (%)
Resultado Exercício	-38,2	596,9	106,39
Resultado Exercícios Anteriores	336,25	764,42	56
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-476,88	-100
Total Patrimônio Líquido	298,06	884,43	66,3

Fonte: SIAFI

O Ajuste de Exercícios Anteriores do ano de 2017 refere-se a baixa de adiantamento de transferências voluntárias para atender o acordo 1320/2017-TCU.

NOTA 10 – VPA Impostos Taxas e Contribuições de Melhorias

Em 2018, as Receitas (Variações Patrimoniais Aumentativas) oriundas da arrecadação de tributos perfazerem o montante de R\$ 7,43 milhões.

Esse valor compõe-se exclusivamente da arrecadação de TAXAS conforme o estabelecido no Decreto-lei nº 221/1967 que dá amparo a cobrança de Taxas pela prestação de serviços da Secretaria de Aquicultura e Pesca/ SAP do MDIC em decorrência da:

- Concessão de licença para o exercício da pesca a amadores nacionais ou estrangeiros, mediante licença anual;
- Manutenção da inscrição das embarcações nacionais ou estrangeiras que se dediquem a pesca;
- Manutenção da inscrição no registro Geral da Pesca das indústrias pesqueiras que exerçam suas atividades em território nacional;
- Manutenção de um registro especial para clubes ou associações de amadores de pesca;
- Manutenção do registro de aquicultores amadores e profissionais;
- Comércio de animais aquáticos.

Em atendimento a Lei nº 11.958/2009, cabe a SAP repassar ao instituto Brasileiro do meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA 50% (cinquenta por cento) das receitas das taxas arrecadadas, destinadas ao custeio das atividades de fiscalização da pesca e da aquicultura.

	R\$ MILHÕES		
Taxas	2018	2017	AH (%)
Serviços Aquicultura e Pesca	7,43	5,94	25

Fonte: SIAFI

Observa-se um aumento de 25% na arrecadação das Taxas de Pesca e Aquicultura. Entretanto, foi contabilizado no MDIC apenas a arrecadação dos meses de Agosto a Dezembro em 2017 e Janeiro a Maio no ano de 2018, haja vista as sucessivas reformas administrativas que transferiram a SAP do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/ MAPA para o MDIC, em 2017, e do MDIC para a Presidência da República no ano de 2018.

NOTA 11 - VPA Exploração e vendas de Bens, Serviços e Direitos

Em 2018, as Variações Patrimoniais Aumentativas oriundas da prestação de serviços de registro, certificação e fiscalização de comércio pela Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa/SEMPE totalizaram R\$ 41,2 milhões, conforme tabela a seguir.

R\$			
Serviços	2018	2017	AH (%)
Serviços de Registro de Comércio	41.119.347,85	20.032.510,45	105,00
Resultado Exercícios Anteriores	-	7.025,08	(100,00)
Total Patrimônio Líquido	41.119.347,85	20.039.535,53	105,00

Fonte: SIAFI

Conforme a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, artigo 1º, o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, possui as seguintes finalidades:

- I - dar garantia, publicidade, autenticidade, segurança e eficácia aos atos jurídicos das empresas mercantis, submetidos a registro na forma da lei;
- II - cadastrar as empresas nacionais e estrangeiras em funcionamento no País e manter atualizadas as informações pertinentes;
- III - proceder à matrícula dos agentes auxiliares do comércio, bem como ao seu cancelamento.

NOTA 12 - Transferências e Delegações Recebidas e Concedidas

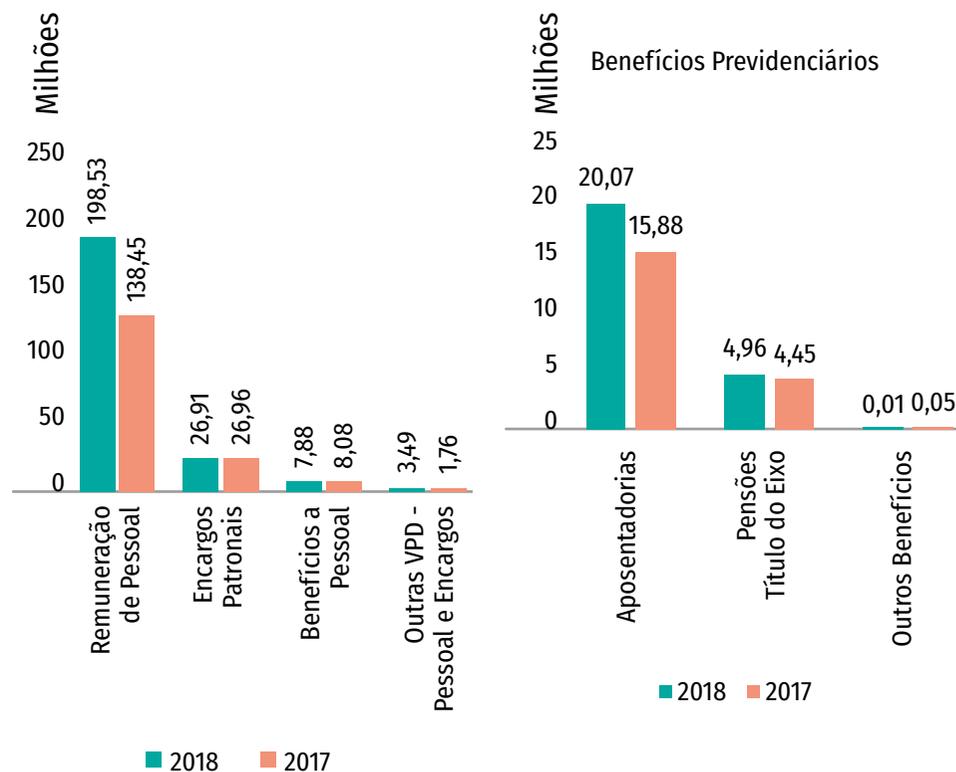
Compreende o valor das transferências recebidas/concedidas fruto da programação financeira do exercício e para o pagamento de Restos a Pagar. Derivada da Lei Orçamentária Anual – LOA, essa programação varia entre os exercícios financeiros de acordo com os limites estabelecidos pelo decreto de programação financeira.

R\$			
Transferências e Delegações Recebidas	2017	2018	AH(%)
Transferências Financeiras Recebidas do Tesouro Nacional (cota)	1.426.376.111,49	1.478.492.197,36	3,65
Transferências Financeiras Recebidas de Outros Órgãos (repassé)	239.225,00	151.453,00	-36,7
Transferências Financeiras Recebidas das unidades do MDIC (sub-repassé)	357.876.285,59	368.352.428,33	3
Repassé/ Sub-Repassé Devolvido	140.808.069,24	290.186,33	-99,8
Transferências Recebidas para Pagamento de Restos a Pagar	67.099.046,42	56.512.984,95	-15,78
Demais transferências recebidas	8.629.340,80	653.724,90	-92,42
Movimentações de Saldos Patrimoniais	47.919.339,60	9.181.970,07	-80,84
Movimentações de Variações Patrimoniais	397.257.379,60	555.616.545,14	39,86
Doações/Transferências Recebidas	523.389.196,50	63.916.151,66	87,78
TOTAL	2.969.593.994,50	2.533.167.641,74	-14,7

Fonte: SIAFI

Transferências e Delegações Concedidas	R\$		
	2017	2018	AH(%)
Transferências Financeiras Concedidas a Outros Órgãos (Repasse)	1.088.260.181,27	1.148.972.775,76	5,5
Transferências Financeiras Concedidas a unidades do MDIC (Sub-Repasse)	357.876.285,59	368.352.428,33	3
Cota/ Sub-repasse Devolvidos	140.701.295,17	8.504.922,33	-94
Transferências Concedidas para Pagamento de Restos a Pagar	38.097.179,27	32.624.222,54	-14,36
Demais Transferências Concedidas	548.092,09	541.365,49	-1,22
Movimentações de Saldos Patrimoniais	15.251.954,45	28.252.804,85	85,24
Movimentações de Variações Patrimoniais	424.498.660,65	69.864.615,55	-83,54
Transferências Voluntárias	10.309.974,35	7.959.621,32	-22,8
Transferências ao exterior - Contribuições	-	6.000.000,00	-
Doações/Transferências Concedidas	9.609,73	549.982.472,88	57131,8
TOTAL	2.075.553.232,57	2.221.055.229,05	7

Fonte: SIAFI



A movimentação de saldos e variações patrimoniais, bem como de algumas transferências, tratam de rotinas transversais no SIAFI de transferências de valores entre unidades que compõem a Administração Pública Federal. Em virtude da incorporação da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa (SEMPE) e da Secretaria da Aquicultura e Pesca (SAP) em 2017 e da posterior transferência da SAP para a estrutura da Presidência da República em 2018, o MDIC possui expressivo saldo registrado nessas contas.

NOTA 13 – Pessoal, Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Em 2018, as Despesas de Pessoal e Benefícios Previdenciários (Variações Patrimoniais Diminutivas) totalizaram R\$ 261,85 milhões, representando um aumento de 33,84% em relação as mesmas despesas no ano de 2017.

Na tabela abaixo, detalhamos a composição dessas despesas:

Despesas de Pessoal / Benefícios Previdenciários	2018	2017	AV (%)
Remuneração de Pessoal	198,53	138,45	43,4
Encargos Patronais	26,91	26,96	-0,18
Benefícios a Pessoal	7,88	8,08	-2,47
Outras VPD - Pessoal e Encargos	3,49	1,76	98,3
Aposentadorias	20,07	15,88	26,38
Pensões	4,96	4,45	11,46
Outros Benefícios	0,01	0,05	-80
TOTAL	261,85	195,64	33,84

No que tange ao aumento de despesas, observa-se a inclusão das despesas com pessoal e benefícios previdenciários do extinto Ministério da Pesca, durante todo o período que a Secretaria de Aquicultura e Pesca permaneceu na estrutura do MDIC.

A lei nº 13.327/2016 alterou a remuneração de algumas carreiras de servidores públicos, concedendo reajuste salarial para os exercícios de 2016, 2017, 2018 e 2019.

Os gráficos a seguir ilustram a variação das Despesas de Pessoal e Benefícios Previdenciários no período em análise:

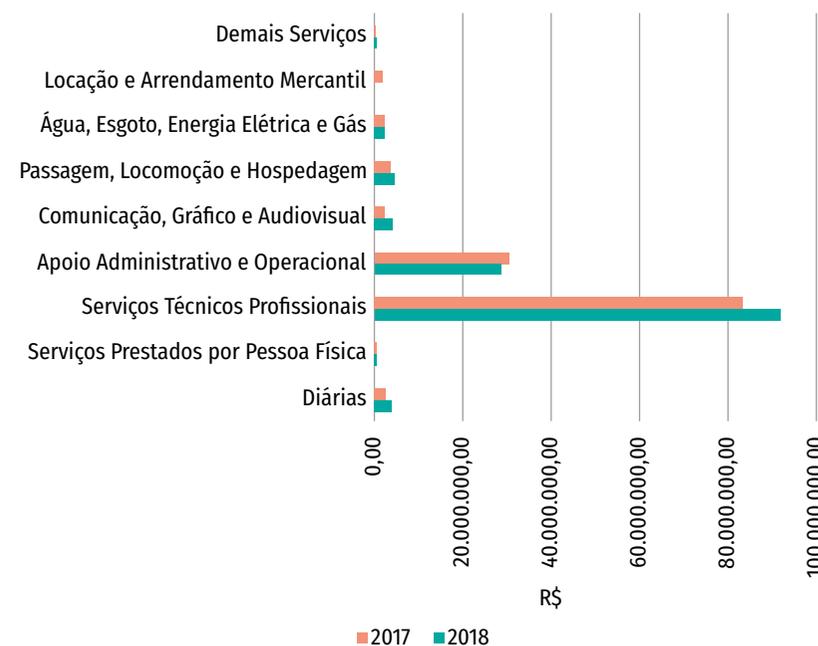
Nota 14 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Neste Subgrupo de contas constam as despesas com o consumo de materiais de almoxarifado pelas unidades do MDIC, as despesas com diárias e passagens, os serviços contratados de terceiros (pessoa física e jurídica) e as despesas com depreciação e amortização, conforme detalhamento na tabela abaixo:

	R\$		
	2018	2017	AH (%)
Material de Consumo	0,36	0,5	-28
Serviços	135,78	127,06	6,86
Depreciação e Amortização	4,03	4,21	4,27
TOTAL	140,17	131,78	6,36

Fonte: SIAFI

Observa-se que os Serviços correspondem a 96,87% da VPD de Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo. Dessa forma, destacamos sua composição e evolução nos anos de 2017 e 2018:



NOTA 15 - Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial é apurado pelo confronto entre as Receitas (Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas - VPA) e as Despesas (Variações Patrimoniais Quantitativas Diminutivas - VPD). O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, O resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

Conforme quadro a seguir, foi apurado um Déficit Patrimonial de R\$ 38,20 milhões no exercício de 2018 e um Superávit Patrimonial de R\$ 596,90 milhões em 2017.

	R\$ MILHÕES		
	2018	2017	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	2.586,92	3.002,92	-13,85
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	135,78	2.406,02	9,10
Resultado Patrimonial (I-II)	-38,20	596,90	-106

Fonte: SIAFI

Sendo assim, a análise horizontal nos permite verificar um decréscimo de 106% no Resultado Patrimonial de 2018 em relação ao exercício anterior. Os Principais Fatores desse Decréscimo no Resultado Patrimonial são:

- Redução de Receitas: R\$ 459 milhões referente as Transferências e Delegações Recebidas pela transferência de bens imóveis oriundos da transferência da SAP do MAPA para o MDIC, registrada na Receita de 2017.
- Aumento de Despesas: R\$ 60 milhões referente as despesas de Remuneração de Pessoal em 2018.

NOTA 16 - Receita Orçamentária Execução

Na análise da Receita no Balanço Orçamentário temos o confronto entre sua previsão atualizada e o valor efetivamente realizado (arrecadado). Desse modo verifica-se uma Insuficiência de arrecadação na ordem de R\$ 234,9 milhões, conforme quadro a seguir:

	R\$ MILHÕES		
Receitas Correntes	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo
Taxas	5,02	2,60	2,42
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	39,81	41,12	1,31
Demais Receitas Correntes	234,74	0,94	(233,79)
Total	279,56	44,66	(234,9)

Fonte: SIAFI

Esse resultado é motivado pela Frustração de Receitas no valor aproximado de R\$ 233,79 milhões na arrecadação das Demais Receitas Correntes, do grupo Receitas Correntes. Cabe ressaltar que as Receitas desse grupo de contas são de competência da Secretaria de Comércio Exterior - SECEX e referem-se à arrecadação dos direitos de antidumping e de compensatórios.

Apesar do MDIC ser o responsável pela previsão destas receitas, a arrecadação compete A Secretaria da Receita Federal - SRF, conforme §1º do Art. 7º e parágrafo único do Art. 10º da Lei nº 9.019, de 30 de março de 2015:

“§1º Será competente para a cobrança dos direitos antidumping e compensatórios, provisórios ou definitivos, quando se tratar de valor em dinheiro, bem como, se for o caso, para sua restituição, a SRF do Ministério da Fazenda”

“Parágrafo único. As receitas oriundas da cobrança dos direitos antidumping e dos Direitos Compensatórios de que trata este artigo,

serão destinadas ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para aplicação na área de comércio exterior, conforme diretrizes estabelecidas pela CAMEX.”

Por consequência a utilização desses recursos financeiros depende de Programação Financeira e consequente Transferência Recebida no SIAFI. Desse modo, a receita dos direitos de antidumping e de compensatórios (que visam proteger a produção nacional) não compõe a receita realizada do Balanço Orçamentário do MDIC.

NOTA 17 - Despesa Orçamentaria Execução

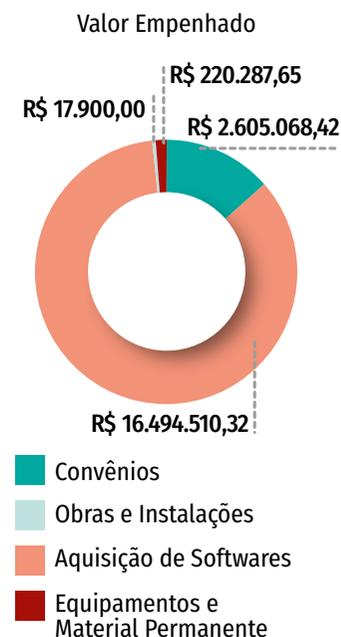
Na análise da Despesa no Balanço Orçamentário temos o confronto entre sua dotação atualizada e o valor executado (empenhado). Desse modo verifica-se uma **Economia de Despesa** na ordem de R\$ 33,80 milhões, conforme quadro a seguir:

R\$ MILHÕES			
	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Saldo
Despesas Correntes			
Pessoal e Encargos Sociais	226,78	220,69	6,09
Outras Despesas Correntes	175,22	165,97	9,25
Despesas de Capital			
Investimentos	22,60	19,34	3,26
Reserva de Contingência	15,20	0,00	9,25
Total	439,80	406,00	33,80

Fonte: SIAFI

As despesas classificadas como Outras Despesas Correntes totalizaram R\$ 165,97 milhões. Elas referem-se a aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte entre outras despesas do MDIC.

As despesas com Investimentos referem-se as Contribuições e Auxílios para a celebração de Convênios, Serviços de Terceiros e Tecnologia da Informação para aquisição de Softwares, despesas com Obras e Instalações e aquisição de Equipamentos e Material Permanente, conforme gráfico a seguir:



NOTA 18 - Resultado Orçamentário

O Resultado orçamentário deriva do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas executadas. Foi apurado um **Déficit Orçamentário de R\$ 361,34 milhões**, conforme quadro a seguir:

	R\$ MILHÕES
(+) Receitas Arrecadadas	
Receitas Correntes	44,66
Receitas de Capital	0
(-) Despesas Orçamentárias	
Despesas Correntes	-386,66
Despesas de Capital	-19,34
Resultado Orçamentário	
Déficit Orçamentário	-361,34

Fonte: SIAFI

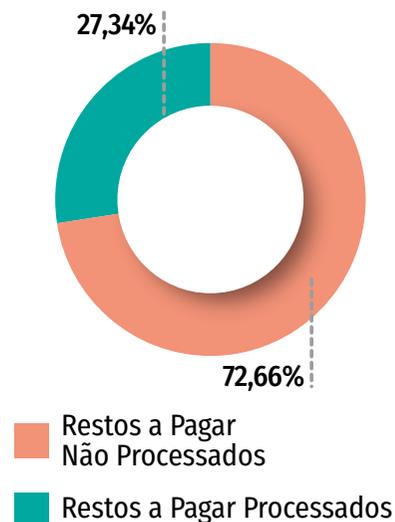
Esse resultado é motivado principalmente, pela:

- Frustração na arrecadação de Receitas em valor aproximado de R\$ 233,79 milhões (Outras Receitas Correntes)
- Inexistência de Receitas de Capital no ano de 2018.
- Execução da Despesa Corrente na ordem de R\$ 386,66 milhões, que é custeada com recursos do Tesouro Nacional.

NOTA 19 - Inscrição de Restos a Pagar

O montante de Restos a Pagar Inscritos em 2018 totalizou R\$ 51,82 milhões. Desse montante, R\$ 37,65 milhões foram inscritos na condição de Não Processados e R\$ 14,17 milhões referem-se aos Restos a Pagar Processados.

Restos a Pagar Inscritos em 2018

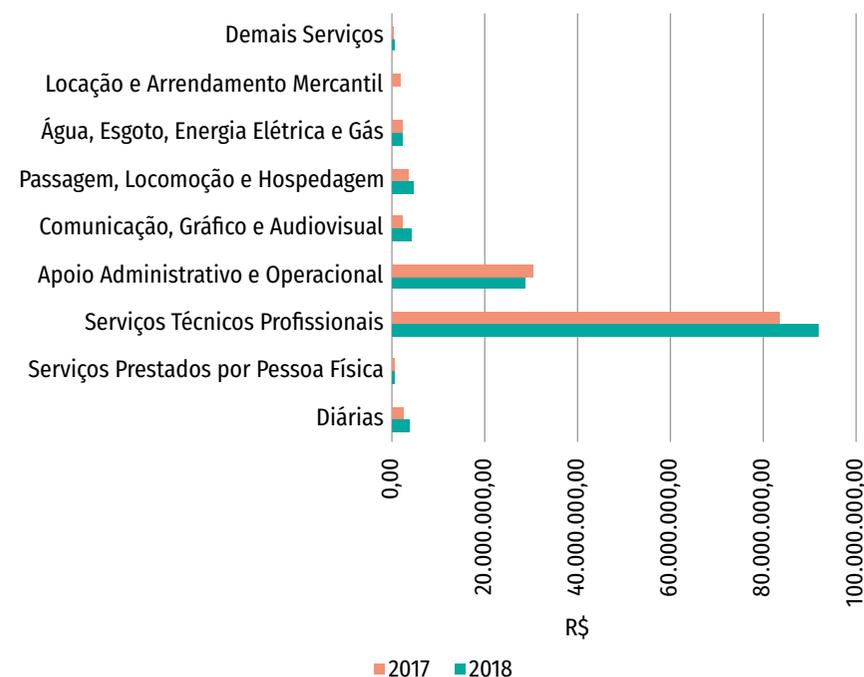


Conforme evidenciado na tabela a seguir, os Restos a Pagar do MDIC são relativos aos Grupos de natureza da Despesa: Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos:

Grupo de Natureza	Restos a Pagar Não Processados		Restos a Pagar Processados	
	2018	2017	2018	2017
Pessoal e Encargos Sociais			13.536.348,66	
Outras Despesas Correntes	19.076.520,66	14.577.837,30	638.780,40	
Investimentos	18.572.241,41	15.994.659,00		7.000,00
Total	37.648.762,07	30.572.496,00	14.175.129,06	7.000,00

Fonte: SIAFI

Na gráfico abaixo são detalhadas as despesas que compõe os itens Outras Despesas Correntes e Investimentos, que por sua vez, totalizam os valores inscritos em Restos a pagar Não Processados nos anos de 2018 e 2017:



- As contribuições representam os valores relativos a convênios firmados entre o MDIC com Entidades, Estados e Municípios, assim como Acordo de Cooperação Técnica firmado com Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.
- Houve uma redução significativa do item Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica e aumento substancial do item Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ. Ocorreu uma mudança na classificação contábil da despesa, derivada da alteração do elemento de despesa dos Outros Serviços de Terceiros para os Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ.

Quanto a **Inscrição dos Restos a Pagar Processados** em 31/12/2018, o montante de R\$ 14,17 milhões referem-se a empenhos da Coordenação-Geral de Recursos Humanos do MDIC e, dessa forma, englobam as despesas para pagamento de Folha de Pessoal (Vencimento, Vantagens Fixas), Aposentados, Pessoal Requisitado; Auxílio Alimentação, auxílio Transporte, Auxílio Natalidade entre outros.

NOTA 20 - Execução de Restos a Pagar

No início do exercício de 2018 o MDIC possuía R\$ 70,23 milhões de Restos a Pagar Inscritos. O MDIC executou, durante o ano, cerca de R\$ 26,59 milhões dos restos a pagar inscritos. Do saldo inicial de Restos a Pagar, o montante de R\$ 13,69 milhões foi cancelado. Resultando assim, em um saldo de R\$ 42,64 milhões de Restos a Pagar pendente de execução.

RESTOS A PAGAR	INSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	SALDO	REALIZAÇÃO (%)
Não processados	70,23	13,69	26,59	29,95	42,64
Processados	0,31	-	0,31	0	100
Total	70,54	13,69	26,9	29,95	42,45

Fonte: SIAFI

38% dos Restos a Pagar foram pagos

19,40% dos Restos a Pagar foram cancelados

Permanece o saldo de 42,60% dos Restos a Pagar

NOTA 21 - Geração Líquida de Caixa

A geração Líquida de Caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro e corresponde ao fluxo de entrada menos saídas de

recursos. No MDIC esse valor foi deficitário em R\$ 2,52 milhões correspondendo a uma redução de 103,12% em comparação com o exercício de 2017.

	2018	2017	AH (%)
Atividades Operacionais	14,07	92,58	-84,8
Atividades de Investimento	-16,59	-11,89	39,52
Total	-2,52	80,69	-103,12

Fonte: SIAFI

Pode-se observar que o Fluxo das Atividades de Investimento resultou em valores negativos nos dois anos em análise, uma vez que inexistem entrada de recursos para essas atividades. Entretanto obtiveram pequena variação em valores absolutos (R\$ 4,7 milhões) decorrente de aumento de despesas com a celebração de convênios e aquisição de softwares. O déficit do fluxo de investimentos é coberto pelo superávit do fluxo das atividades operacionais, ou seja, o MDIC destinou recursos operacionais para investimentos, o que demonstra o fenômeno da capitalização patrimonial.

O Fluxo das Atividades Operacionais apresentou a maior redução nos resultados, variando de um superávit de R\$ 92,58 milhões em 2017 para um superávit de R\$ 14,07 milhões em 2018, principalmente pela redução nos ingressos de Transferências Financeiras Recebidas, em um diminuição aproximada de R\$ 135,32 milhões.

Não ocorreu Fluxo de atividades de Financiamento entre os anos de 2018 e 2017

NOTA 22 - Controle de Credores

A tabela a seguir, compreende os saldos das obrigações contratuais assumidas pelas unidades do MDIC em 31/12/2018:

Contratos em Execução	Unidades			TOTAL
	CGRL	CGRH	SEMPE	
Aluguéis	9.751.712,03			9.751.712,03
Fornecimento de Bens			9.056.471,95	9.056.471,95
Seguros	9.633,50			9.633,50
Serviços	131.567.892,86	78.439,60	55.430.275,09	187.076.607,55
TOTAL	141.329.238,39	78.439,60	64.486.747,04	205.894.425,03

Fonte: SIAFI

Do saldo total de R\$ 205,90 milhões, evidenciamos a seguir os Contratos em Execução com valores mais significativos:

Contratos	Unidade	Objeto	R\$ milhões
Aluguel – SANTA FÉ	CGRL	Aluguel de Imóvel para Secretaria de Comércio Exterior-SECEX	9,75
Serviços – ORION	CGRL	Manutenção Predial para Edifício Sede e SEMPE	8,06
Serviços – ÁGIL	CGRL	Secretariado Executivo Sede e Unidades	26,92
Serviços – SERPRO	SEMPE	Serviços de Tecnologia da Informação para a SEMPE	22,61
Serviços – SERPRO	CGRL	Serviços de Tecnologia da Informação para o MDIC	31,54
Demais Contratos	-	Demais Serviços/Fornecimento de Bens	107,01
TOTAL			205,9

NOTA 23 - Convênios e Outros instrumentos Congêneres

Os Convênios são instrumentos que disciplinam a transferência de recursos financeiros e tenham como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, ou ainda, enti-

dades privadas sem fins lucrativos, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.

A tabela a seguir, compreende os saldos relativos a celebração, execução e prestação de contas de Convênios e Outros Instrumentos Congêneres, no âmbito do MDIC, em 31/12/2018:

Convênios	Unidades			TOTAL
	CGRL	SEMPE	MDIC/CAIXA	
A Liberar	11.840.474,12	3.425.383,93	10.464.268,42	25.730.126,47
A Comprovar	73.972.776,81	7.954.604,20	775.889,42	82.703.270,43
A Aprovar	20.832.537,40	0,00	0,00	20.832.537,40
Aprovado	7.083.050,26	2.607.467,56	0,00	9.690.517,82
Inadimplência Efetiva	992.699,51	0,00	0,00	992.699,51
Inadimplência Suspensa	3.580.987,67	0,00	0,00	3.580.987,67
Concluído	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
Valores Não Liberados	0	608.496,51	0,00	608.496,51

Fonte: SIAFI

NOTA 24 - Termo de Execução Descentralizada

O Termo de Execução Descentralizada – TED é o instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de crédito entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho, respeitada fielmente a classificação funcional programática.

A tabela a seguir, compreende os saldos relativos a celebração, execução e prestação das contas de TED, no âmbito do MDIC, na situação de concedente (saída de recursos), em 31/12/2018:

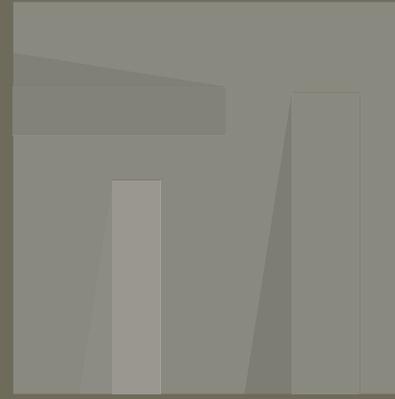
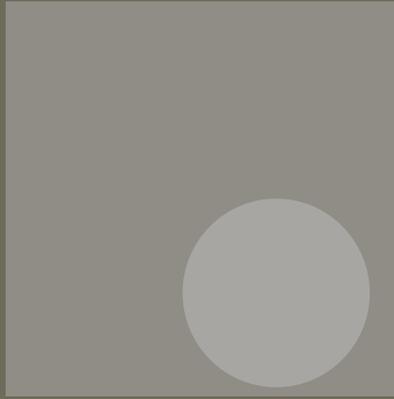
TED EMITIDOS	Unidades				TOTAL
	CGRL	CGOF	CGRH	SEMPE	
Valor Firmado	480.312,96	8.533.088,72	0	528.657,12	9.542.058,80
Valor a Repassar	160.751,34	339.210,22	0	0	499.961,56
Valor a Comprovar	133.255,26	6.207.039,74	0	528.657,12	6.868.952,12
Valor Comprovado	76.200,12	468.132,83	0	0	544.332,95
Ted Concluído	0	1.473.880,43	0	0	1.473.880,43
Ted Extinto	0	35.000,00	0	0	35.000,00
Valor não Repassado	110.106,24	9.825,50	0	0	119.931,74

Fonte: SIAFI

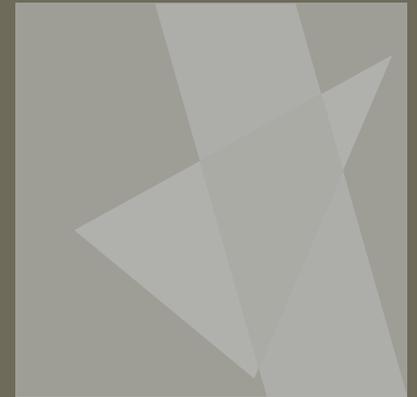
A tabela a seguir, compreende os saldos relativos a celebração, execução e prestação das contas de TED, no âmbito do MDIC, na situação de conveniente (entrada de recursos), em 31/12/2018:

TED EMITIDOS	Unidades				TOTAL
	CGRL	CGOF	CGRH	SEMPE	
Valor Firmado	693.400,00	438.453,00	28.657,12	120.000,00	1.280.510,12
Valor a Receber	0	0	0	120.000,00	120.000,00
Valor a Comprovar	693.400,00	388.453,00	28.657,12	0	1.110.510,12
TED Concluído	0	50.000,00	0	0	50.000,00

Fonte: SIAFI



Lições aprendidas



Apêndice



Lições Aprendidas

Conforme disposto no inciso I do Art. 8º do Decreto Nº 9.679, de 2 de janeiro de 2019, é de responsabilidade do Ministério da Economia a elaboração dos relatórios de gestão dos extintos Ministério da Fazenda; Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; e Ministério do Trabalho.

Para cada um daqueles extintos ministérios foi produzido um Relatório de Gestão Integrada próprio, com aproximadamente 150 páginas. O Relatório de Gestão Integrada do extinto Ministério da Fazenda do exercício de 2017 foi utilizado como referência para a elaboração desses documentos, tendo em vista que aquela Pasta testou o novo modelo ainda em 2018, por meio de um projeto Piloto realizado pelo TCU.

A Diretora de Gestão Estratégica da Secretaria de Gestão Corporativa da Secretaria Executiva do ME foi responsável pela coordenação de todo o processo de elaboração dos

referidos relatórios, com o apoio da Assessoria Especial de Comunicação Social e da Assessoria Especial de Controle Interno do ME.

A estrutura, o conteúdo mínimo e o projeto gráfico desses documentos foram definidos, conforme o conteúdo abaixo:

Capítulo	Conteúdo
1	Informações gerais sobre o ministério
2	Resultados finalísticos
3	Resultados da gestão
4	Demonstrações contábeis.

Com o apoio da Assessoria de Comunicação Social do Ministro da Economia, foram produzidos os projetos gráficos dos quatro relatórios.

Em função da complexidade da estrutura organizacional do trabalho foi definido e desenhado um fluxo de trabalho para a elaboração daqueles documentos, no qual foram identificados atores, papéis e responsabilidades, conforme descritos nas figuras 1 e 2 a seguir:

Figura 1 - Fluxo de Trabalho do Processo de elaboração dos Relatórios de Gestão

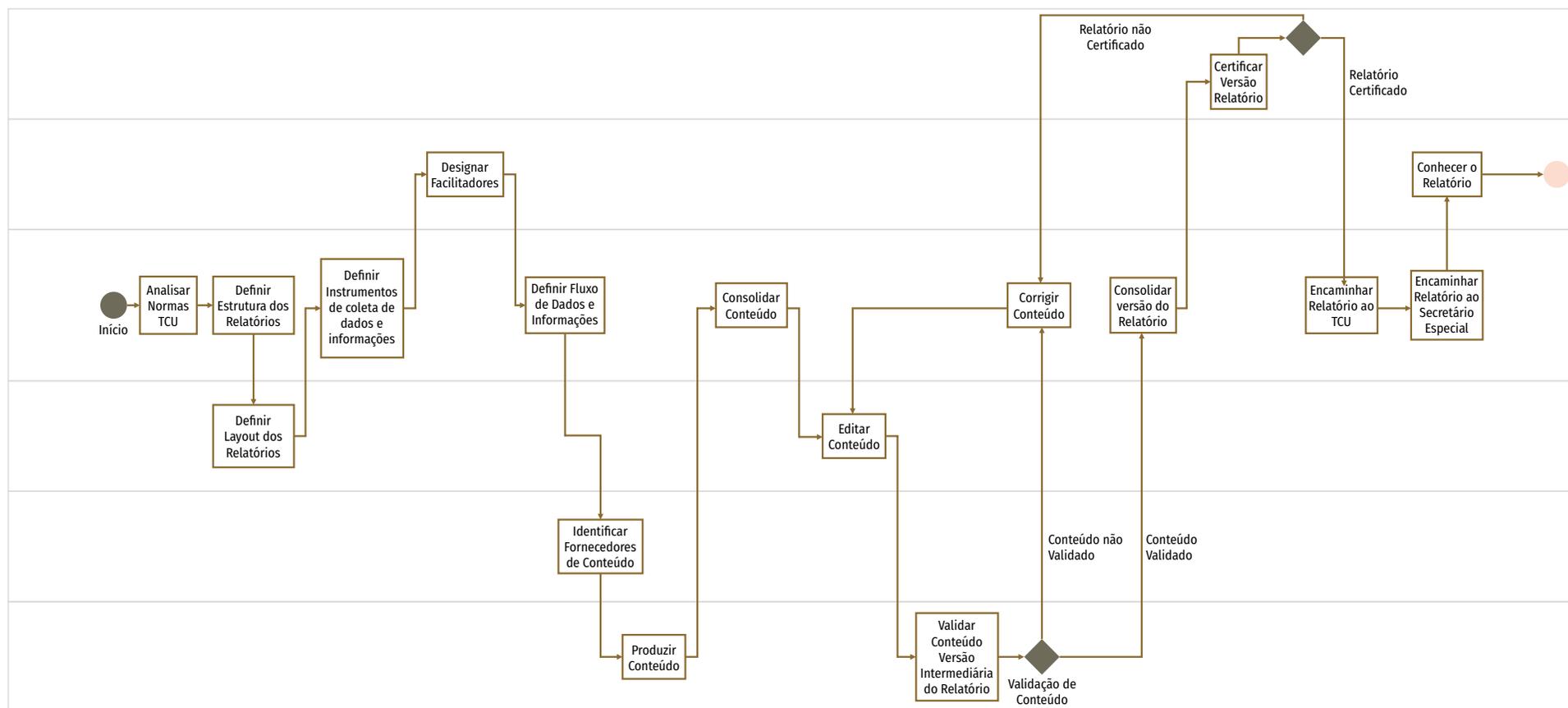


Figura 2 - Atores – Papéis e Responsabilidades:

nº			
1	Coordenador	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar o processo de Prestação de Contas Integrado dos ministérios extintos; • Interagir com a AECI e com o TCU para obter as orientações e diretrizes requeridas para a realização dos trabalhos; • Definir a estrutura e o conteúdo mínimo de cada Relatório de Gestão Integrado; • Consolidar o conteúdo de cada Relatório; e • Submeter ao TCU os Relatórios de Gestão integrados via sistema e Contas. 	DGE

2	Facilitador	• Garantir o fluxo de dados e informações para a elaboração dos Relatórios de Gestão Integrados	Um responsável indicado por Secretaria Especial
3	Pontos Focais do MF	• Interface dos órgãos responsáveis por definir os provedores de conteúdo, bem como analisar a qualidade, materialidade e completude das informações prestadas pelo respectivo órgão.	Um responsável por órgão dos extintos Ministérios
4	Provedor de Conteúdo	• Elaborar conteúdo para os Relatórios de Gestão Integrados, de acordo com sua competência	Diversos responsáveis por Órgão
5	Certificador das informações da gestão finalística do ministério	• Certificar as informações relativas à gestão finalística do ministério contidas no Capítulo 2	Secretário Executivo do ministério extinto
6	Certificador das informações relativas à gestão de meios/ insumos do ministério	• Certificar as informações relativas à gestão finalística do ministério contidas no Capítulo 3	SPOA do ministério extinto
7	Certificador das informações relativas a demonstrações contábeis	• Certificar as informações relativas à gestão finalística do ministério contidas no Capítulo 4	Contador do ministério extinto
8	Designer/Editor	• Definir layout de cada Relatório de Gestão Integrado e • Editar o conteúdo de cada Relatório de Gestão Integrado	Equipe de Comunicação

Destaca-se que a Diretoria de Gestão Estratégica trabalhou internamente com o seguinte cronograma resumido do processo de elaboração dos relatórios de gestão em referência, tendo em vista a entrega dos documentos ao TCU em tempo hábil:

Ação	Prazo	Observações
Envio do rol de responsáveis	08/02/2019	Pontos Focais
Envio do conteúdo do Relatório de Gestão de cada pasta à DGE	15/02/2019	Pontos Focais
Envio do conteúdo do Relatório de Gestão de cada pasta à ACS	21/02/2019	DGE
Elaboração de versão preliminar do Relatório de Gestão	08/03/2019	ACS
Revisão do Relatório de Gestão	20/03/2019	DGE e Pontos Focais
Conclusão e envio do Relatório de Gestão ao TCU	25/03/2019	DGE

No contexto da execução das atividades do processo foram realizadas inúmeras reuniões e oficinas de trabalho com os atores envolvidos para:

- a) apresentação de orientações visando a elaboração dos relatórios dos extintos Ministérios;
- b) exposição e alinhamento dos trabalhos junto ao TCU; e
- c) a produção de conteúdo para os 4 (quatro) relatórios.

Ressalta-se a participação de representantes do Ministério, envolvidos no referido processo de prestação de contas, no Seminário realizado pelo TCU “Prestação de Contas 2018: Normas e Orientações para elaboração do Relatório”.

Destaca-se, ainda, que foi criado, pela Diretoria de Gestão Estratégica, no ambiente SharePoint, *um Portal para armazenamento de todo o conteúdo elaborado no âmbito do supramencionado processo de prestação de contas* com o objetivo de facilitar o fluxo de informações entre os atores envolvidos no processo.

Mesmo tendo a experiência exitosa da elaboração, em 2018, do Relatório de Gestão do extinto Ministério da Fazenda, o grande desafio do Ministério da Economia foi mobilizar em tão pouco tempo tantos atores envolvidos, com culturas distintas,

para elaboração de todo o conteúdo de forma integrada, pensando nos resultados gerados por cada Pasta e utilizando uma linguagem acessível ao cidadão, público alvo dos relatórios.

Visão do Ministério sobre a elaboração do Relatório de Gestão Integrada

Para o MDIC, o novo modelo de Relatório de Gestão (RG) que teve uma redução na sua extensão, ampliação no seu caráter visual e simplificação de linguagem, tornando-se mais amigável ao leitor, sem dúvidas traz um grande benefício para o cidadão, ampliando a compreensão do cidadão sobre as atividades e políticas públicas do Estado.

Por outro lado, o tamanho atual do relatório, ao menos nesta sua primeira edição, comprometeu a qualidade dos resultados apresentados, devido ao tempo disponível para realizar essa profunda alteração. Em termos mais abrangentes, isso também provoca uma ruptura no acompanhamento dos relatórios historicamente apresentados ao Tribunal de Contas da União (TCU).

O MDIC, já no último trimestre de 2018, prezou por coletar as informações necessárias com as diferentes estruturas do ministério para a elaboração do RG, com o objetivo de evitar os atropelos habituais da última hora. Assim, a proposta era ter o Relatório pronto já em meados de janeiro. A exigência de novo formato de relatório, no contexto da criação do Ministério da Economia, não resultou na tranquilidade e previsibilidade da entrega do relatório, o que era tão esperado pela alta gestão do extinto MDIC.

Outra dificuldade encontrada foi a interlocução dos pontos focais com as áreas provedoras de informações e com a unidade centralizadora das peças que compõem a prestação de contas anuais. Os fluxos combinados foram alterados e não tempestivamente comunicados; os servidores que participaram da elaboração dos relatórios de anos anteriores, foram transferidos para outras unidades do Ministério da Economia; e-mails, telefones de contato, foram modificados. Em síntese, a elaboração do RG se deu num período conturbado, diminuindo os ganhos advindos da simplificação do Relatório.

Nesse contexto, a edição do relatório 2018 exigiu um grande esforço com tarefas que não agregam tanto valor, como procurar as pessoas detentoras de informação, reduzir textos já elaborados, criar gráficos e figuras para tornar o relatório mais amigável. Entretanto, um ponto bastante positivo é que o novo modelo de relatório de gestão tem conteúdo mais enxuto e padronizado, o que facilitará sua elaboração nos anos seguintes.

Para o relatório de 2019, a nova estrutura do Ministério da Economia, muito provavelmente, estará consolidada, o que reduzirá os embaraços ocorridos nesta edição de 2018. Entretanto, um novo desafio surgirá: reduzir a poucas páginas os resultados da gestão do grande e complexo Ministério da Economia. Por outro lado, aí está o grande ganho, fornecendo à sociedade uma visão ampla dos resultados mais estratégicos da gestão 2019.

A experiência vivida em 2018 na produção do RG de forma centralizada foi desafiadora em virtude da criação do Ministério da Economia. Já para o ano de 2019, muitos ajustes poderão ser realizados, o que provavelmente tornará a gestão centralizada bastante exitosa.

Créditos

Participaram da elaboração deste Relatório de Gestão todos os órgãos do Ministério da Economia. Este Relatório é produto da construção coletiva e orientado pelas boas práticas prospectadas em organizações públicas e privadas.

Governo Federal

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro de Estado da Fazenda
Paulo Roberto Nunes Guedes

Coordenação e Supervisão Geral

Secretário Executivo
Marcelo Pacheco dos Guarany

Secretário de Gestão Corporativa
Ariosto Antunes Culau

Diretora de Gestão Estratégia
Raquel Gonçalves Coimbra Flexa

Arte

Ministério da Economia

Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos

Comunicação Social

Coordenação de Criação

Capa e Projeto Gráfico: Letícia Lopes

Ferreira Barbosa, Murilo Xavier Lima,

João Victor Bachilli

Diagramação: Gráfica e Editora Movimento

Foto: Gustavo Ranieri

Apoio

EloGroup Consultoria e Desenvolvimento Ltda